



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO

PAULO RONALDO DOS SANTOS

PARTICIPAÇÃO FAMILIAR EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
NO CONTEXTO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO

Brasília-DF, 2014

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília. Acervo 1015758.

S237p Santos, Paulo Ronaldo dos.
Participação familiar em escolas de ensino fundamental no contexto do Plano de Mobilização Social pela Educação / Paulo Ronaldo dos Santos. -- 2014.
119 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) - Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Mestrado Profissional em Educação, 2014.

Inclui bibliografia.

Orientação: Marília Fonseca.

1. Educação - Participação dos pais. 2. Ensino fundamental. 3. Qualidade (Educação). I. Fonseca, Marília. II. Título.

CDU 372.4

PAULO RONALDO DOS SANTOS

**PARTICIPAÇÃO FAMILIAR EM ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL
NO CONTEXTO DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa Mestrado Profissional em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília na Área de Concentração: Políticas Públicas e Gestão da Educação. Linha de Pesquisa: Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica

Aprovada em: ___/___/___.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Marília Fonseca
Presidente – FE/UnB

Profa. Dra. Maria Abádia da Silva
Examinadora – FE/UnB

Profa. Dra. Mirza Seabra Toschi
Examinadora – UEG

Profa. Dra. Albertina Mitjans Martínez
Suplente – FE/UnB

A minha mãe, Maria, pela oração e intercessão.

Ao meu pai, José, pelo mesmo.

AGRADECIMENTOS

Ao Senhor, porque ele é bom, porque a sua misericórdia é para sempre.

Aos meus familiares com quem compartilho minha história.

À minha orientadora, Professora Marília Fonseca pela paciência constante.

Aos meus colegas da turma de mestrado profissional em Políticas Públicas.

Aos gestores da Secretária Municipal de Educação de Governador Nunes Freire, aos professores e familiares participantes desta pesquisa.

À equipe de Coordenação do Plano de Mobilização Social pela Educação, nas pessoas de Ivanete Santos, Loide Oliveira, Lívia Frederico, Vera Brito, Otto Medina, Gustavo Rodrigues, Maísa Cardoso, Daniela Silva. Aos seus ex-coordenadores Linda Taranto Goulart e Gilson Matias.

À direção do Ministério da Educação, nas figuras de José Henrique Paim e Francisco das Chagas que me apoiaram nessa jornada.

A todos vocês, meu muito obrigado.

RESUMO

Esta dissertação discorre sobre a participação da família na vida escolar de seus filhos, em atendimento às diretrizes do Plano de Mobilização Social pela Educação - PMSE. Desde que foi criado pelo Ministério da Educação, em 2008, o Plano se propõe a sensibilizar a família para colaborar com a escola para a melhoria da qualidade da Educação Básica no Brasil. O objetivo nuclear desta dissertação foi compreender de que forma foi realizada a participação da família na vida escolar dos seus filhos, no sistema de ensino do Município de Governador Nunes Freire, no estado do Maranhão, no biênio 2011-2012 e como essa participação repercutiu na melhoria do ensino fundamental. Para entender melhor a problemática que envolve a participação familiar na escola, foram consultados autores que auxiliam na compreensão dos tipos e práticas que se manifesta no interior das organizações educativas. São eles: Barroso (1995), Lima (2001 e 1992), Fonseca (2004), Souto-Maior, (2002) e Paro (1998). Para compreender a mobilização social pela educação com base em seus fundamentos políticos, ideológicos e metodológicos, foram examinados Lino (2012) e Henriques (2005). A pesquisa orienta-se pelo enfoque qualitativo e, para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, examinando-se textos de caráter teórico, documental e empírico. A pesquisa de campo foi efetivada mediante aplicação de questionários a gestores da Secretaria Municipal de Educação que vivenciaram a execução do PMSE durante o período de 2011-2012, que constitui o recorte temporal da pesquisa. Foram também investigados, mediante entrevistas semiestruturadas, os dirigentes e professores das escolas e os familiares de alunos. Os resultados indicaram que, em princípio, a proposta de mobilização da família foi um esforço positivo do núcleo gestor da Secretaria Municipal de Educação, no sentido de estimular a presença de familiares na escola. Os dirigentes das escolas consideraram como prioritárias as ações de acompanhamento pedagógico do aluno pela família, no sentido de facilitar o enfrentamento dos problemas cotidianos que afetam o funcionamento da escola. Os professores afirmaram a importância da participação familiar para a melhoria do desempenho dos alunos e para estimular o diálogo entre escola e família. Esta conquista vem ao encontro da proposta do PMSE, visto que o mesmo defende, como princípios, a descentralização e a não hierarquização, ou seja, todos os participantes da mobilização devem ser considerados no mesmo nível de responsabilidade que os outros atores escolares. Não obstante, na opinião do núcleo gestor da Secretaria de Educação, dos dirigentes e professores das escolas pesquisadas, a mobilização não garantiu uma adesão madura e reflexiva por parte desses familiares. Não se garantiu o registro sistemático das ações, que permitisse avaliar a efetividade da participação da família na vida escolar dos alunos e divulgar os ensinamentos adquiridos, via a inserção do PMSE, na realidade do município de Governador Nunes Freire, no Maranhão. A pesquisa deixou clara, pois, a necessidade de realizar uma avaliação constante do PMSE. Ainda assim, os interlocutores consideraram a participação fundamental para sensibilizar a família no sentido de valorizar a educação escolar como ação de cidadania. A pesquisa revelou, ainda, que os coordenadores do PMSE, tanto na Secretaria quanto nas escolas, poderiam organizar os mobilizadores em uma rede, de fundamental importância para o acompanhamento e monitoramento das ações de mobilização, permitindo avaliar e registrar as atividades de participação da família na vida escolar dos alunos e, assim, divulgar os ensinamentos adquiridos por meio das ações do PMSE.

Palavras-chave: Mobilização social pela educação. Participação familiar na escola.

ABSTRACT

Esta disertación trata sobre la participación de la familia en la vida escolar de sus hijos, esto en virtud de las directrices del Plan de Movilización Social por la Educación - PMSE. Desde su creación en 2008, el plan se propone sensibilizar a la familia para colaborar con la escuela en la mejoría de la calidad de la Educación Básica en Brasil. El objetivo principal de esta disertación fue el de comprender de qué forma se realizó la participación de la familia en la vida escolar de sus hijos en el sistema de enseñanza del Municipio de Governador Nunes Freire, en el estado de Maranhão en el bienio 2011-2012, y como esa participación repercutió en la mejora de la educación básica. Para entender mejor la problemática que envuelve la participación en la educación, fueron consultados autores que nos ayudarán en la comprensión de los tipos de prácticas que se ejercen en el interior de las organizaciones educativas. Son ellos: Barroso (1995), Lima (2001 e 1992), Fonseca (2004), Souto-Maior (2002) y Paro (1998). Para poder comprender mejor la movilización social por la educación, con base en sus fundamentos políticos, ideológicos y metodológicos, fueron examinados: Lino (2012) y Henriques (2005). La pesquisa tiene foco cualitativo, y como tal, se realizó una pesquisa bibliográfica, incluyendo aspectos de naturaleza teórica, documental y empírica. La pesquisa de campo fue realizada mediante la aplicación de cuestionarios a gestores de la Secretaría Municipal de Educación que vivieron la ejecución del PMSE durante el periodo de 2011-2012, periodo que fue escogido como recorte temporal para la pesquisa. Fueron también por otra parte investigados, a través de entrevistas semiestructuradas, los dirigentes, profesores de las escuelas, así como familiares de alumnos. Los resultados arrojaron que la propuesta de movilización de la familia fue un esfuerzo positivo en el núcleo gestor de la Secretaría Municipal de Educación, esto en el sentido de estimular la presencia de familiares en la escuela. Los dirigentes de las escuelas consideran como prioritarias las acciones de acompañamiento pedagógico del alumno por parte de la familia, con esto cabe decir que se facilitó el enfrentamiento de los problemas. Los profesores consideran importante la participación de la familia para mejorar el desempeño de los alumnos y para estimular el diálogo entre ellos. Esta conquista viene al encuentro de la propuesta del PMSE, visto que el este defiende, como principios, la descentralización y la eliminación de las jerarquías, es decir, que todos los participantes deben estar en el mismo nivel de responsabilidad. La pesquisa dejó claro la necesidad de realizar una evaluación constante. Sin embargo, sea por parte del núcleo gestor de la Secretaría de Educación, o por parte de los dirigentes y profesores de las escuelas evaluadas, la movilización no garantizó una adhesión y reflexión madura por parte de los familiares. No se garantizó el registro sistemático de las acciones que permitiera evaluar la efectividad de la familia en la vida escolar de los alumnos y divulgar los conocimientos adquiridos a través de la implantación del PMSE en la realidad del municipio de Governador Nunes Freire, en el estado de Maranhão. Aun así, los interlocutores consideran fundamental la movilización social para la sensibilización de la familia en el proceso de valorización de la educación escolar como acción de ciudadanía. La pesquisa reveló también que los coordinadores del PMSE, así como la secretaría y las escuelas pueden organizar a los movilizadores en una red de gran importancia para acompañar y monitorear las acciones de movilización, permitiendo así, evaluar y registrar actividades de participación de la familia en la vida escolar de los alumnos, y así mismo, poder divulgar los conocimientos adquiridos por medio de las acciones del PMSE.

Palabras clave: Movilización social por la educación. Participación familiar en la escuela.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas Selecionadas.

Quadro 2: Ex-gestores da SEMED selecionados.

Quadro 3: Interlocutores –família e professores.

Quadro 4: Diretrizes do Plano de Metas do PDE, para o eixo Gestão Educacional.

Quadro 5: Diretrizes do Plano de Metas do PDE, para o eixo Formação de Professores e dos Profissionais de serviço e Apoio Escolar.

Quadro 6: Diretrizes do Plano de Metas do PDE, para o eixo Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos.

Quadro 7: Diretrizes do Plano de Metas do PDE, para o eixo para o eixo Práticas Pedagógicas e Avaliação.

Quadro 8: Proposta do PMSE/MEC para implementação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Gestão Educacional.

Quadro 9: Proposta do PMSE/MEC para implementação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar.

Quadro 10: Proposta do PMSE/MEC para a implementação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Infraestrutura e Recursos Pedagógicos.

Quadro 11: Proposta do PMSE/MEC para implementação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Prática Pedagógica e Avaliação.

Quadro 12: Esquema paradigmático da Matriz Lógica do PMSE para orientar a elaboração do Plano de Ação pelos agentes mobilizadores.

Quadro 13 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como participar da vida escolar de seus filhos.

Quadro 14 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como manifestar interesse.

Quadro 15 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como os pais podem ajudar a escola em casa.

Quadro 16 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como saber se a escola está ensinando direitinho.

Quadro 17 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Vejam o que uma boa escola deve oferecer.

Quadro 18 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - O que se deve cobrar da escola pública.

Quadro 19 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - O que mais se pode fazer.

Quadro 20 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Sempre é tempo de aprender.

Quadro 21 – Países que acessaram o Blog da Mobilização no período 2008-2013

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Ideb observado (2005 - 2011) - Metas Projetadas (2007 - 2021)

Tabela 2 – Média e metas Ideb (2005 - 2011) - Metas Ideb projetadas (2007 a 2021)

Tabela 3 – Média e metas Ideb (2005-2011) - Metas Ideb projetadas (2007-2021)

LISTA DE SIGLAS

ANDES: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior.

ANPed: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento.

CF: Constituição Federal.

CUT: Central Única dos Trabalhadores.

CEPAL: Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

CNBB: Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CONIC: Conselho Nacional de Igrejas Cristãs.

CLAI: Conselho Latino Americano de Igrejas Cristãs.

EPT: Educação Para Todos.

FNDP: Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

FUNDESCOLA: Fundo do Desenvolvimento da Escola.

GT: Grupo de Trabalho.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IDEB: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano.

Inep: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

MEC: Ministério da Educação.

MINEDLAC: Reunião de Ministro da Educação

OEA: Organização dos Estados Americanos.

ONU: Organização das Nações Unidas.

ONGs: Organização Não Governamental.

OREALC: Escritório Regional para América Latina e o Caribe.

PAR: Plano de Ações Articuladas.

PEE: Planejamento Estratégico Escolar.

PIB: Produto Interno Bruto.

PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação.

PMSE: Plano de Mobilização Social pela Educação.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

PNE: Plano Nacional de Educação.

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

PNAIC: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.

PRELAC: Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe.

PPE: Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe.

PROMEDLAC: Reuniões do Comitê Regional do Projeto Principal de Educação da América Latina e Caribe

SAEB: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica.

SEMED: Secretaria Municipal de Educação

SEDUC: Secretaria Estadual de Educação

UnB: Universidade de Brasília

UNESCO: Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNICEF: Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PMSE: ORIGENS, BASES CONCEITUAIS, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO	24
1.1. Origens do PMSE.....	24
1.2. Princípios constitucionais, processo de elaboração do plano de mobilização social pela educação – PMSE.....	30
1.3. Bases conceituais e diretrizes do PMSE.....	34
1.4. Estratégias de ação do PMSE	39
1.5. Implantação do PMSE	43
1.6. Capacitação dos mobilizadores.....	44
CAPÍTULO 2 - A PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E A MOBILIZAÇÃO SOCIAL COMO ESTRATÉGIA PARA A MELHORIA DO TRABALHO ESCOLAR	46
2.1. A participação segundo a proposta do PMSE.....	50
2.2. A Cartilha e o Blog como instrumentos de mobilização do PMSE.....	54
2.2.1. A Cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos”.....	54
2.2.2. O Blog da Mobilização Social pela Educação.....	60
CAPÍTULO 3 – COMO GESTORES, PROFESSORES E FAMILIARES AVALIAM A SUA PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO.....	64
3.1. Como a Secretaria Municipal de Educação de Governador Nunes Freire se estruturou para executar a proposta de Mobilização Social pela Educação.....	64
3.2. Opiniões das famílias e dos professores acerca da participação na escola.	71
3.3. Como as famílias avaliam a participação na vida escolar dos seus filhos	77
3.4. Como as famílias avaliam os modos como se manifesta a sua participação na gestão da escola.....	82

3.5. Como as famílias avaliam a forma de transmissão e mobilização das decisões tomadas para o acompanhamento da vida escolar dos filhos.....	82
3.6. Como as famílias compreendem o sentido da participação na escola no âmbito do PMSE.....	86
3.7. Opiniões dos professores sobre a participação da família na vida escolar dos alunos.....	89
3.8. Opiniões dos professores sobre as iniciativas da escola para operacionalização da participação da família.....	92
3.9. Opiniões dos professores sobre a formação da família na perspectiva da cidadania.....	94
3.10. Como os professores compreendem o sentido da participação familiar na escola no âmbito do PMSE.....	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIAS.....	104
APÊNDICE I – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	108
APÊNDICE II – ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO COM GESTORES DA SEMEC.....	109
APÊNDICE III – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM PROFESSORES.....	110
APÊNDICE IV - ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM FAMILIARES DE ALUNOS.....	111
APÊNDICE V - ELENCO DE ESTUDOS EMPÍRICOS SOBREO TEMA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS.....	112
ANEXO A – CARTILHA “ACOMPANHEM A VIDA ESCOLAR DE SEUS FILHOS”.....	113
ANEXO B – BLOG DA MOBILIZAÇÃO.....	118

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, desenvolvida no Programa de Mestrado Profissional da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB), vincula-se à linha de pesquisa Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica. Como objeto da investigação, foi selecionado o Plano de Mobilização Social pela Educação (PMSE), criado pelo Ministério da Educação em 2008, com o propósito de estimular a participação das famílias em escolas públicas de educação básica. O objetivo foi conhecer de que forma o projeto contribuiu para a participação da família na vida escolar dos filhos em escolas do município de Governador Nunes Freire, Maranhão, no biênio de 2011 e 2012.

Meu interesse pelo tema surgiu quando, em fevereiro de 2011, passei a integrar a equipe da Coordenação do Plano de Mobilização Social pela Educação, vinculada à Secretária Executiva Adjunta do Ministério da Educação. De 2008 a 2012, o Plano de Mobilização Social pela Educação vinculava-se à Assessoria Especial de Assuntos Federativos do gabinete do Ministério da Educação. Seu objetivo é sensibilizar a família e a comunidade a participarem das ações de melhoria da qualidade da educação básica pública, preferencialmente no entorno de comunidades com os mais baixos Índices da Educação Básica ou em municípios e periferias das capitais e grandes cidades, onde inicialmente fiz parte da equipe de gerenciamento e disseminação. Atualmente, trabalhando em atividades voltadas à capacitação de mobilizadores sociais pela educação, meu interesse em estudar as evidências da participação da família na vida escolar dos seus filhos aumentou ainda mais, em especial as experiências consolidadas em função das diretrizes do PMSE.

A função que exerço junto à equipe do MEC, responsável pelo desenvolvimento do PMSE, exigiu um contato permanente com centenas de voluntários mobilizadores e com as equipes gestoras das ações de mobilização das secretarias municipais de Educação de mais 170 municípios da Região Nordeste. Foi por meio da adesão ao PMSE que a mobilização da família para o acompanhamento da vida escolar de seus filhos passou a ser assumida como política pública para a interação escola-família e comunidade pela melhoria da educação básica.

Na qualidade de partícipe da equipe dirigente do PMSE, acredito que a presente dissertação se justifica por constituir oportunidade privilegiada para que o

autor possa estudar o tema em sua dimensão teórica, por meio de pesquisa bibliográfica na qual foram examinadas as obras mais relevantes e atuais sobre o tema. A investigação empírica tem sua relevância atestada pelo fato de dar a conhecer o fenômeno para além das propostas políticas de governo, ao desnudar as práticas de participação em sua ambiência natural, ou seja, no próprio chão da escola.

Por se tratar de uma investigação junto a um público considerado prioritário na definição e execução de políticas públicas voltadas para a melhoria da educação básica, o trabalho afirma ainda sua relevância política, visto que busca oferecer subsídios para que a própria coordenação do PMSE possa repensar as suas políticas e seus projetos. Parto do pressuposto de que as experiências de inserção de organizações não governamentais, entidades filantrópicas e religiosas no espaço escolar devem ser avaliadas, visto que são precedidas por uma série de ações que demandam recursos públicos para a implantação de projetos, formação de pessoal, estruturação da escola e das secretarias de Educação para o seu desenvolvimento e para o acompanhamento sistemático das ações.

Por esta razão, há que problematizar a questão aqui investigada, com base na visão de autores que já refletiram conceitualmente e, também, em resultados de pesquisas sobre o tema em pauta.

Uma experiência que exemplifica essa modalidade de inserção foi a execução do projeto Fundo de Desenvolvimento da Escola (FUNDESCOLA), fruto de um acordo internacional entre o Banco Mundial e o MEC, desenvolvido (1998-2010) no âmbito de escolas fundamentais das regiões mais pobres do Brasil, Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE) constituía o componente central do Fundescola para o aperfeiçoamento da gestão escolar e para a melhoria da qualidade de ensino. O estudo de Oliveira, Fonseca e Toschi (2004) mostrou que os resultados educacionais não foram efetivos para melhorar o trabalho pedagógico. A equipe de direção e os professores tiveram seus trabalhos multiplicados por uma série de atividades adicionais que não se dirigiam ao núcleo pedagógico, mas que atendiam à burocracia decorrente das próprias normas internacionais. Os resultados do estudo mencionado mostraram, ainda, que a execução do acordo não compensou o custo financeiro e administrativo do projeto internacional.

O estudo de Fonseca (2004) acerca do tema mostra que existe uma pluralidade de propostas concebidas externamente à escola que interferem na organização e no funcionamento da escola pública, as quais, muitas vezes, apresentam bases ideológicas

diferenciadas. De um lado, situam-se propostas voltadas para uma concepção que respeita a construção coletiva e a identidade da escola, sua cultura e caráter autônomo. Buscam superar a *gestão dos meios e produtos*, própria da administração gerencial, centrando a atenção sobre as questões mais nucleares da educação e os aspectos mais humanos da cultura escolar, como as expectativas, satisfações e frustrações dos mestres e alunos quanto às condições do trabalho docente e ao processo de ensino. Outras propostas têm como objetivo melhorar o desempenho da escola por meio da participação de organizações que lhe são estranhas e podem sobrecarregar a instituição com ações não previstas. Muitas dessas propostas não se coadunam com a sua cultura, o que pode produzir resistências na equipe escolar. Isto porque as propostas, por serem concebidas em ampla escala geográfica, não levam em conta as condições efetivas de cada escola, disseminadas em municípios com diferenciadas situações econômicas, sociais e educacionais. As propostas generalizantes adentram a escola e produzem uma colisão com o estilo de gestão e com o trabalho dos mestres, enfim, com todas as dimensões que compõem a cultura escolar.

Outro exemplo ilustrativo vem da parceria das secretarias de Educação com o Instituto Ayrton Senna. Este passou a ocupar espaço na ação educacional, inclusive atuando diretamente no trabalho pedagógico das escolas, para compensar algumas deficiências de desempenho escolar e os consequentes problemas de repetição e evasão. Segundo o estudo de Queiroz (2010), além de se revelar uma forma de intervenção na educação fundamental pública, com custos financeiros para os estados, os resultados educacionais dessas parcerias não se apresentam mais eficientes do que a ação estatal de cunho eminentemente público.

Como mostra Gentili (2003), a inserção de organizações externas no ambiente escolar pode significar uma forma de privatização dos serviços educacionais, estimulando novas dinâmicas clientelísticas junto ao Estado, oriundas de entidades beneficentes e filantrópicas (como ONGs, por exemplo) ou voltadas para corporações de ensino e institutos empresariais de consultoria que prestam serviços ao setor público.

A participação parental ou familiar na escolarização dos filhos também é objeto de questionamentos. Segundo o estudo de Fonseca sobre os efeitos do PDE/Escola (*op. cit.*, 2004), os variados entendimentos sobre o que seja a participação social devem ser levados em conta, visto que ela pode absorver um sentido meramente

instrumental, levando a comunidade ou as famílias a se imiscuírem em atividades de pouca monta, sem que haja participação nas decisões afetas à política educacional. Além disso, pode produzir formas multivariadas em sua aplicação prática, que nem sempre se coadunam com as finalidades e os diversos contextos em que se materializa.

A participação familiar foi definida, para efeito deste estudo, como categoria basilar de análise. Por essa razão, merecerá um estudo mais detalhado no Capítulo II.

A partir dessas considerações, colocam-se as seguintes questões investigativas: Como ocorreu a participação das famílias na vida escolar de seus filhos no contexto do PMSE? Quais as ações executadas pela Secretaria de Educação e pelas escolas para que a participação parental ocorresse? Como os gestores da Secretaria Municipal de Educação e das escolas monitoram o processo e como avaliam os seus resultados?

Para encontrar respostas a essas indagações, este trabalho tem, como objetivo geral, perceber como ocorreu a participação familiar em escolas de ensino fundamental no contexto do Plano de Mobilização Social pela Educação e analisar a sua contribuição para a educação dos filhos, no município de Governador Nunes Freire, Estado do Maranhão.

Especificamente, foram definidos os seguintes objetivos:

- Identificar como a Secretaria Municipal de Educação e as escolas se organizaram para concretizar a política de participação familiar e como acompanham seus resultados.

- identificar e analisar, na opinião de gestores da Secretaria de Educação, professores, pais e, os sentidos (ideológicos, políticos, religiosos) que fundamentaram a participação familiar nas escolas e quais foram às ações concretas para a melhoria do trabalho escolar.

- conhecer e analisar a opinião de gestores da Secretaria de Educação, professores, pais e em relação aos resultados da participação familiar na melhoria do trabalho escolar e do desempenho dos alunos.

Como suporte analítico, foram definidas as seguintes categorias a serem examinadas: Mobilização social pela educação. Participação familiar na escola.

1. Modalidade da pesquisa e caminhos metodológicos

Este estudo enquadra-se no âmbito de uma pesquisa do tipo estudo de caso. Segundo o estudo Gil (2011) esta modalidade busca identificar fatores que

determinam ou contribuem para a ocorrência de fenômenos. É também considerada como a modalidade que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a causa das ocorrências físicas, naturais e sociais. Esta é caracterizada pela utilização de procedimentos qualitativos. Seu planejamento é flexível, de modo a envolver variados aspectos relativos ao fato estudado, inclusive a exploração de aspectos intuitivos, que não podem ser medidos estatisticamente, mas que podem ser interpretados logicamente. Sendo seu método preponderantemente qualitativo, comportam pesquisas bibliográficas; análise de resultados de estudos anteriores; observações diretas do fenômeno em processo; e entrevista, buscando percebê-lo segundo a visão das pessoas envolvidas nas pesquisas. Permitem, ainda, maior familiaridade com o objeto de estudo, facilitando apreensão na sua concretude.

Nessa proposta, a pesquisa tem uma finalidade de identificar e explicar os efeitos dos fenômenos, por isto se utiliza de uma metodologia qualitativa. Neste caso, as conclusões da pesquisa não permitem, em si, uma generalização, para outras regiões ou escolas. No entanto, é possível que outros pesquisadores se identifiquem com os problemas estudados e com as análises efetuadas, podendo aplicar os achados da pesquisa para sua realidade particular.

Para a realização dessa pesquisa foi utilizada a abordagem qualitativa, uma vez que se quer estudar a realidade e submetê-la a uma análise minuciosa de suas variáveis e da interação que se produz entre elas e os contextos que a integram. Para tanto, adotaram-se nesse trabalho as características da investigação qualitativa, apontadas por Bodgan e Biklen (1994), a fonte direta de dados reside no ambiente natural (escola), sendo o investigador (pesquisador) o protagonista principal de observação e interpretação. Preocupa-se como determinado problema (ex: história das instituições) que se manifesta nas interações cotidianas à luz da percepção dos sujeitos; descrição e interpretação com a preocupação fundamental de buscar apreender as diferentes perspectivas dos interlocutores, e perceber a dinâmica interna das situações, segundo o ponto de vista dos sujeitos. Por esta razão, a investigação deve ser conduzida pela via do diálogo entre os pesquisadores e sujeitos, com os registros das entrevistas e observações fiéis ao modo como os sujeitos dão significados às suas experiências. O pesquisador deve interessar-se mais pelo processo do que simplesmente pelos resultados ou produtos e preocupa-se em compreender como o objeto estudado se configura em um dado contexto (institucional), procedimentos e vivências cotidianas. Os dados devem ser analisados de forma indutiva, sem a intenção de confirmar ou

refutar hipóteses previamente. Outra característica relevante da investigação qualitativa é que o pesquisador pode coletar informações a partir de sua convivência com os interlocutores e, portanto, pode coletar informações não previstas nos roteiros iniciais de entrevistas.

Na pesquisa qualitativa, segundo Lüdke e André (1999), o pesquisador lança mão de uma variedade de dados, coletados em diferentes momentos, em situações variadas e com uma variedade de tipos de informantes, o que possibilita cruzar informações e levantar, inclusive, dados indicativos de tensões no processo. A interação direta do pesquisador com o objeto estudado possibilita que o fenômeno seja desvendado a partir da perspectiva dos sujeitos, o que permite desvendar significados, valores, atitudes e crenças que permeiam o cotidiano escolar.

De acordo com a abordagem qualitativa, foi feito um estudo bibliográfico, pesquisa documental e pesquisa de campo. O estudo constituiu-se de um levantamento referente à participação nas organizações escolares que pudessem dar sustentação ao presente trabalho. Os estudos que mais se coadunaram com os propósitos da presente dissertação foram os de Barroso (1995); Queiroz (2010); Gentili (2003); Lima (2001 e 1992); Fonseca, Carneiro e Souza (2004); Sá (2012); Souto Maior (2002) e Paro (1998). Para a compreensão da mobilização social em seus fundamentos políticos e metodológicos, examinou-se Lino (2012) e Henriques (2005), além da Cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” e o Blog da Mobilização, ambos disponíveis na rede de comunicação do PMSE.

Outros estudos foram examinados e estão elencados no quadro referente ao apêndice V. Tratam do envolvimento de pais com o ensino das crianças na educação básica, da complexa relação de cooperação entre instituições escolares e familiares e dos seus efeitos – positivos ou negativos – no campo da educação escolar. Ainda que o envolvimento da família com a escola possa ser considerado no seio da política oficial como uma estratégia necessária e legítima para a melhoria da educação escolar, dos espaços escolares, os resultados desses estudos mostram a reincidência de falta de integração entre essas instituições e os protagonistas envolvidos nessas relações, além de uma série de problemas relativos à colisão entre os objetivos da parceria com a cultura escolar (APÊNDICE V).

Foram analisados, ainda, documentos que ajudam a entender a proposta do MEC para a construção de uma política de mobilização social pela educação, com foco na sociedade, para a sensibilização da família no tocante à valorização da

educação e ao acompanhamento da vida escolar de seus filhos, com evidência nos decretos e leis que tratam o tema envolvendo o período de 1990 a 2011. Em especial, merecem destaque a Lei nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), e o Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, que instituiu o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, como programa estratégico do Plano de Desenvolvimento da Educação.

Entre os documentos analisados, ressaltam-se ainda os relatórios técnicos consultados do Plano de Mobilização Social pela Educação, referentes ao período de 2008 e 2011 e os da Secretaria Municipal de Educação de Governador Nunes Freire, Maranhão, de 2011 a 2012, tais como projetos e planos de ação constantes na sua proposta de mobilização.

2. Seleção de escolas e interlocutores da pesquisa

Elegeram-se como campo de pesquisa o município de Governador Nunes Freire, no Estado do Maranhão. Situado a 465 km de distância de São Luís, na região norte do Maranhão. A população da cidade foi estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 25.401 habitantes no ano de 2010; aproximadamente 37,2% residem na área rural. As escolas de ensino fundamental somam 48 no total, sendo 28 na zona urbana e 23 na zona rural com 6.578 alunos.

A escolha do município deu-se pelos seguintes critérios:

- o município aderiu ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação para execução do Plano de Ações Articuladas (PAR)¹, o que exige a fiscalização das ações pactuadas com a União por parte da sociedade civil;

- pertence à unidade federativa que possui o segundo menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)², e tem 3.987 famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que integra o Plano Brasil sem Miséria (BMS);

- faz parte do estado com o maior número de crianças entre oito e nove anos de idade analfabetas do país;

1 Termo de Cooperação Técnica nº 13822 celebrado entre o MEC e o Município de Governador Nunes Freire - MA em 2008.

2 É um indicador para avaliação de países, no âmbito da ONU, sendo composto de dados relativos à expectativa de vida ao nascer, à educação e ao PIB *per capita*. O IDH do Brasil em 2001 é de 0,718 na escala que vai de 0 a 10.

- em 2011 atingiu a meta do Ideb e está acima da média de referência;
- teve papel de destaque no 1º Seminário Internacional de Mobilização Social pela Educação – Interação Escola-Família e Comunidade, realizado em Fortaleza, no Ceará, em 2011;

Para atender à necessidade da pesquisa, foram entrevistados catorze sujeitos, sendo oito familiares de alunos e seis professores. Pela mesma razão, foram aplicados questionários a outros quatro: um ex-secretário de Educação; um ex-coordenador da mobilização social e dois ex-diretores de escolas. Nesta seleção, o autor tomou em conta a experiência e a participação nas ações de mobilização no biênio 2011-2012.

As escolas foram escolhidas segundo os critérios do Ideb, sendo alto o Ideb acima de 6.0, por ser este considerado ideal de acordo com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e baixo o Ideb inferior a 4.9, superior à média de Governador Nunes Freire em 2011, que foi de 3.2. Com a seleção dos dados, chegou-se às duas escolas aqui denominadas de Escola E e Escola F, ambas localizadas na periferia urbana do município pesquisado, mas com índices alto e baixo do Ideb, conforme descrito no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Escolas selecionadas

Crítérios	Escolas	Ideb/2011	Quant.alunos	Localização
Ideb	Escola E	2.9	483	Zona Urbana
	Escola F	4.0 e 3.1 ³	387	Zona Urbana

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados no Inep (2010) e Semed (2010).

O próximo passo foi a seleção dos interlocutores, ou sujeitos da pesquisa, e dos códigos que os identificaram, tendo em vista que se procurou resguardar a identidade dos entrevistados por questões éticas. O Quadro 2 apresenta os interlocutores da Secretaria Municipal de Educação e das escolas.

³ O Ideb nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi de 4.0, superior à nota projetada de 3.7. O bom desempenho também se verificou no Anos Finais do Ensino Fundamental, cuja nota observada foi de 3.1.

Quadro 2 – Ex-gestores que participaram da implantação do PMSE

Instrumento	Cargo	Código
Questionário	Gestor	A
	Gestor	B
	Gestores	C e D

Fonte: Elaboração própria.

A escolha desses gestores descritos no Quadro 2 foi importante para atingir o objetivo proposto. A do Gestor A foi necessário por ele ter sido o principal interessado na política de mobilização social pela melhoria da educação. A do Gestor B se deu por formular a proposta de mobilização para ser desenvolvida nas unidades escolares e por fomentar as ações desenvolvidas pela Secretaria. Das escolas, foram escolhidos dois interlocutores C e D, responsáveis diretos pela implantação da proposta de mobilização nas unidades de ensino. No Quadro 3, apresentam-se os interlocutores das escolas e das famílias que contribuíram para o entendimento desse estudo:

Quadro 3 – Interlocutores da pesquisa –Famíliares e professores

Instrumento	Interlocutores	Quantidade
Entrevista direta	Professores da escola E	Prof. 1 Prof. 2 Prof. 3
	Professores da escola F	Prof. 4 Prof. 5 Prof. 6
Entrevista direta	Famíliares de alunos – Escola E	P-1 P-2 P-3 P-4
	Famíliares de alunos – Escola F	P-5 P-6 P-7 P-8

Fonte: Elaboração própria.

Neste Quadro 3, optou-se por identificar com códigos os interlocutores (professores e familiares), que vivenciaram direta ou indiretamente as experiências de mobilização social pela educação.

As escolas E e F estão localizadas na zona urbana do município de Governador Nunes Freire e atendem alunos de baixo estrato social. A escola E oferta apenas os Anos Finais do Ensino Fundamental, do 6º ao 9º ano, enquanto a Escola F, os Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental.

A Escola E não apresentou bons resultados de proficiência nos testes realizados pela Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (ANRESC, também denominada "Prova Brasil"), em 2011. Seu Ideb alcançou a nota de 2.9, inferior à nota projetada de 3.9. Nesta instituição, o Plano de Mobilização Social pela Educação foi implantado em razão da reduzida participação da família no cotidiano escolar e do combate à reprovação e evasão de alunos, verificadas em 2010.

A Escola F apresentou bons resultados de proficiência nos testes da Prova Brasil de 2011. Seu Ideb nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental foi de 4.0, superior à nota projetada de 3.7. O bom desempenho também se verificou nos Anos Finais do Ensino Fundamental, cuja nota observada foi de 3.1, em oposição à nota projetada de 2.2. Habitualmente, a participação das famílias no cotidiano da escola é assídua, motivada pela existência de projetos pedagógicos. Nesta escola, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de tornar a participação das famílias na vida escolar de seus filhos um compromisso de todos, embora o constatado não seja o desejável.

Por fim, a abordagem qualitativa, tal como delineada anteriormente, permitiu investigar a riqueza processual da participação da família na vida escolar de seus filhos nas duas escolas pesquisadas na cidade de Governador Nunes Freire. Para tanto, procurou-se, ao máximo, estimular os interlocutores para que dessem seus depoimentos, a partir da experiência vivida em relação à participação na vida escolar de seus filhos.

As entrevistas foram semiestruturadas para dar maior liberdade e espontaneidade aos sujeitos e para possibilitar maior interação entre os entrevistados e o pesquisador (LUDKE e ANDRE, 1986). E foram realizadas nos meses de maio e julho de 2013. Ocorreram nas casas e em escolas correspondentes aos familiares e professores entrevistados, tendo a duração média de uma hora. Foram gravadas com a concordância dos interlocutores e, depois de transcritas, geraram 54 laudas de depoimentos.

A análise dos dados privilegiou a interpretação das falas dos sujeitos, relacionando-as com as categorias mobilização e participação, por constituírem eixo

condutor do presente estudo, conforme quadros de análises, construídos para subsidiar as entrevistas com as famílias e professores (APÊNDICES III e IV).

Para os dirigentes educacionais foram aplicados somente questionários construídos e definidos com a influência mais ou menos evidente do quadro teórico que sustenta os objetivos da investigação (APÊNDICE II).

A dissertação divide-se em três capítulos. No primeiro, apresenta-se a proposta oficial do PMSE, incluindo os objetivos e os fundamentos legais que o embasou além das estratégias de ação. São apresentados, ainda, os determinantes que influenciaram as primeiras experiências de políticas de participação parental na educação do Brasil e no exterior.

No segundo capítulo, procurou-se identificar, na literatura brasileira e estrangeira, os fundamentos teóricos e metodológicos da categoria participação, e mobilização social pela educação. Buscou-se, também, problematizar a proposta de participação definida nos documentos oficiais do PMSE.

No terceiro capítulo, é analisada a participação da família no sistema municipal de ensino de Governador Nunes Freire, em face das diretrizes do Plano de Mobilização Social pela Educação. Nele, são retomados os objetivos propostos à luz do referencial teórico, dos documentos oficiais e da bibliografia conceitual e empírica examinada.

CAPÍTULO 1 - MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO NO CONTEXTO DO PMSE: ORIGENS, BASES CONCEITUAIS, OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO

Este capítulo busca analisar a proposta base do PMSE relativa aos objetivos e princípios legais decorrentes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, especificamente, da mobilização das famílias e da comunidade, em proveito da melhoria da qualidade da educação básica. São analisados os fundamentos teóricos que orientam a ação mobilizadora pela educação de qualidade, articulados ao conceito de participação pelo cumprimento de metas fixadas no termo de adesão do Plano Compromisso. Em seguida, são comentadas as estratégias de ação elaboradas em três pontos fundamentais: diretrizes, atividades e sugestões de implementação do plano. Essas estratégias constituem o principal meio de disseminação do PMSE.

1.1. Origens do PMSE

O cultivo da prática democrática e participativa de múltiplos atores na gestão da educação básica continuou como um fator chave e urgente na agenda dos países latino-americanos e caribenhos para que dessem um salto qualitativo na educação em razão das metas do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe da Unesco e das Reuniões do Comitê Regional do Projeto Principal de Educação para a América Latina e Caribe, que aconteceram na cidade de Cochabamba, na Bolívia, em março de 2001. Nessa reunião, fez-se menção à adoção de providências para a formação docente, que demandaria um enfoque ordenado, integrando a formação inicial com a continuada, a participação ativa em projetos de melhoramento, a geração de centros educativos de equipes de trabalho docente, pautados na investigação e interação.

Embora a Declaração de Cochabamba não mencione uma formação específica para o segmento denominado *múltiplos atores*, infere-se do documento que o protagonismo de múltiplos atores locais pode reforçar a ação do profissional docente e melhorar o equilíbrio na atribuição de tarefas e responsabilidades entre os diferentes níveis de gestão. Sobre esse protagonismo social nas políticas educacionais para a região, o relatório da Orealc (2008, p. 18) traz a seguinte orientação:

É necessário passar de uma ênfase no desenho de políticas educacionais institucionais nacionais ou subnacionais que tenham de ser implantadas em nível local, a um que também habilite os atores locais para que tomem as decisões da operação das instituições de ensino.

Cabe aqui ressaltar o trecho da conclamação da Declaração de Cochabamba (2001, p. 4) para que os Estados, por meios de seus governos, assumissem suas responsabilidades inalienáveis de habilitar esses atores locais como condição necessária para aumentar a participação comunitária na educação:

Um número cada vez maior de pessoas é excluído dos benefícios do desenvolvimento econômico e social que acompanham a globalização, porque são afetadas por limitações na sua educação que as impede de participar ativamente nesse processo.

Segundo o primeiro estudo comparativo sub-regional do Laboratório Latino-americano para a Avaliação da Qualidade da Educação (1999), o “nível educacional das famílias” e o “profissionalismo e a dedicação dos professores” são concebidos como fatores fundamentais para melhorar a qualidade educacional na região. Há agora um claro reconhecimento das necessidades de promover a participação de múltiplos atores e práticas intersetoriais no campo da educação, integrando a família e a instituição escolar, a fim de priorizar a vinculação e o desenvolvimento local.

Paralelamente aos esforços da Unesco para elaborar um Projeto Regional com base nas recomendações enunciadas em Cochabamba, foi requerido aos países da América Latina e Caribe que assumissem efetivamente a liderança de estimular a ação da sociedade na representação, na execução e na avaliação dos impactos das políticas educativas. Os ministros se comprometeram a fazer com que os Estados trabalhassem em conjunto com a sociedade civil nas políticas, estratégias e ações destinadas a alcançar as seis metas estabelecidas da Educação para Todos⁴, tendo como marco de referência a Declaração de Dakar⁵.

Em 2007, o Brasil, como membro da ONU, participou da Segunda Reunião Intergovernamental de Ministros de Educação do Projeto Regional de Educação para

⁴ Educação e cuidado na primeira infância, Universalização da Educação primária, Alfabetização de adultos, Paridade e igualdade de gênero e Qualidade em educação.

⁵ O Fórum Mundial de Dacar, de abril de 2000.

América Latina e o Caribe (Prelac)⁶, em Bueno Aires, Argentina. Nesta Reunião, os ministros de Educação presentes e os representantes de 34 países reafirmaram a Declaração de Havana e ratificaram a vontade política de apoio ao novo Projeto Regional, cujo horizonte é de 15 anos (2000-2015).

Para cumprir este compromisso, o MEC, em substituição ao Plano Nacional de Educação 2001, instituiu o PDE⁷, em 2007, o qual coloca à disposição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios instrumento de avaliação e de implementação de políticas para a melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública. Inclui, ainda, nos seus pilares, uma visão sistêmica de educação, territorialidade, desenvolvimento e regime de colaboração, além de dois outros imperativos: a responsabilização, sobretudo dos gestores escolares, e a mobilização da sociedade.

Como programa estratégico do PDE, foi instituído pelo Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, celebra um regime de colaboração com os entes federados, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes e consubstanciado em um plano de metas concretas. Tal compromisso compartilha competências políticas, técnicas e financeiras para a execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica (BRASIL, 2007).

A partir da adesão ao Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, os entes federados elaboraram seus respectivos Planos de Ações Articuladas - PAR⁸ em quatro grandes dimensões: gestão educacional, formação dos professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar, infraestrutura física e recursos pedagógicos e práticas pedagógicas e avaliação.

Embora as ações pactuadas sejam passíveis de acompanhamento público e controle social, já que o MEC disponibiliza, para consulta pública, os relatórios dos Planos de Ações Articuladas, elaborados pelos estados e municípios que aderiram ao Plano Compromisso, foi definido, também, no âmbito da Assessoria Especial de Assuntos Federativos do gabinete do ministro da Educação, Fernando Haddad, como

⁶ O Projeto Regional de Educação para América Latina e o Caribe (PRELAC) foi aprovado na Primeira Reunião Intergovernamental realizada na cidade de Havana, Cuba, entre 14 e 16 de novembro de 2002. A segunda foi realizada na Argentina.

⁷ Voltado para o aperfeiçoamento da gestão escolar por meio de apoio técnico e financeiro.

⁸ Para auxiliar na elaboração do PAR, o Ministério da Educação criou o sistema, SIMEC – Módulo PAR Plano de Metas, que pode ser acessado de qualquer computador conectado à internet, representando uma importante evolução tecnológica, com agilidade e transparência nos processos de elaboração, análise e apresentação de resultados do PAR.

instrumento auxiliar, um Plano de Mobilização Social pela Educação. Esse Plano pretende envolver a sociedade civil como sujeito ativo nas discussões e no desenvolvimento de ações de mobilização em favor das diretrizes do Plano de Metas do PDE.

Sobre essa mobilização, assim se expressou o então ministro da Educação Fernando Haddad:

Famílias, igrejas, trabalhadores, empresários, sindicatos, institutos de responsabilidade social, entidades de representação, lideranças comunitárias, lideranças sociais, conselhos tutelares, Ministério Público, entidades e órgãos de proteção à infância e à adolescência precisam ser mobilizados para que se sensibilizem com as dificuldades e urgências dos nossos sistemas educacionais. E apontem soluções para mudar esse quadro⁹.

Na acepção de Dourado (2007, p. 939), o engajamento social em torno da política educacional se faz necessário, pois “a iniciativa da União, por meio da indução do financiamento de ações, programas e políticas, nem sempre tem se realizado de modo orgânico”. Com base nesse argumento, a descentralização das ações do MEC nas áreas da educação implica, também, fornecer à sociedade civil informações que lhe confirmam maior engajamento no controle dos recursos públicos e na gestão dos problemas e realidade locais. A partir dessa fala, pode-se inferir que o PMSE pode integrar-se nessa lógica de controle de recursos.

No entanto, a incorporação de orientações internacionais na agenda educacional dos países deve ser analisada com o devido cuidado. O Brasil já desenvolveu várias experiências desse porte, a exemplo dos acordos técnicos e financeiros do país com o Banco Mundial no período 1970-2010. Os estudos de Silva (2002) e Fonseca (2004) mostram que a dita cooperação técnico-financeira entre o Brasil e o Banco Mundial apresentou resultados insuficientes, quando não negativos, para a melhoria das condições de trabalho escolar e da qualidade da educação básica pública. As ações foram limitadas à organização do fazer cotidiano das instituições, segundo modelos pré-estabelecidos de gestão e de planejamento, atribuindo tarefas, destinando recursos para a infraestrutura física das escolas, delimitando o tempo das atividades previstas. Não lograram, no entanto, melhorar a qualidade da educação fundamental para além da correção de alguns índices, como a diminuição da

⁹ Trecho do pronunciamento feito por Fernando Haddad, Ministro da Educação por ocasião do lançamento do Plano de Mobilização das Igrejas Cristãs pela Educação, em maio de 2008 (Fonte: arquivo PMSE).

repetência e da evasão. Esse efeito, entretanto, perdurou apenas durante a execução de cada projeto, trazendo para as escolas benefícios como obras e equipamentos, treinamento em serviço, além dos pagamentos adicionais para os professores. Ao serem encerrados os acordos, a rotina escolar voltou a ser balizada pelos limites técnicos e financeiros da administração local, causando óbvias frustrações à equipe escolar. Não obstante a fraca repercussão, o processo de financiamento externo à educação perdurou por mais de quatro décadas. A parca divulgação dos resultados concretos dos projetos acalentou o mito sobre a capacidade técnica e financeira do Banco Mundial.

A estrutura de mobilização da Unesco é diferente daquela do Banco Mundial. Isto se explica pelo fato de que as conferências mundiais por ela organizadas permitem a participação democrática de todos os países, portanto, as orientações políticas para a educação são debatidas por ministros da Educação ou seus representantes. O Banco Mundial, ao contrário, produz *a priori* suas próprias políticas e a participação de representantes dos países em seus encontros é bastante restrita. Por essa razão, as normas incluídas nos acordos técnico-financeiros do MEC com o Banco traduzem as suas políticas pré-definidas.

É preciso considerar, ainda, que as políticas recomendadas pela Unesco no âmbito das conferências educacionais têm caráter generalizante, e, por esse motivo, já foram objeto de críticas do educador Anísio Teixeira ainda nos anos 1960. O estudo de Fonseca (2009) mostra que o período de 1956 a 1963, que abarcou os governos democráticos de Kubitschek e Goulart, foi profícuo na mobilização dos educadores, que debateram as suas ideias em fóruns nacionais. Os debates concentravam-se nos compromissos assumidos nas conferências internacionais organizadas pela Unesco e a OEA, notadamente as que foram realizadas em Punta del Leste e Santiago do Chile, em 1961 e 1962. Além do aspecto doutrinário que recomendava a integração da educação ao desenvolvimento econômico e social, as conferências estabeleceram metas decenais para a educação na América Latina. Os educadores, entre eles Anísio Teixeira e outros membros do então Conselho Federal de Educação, criticavam a inadequação das metas internacionais generalizantes frente às condições socioeconômicas e culturais de cada país. Contrariando as orientações genéricas internacionais, Anísio Teixeira defendeu que fossem levadas em conta as condições econômicas, políticas e culturais de cada país na definição de suas metas educacionais.

O artigo de Fonseca e Oliveira (2010, p. 113) analisa uma coletânea organizada pela Unesco/Iesalc (2008), que aglutinou onze artigos de especialistas da América Latina e do Caribe, cujas opiniões oscilam entre o impacto positivo e o negativo das recomendações da Unesco. Como pontos positivos, sinalizam o fato de se considerar a educação superior como bem público e como parte fundamental do desenvolvimento cultural, socioeconômico e ecologicamente sustentável dos países; o encaminhamento das atividades da Unesco para erradicar a pobreza, a violência e o analfabetismo. Os especialistas criticaram, também, o fato de que, na prática, as recomendações são generalizantes e não levam em conta as condições econômicas, culturais e administrativas dos diferentes países partícipes de suas conferências.

A tônica desta participação como valor e sinal democrático, segundo nos parece, tem sua origem na mencionada Declaração Mundial sobre Educação para Todo (WCEFA, 1990) ao propor aos governos nacionais o fortalecimento de alianças com autoridades públicas, professores, órgãos educacionais e demais órgãos do governo, organizações governamentais e não governamentais, setor privado, comunidades locais, grupos religiosos e famílias, como estratégias aceitáveis na direção de uma educação para todos. Nesse sentido, o PMSE, defende o posicionamento de que os esforços para garantir o direito à educação não podem ser apenas das escolas e das famílias, mas de uma rede articulada de colaboradores que reunidos em comitês de mobilização social, darão um novo significado ao controle social e à participação da sociedade civil nas decisões políticas e pedagógicas de interesse educacional.

De acordo com a reflexão de Líbâneo (2012), o escopo das políticas pós-Jomtien, promovidas e mantidas pelo Banco Mundial, é transformar a escola pública em uma caricatura de inclusão social, pelo seu caráter assistencial e acolhedor nas mais variadas áreas. Essa crítica não exclui, pelo contrário, as soluções evasivas para os problemas educacionais, particularmente, no âmbito do trabalho das escolas e dos professores. A visão ampliada de educação, em que o ensino se restringe a ações de solidariedade e participação no cotidiano escolar, segundo o citado autor, tem reduzindo drasticamente o papel do professor na formação cognitiva dos alunos.

No próximo item, serão apresentadas as dimensões que compõem o PMSE. A intenção é mostrar como foram concebidas no âmbito do MEC, com o intuito de dar a conhecer os objetivos do Plano em sua versão oficial.

1.2. Princípios constitucionais, processo de elaboração do Plano de Mobilização Social pela Educação – PMSE

O PMSE surgiu em 2008 em função de articulações realizadas em torno do Plano de Metas do PDE, objetivando

fazer um chamamento às lideranças dos diversos segmentos – igrejas, empresários, trabalhadores, profissionais liberais, profissionais da cultura e esporte, voluntários engajados em programas sociais – para uma mobilização que garanta, a médio prazo, o direito de aprender a todos e a cada um dos brasileiros. (BRASIL, 2009, p. 1)

Sua denominação inicial foi de Plano de Mobilização Social de Igrejas Cristãs pela Educação. Tinha como propósito orientar lideranças e membros de comunidades cristãs a se engajar como agentes mobilizadores da comunidade e da família no movimento pela melhoria da educação brasileira, para que o Brasil alcance, até 2022, o índice de qualidade educacional dos 20 países mais bem colocados no mundo¹⁰.

A justificativa para a mobilização do segmento cristão em favor da implantação das diretrizes do plano de metas do PDE, nas escolas públicas, encontra-se em um documento¹¹, datado de 19 de junho de 2008:

A importância das ações desenvolvidas pelas instituições religiosas se dá pela grande força social e política que elas possuem ao promover debates e mobilizações em associações, órgãos de imprensa, comunidades, instituições de ensino etc.; nas quais pode estar incluída a promoção da educação como valor social e humano. (BRASIL, PMSE, 2008, p. 2)

A afirmação acima foi o mote para se reconhecer que as instituições religiosas cristãs têm responsabilidade e papel de destaque no fomento do desenvolvimento da educação nacional, sobretudo junto às populações que reclamam do governo federal oportunidades de acesso, permanência e aproveitamento escolar com êxito. Pressupõe-se que a cooperação desse segmento social com a política educacional do MEC pode contribuir para o alcance de objetivos comuns, o que seria mais difícil se agisse

¹⁰ A meta estabelecida é a de n. 06, sendo sugerida com base nos resultados do Saeb e da Prova Brasil de 2005.

¹¹ Versão preliminar do Manual para Formação e Capacitação de Agentes Mobilizadores das Igrejas Cristãs (Fonte: arquivo PMSE, 2008).

independentemente e de forma isolada. Para tal, se constituiu um Grupo de Trabalho (GT) formado por entidades representativas das principais igrejas cristãs com atuação no Brasil (Conselho Latino-Americano de Igrejas Cristãs – CLAI; Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs – CONIC), além do próprio MEC, por meio da Assessoria Especial do Ministério da Educação para Assuntos Federativos. Segundo o relatório PMSE/MEC (2009) a formalização do GT foi fundamental para pensar e definir uma estratégia de mobilização capaz de chegar até os membros das igrejas cristãs e motivá-los a adotar atitudes que representassem uma real contribuição para a melhoria da qualidade da educação do país. Com relação a essa estratégia de mobilização, três premissas foram consideradas fundamentais: trabalhar o imaginário, identificar a contribuição que cada igreja pode dar ao projeto e a coletivização – uso das redes de comunicação.

A consciência de que trabalhar o imaginário social do público foco da mobilização significava despertar nos indivíduos os meios inteligíveis de seus intercâmbios com as instituições escolares, ou como eles se visualizam enquanto partes de uma coletividade, levou o GT a constituir o Plano de Mobilização das Igrejas Cristãs pela Educação¹², o qual se fundamenta nos direitos humanos, na cidadania, na ética, na solidariedade, na inclusão e na tolerância (BRASIL, PMSE, 2009, p. 7). O documento traz a orientação às lideranças das igrejas para o diálogo com o seu público de atuação sobre o papel da família na educação dos filhos.

Ao inferir que a base do Plano de Mobilização das Igrejas Cristãs pela Educação pode ser sintetizada na educação como um direito e um dever das famílias, conclui-se que todas as famílias e responsáveis por crianças e jovens têm o direito de reivindicar que a escola dê uma educação de qualidade para todos os alunos. Conclui-se também que famílias e responsáveis têm o dever de ajudar a escola em casa, criando disciplina e rotina de estudos.

Em atenção às particularidades desse segmento social, recomenda-se que as ações se concentrem em campanhas de conscientização e no trabalho voluntário que aproxime escola e comunidade, mediadas pelo conteúdo da cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos”, principal instrumento dos mobilizadores para o seu trabalho voluntário no diálogo com as famílias e a comunidade. No desenrolar dessa ação, enfatiza-se, para além do púlpito, o uso das novas tecnologias, especialmente a

¹² Contém informações básicas sobre a organização e o panorama da educação brasileira (avanços e desafios) e os principais programas de apoio aos sistemas e às escolas (BRASIL, PMSE, 2010-2011).

internet e as rádios comunitárias, como elementos facilitadores na difusão das demandas da mobilização social pela educação.

Sublinha Ilse Scherer-Warren (2008, p. 146) que

[...] tanto o movimento altermundialização quanto as redes de movimento específicas têm se beneficiado desses recursos, não só para a comunicação inter-rede, mas também na construção de uma rede simpatizante, de solidariedade e na formação de uma “opinião pública mundial” e (ou) latino-americana, a partir de uma sociedade civil crítica.

A fim de politizar o conteúdo da cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos”, as lideranças e voluntários são instruídos a comunicá-lo para a família em conexão aos fatores extracurriculares, de modo a sensibilizá-la sobre a realidade das coisas à sua volta, sem manipulação e autoritarismo. Observa Peruzzo (1998) que o fazer comunicativo implica o exercício de decisão compartilhada, informações abundantes, autonomia, corresponsabilidade e representatividade. Do ponto de vista da representatividade e relevância, os conteúdos da cartilha estão organizados de modo a gerar nas pessoas o sentimento de corresponsabilidade e engajamento social com a causa do movimento, nos seguintes aspectos: como participar da vida escolar de seus filhos; como manifestar interesse pela educação dos filhos; como os pais podem ajudar a escola em casa; como saber se a escola está ensinando direitinho; ver o que uma boa escola deve oferecer; o que se deve cobrar da escola pública; como ajudar a fortalecer o conselho escolar; o porquê da importância de familiares que não concluíram os estudos matriculem-se na educação de jovens e adultos (ANEXO A)

Registra-se que o PMSE das Igrejas Cristãs – e, conseqüentemente, a cartilha “Pais acompanhem a vida escolar de seus filhos” – tomou como referência as 28 diretrizes do Plano de Metas do PDE/2007, que expressam *boas práticas*¹³ encontradas em escolas e redes públicas de aprendizagem, nas quais os alunos apresentam bom desempenho¹⁴. E com base nessas diretrizes foram relacionadas ações e atividades que poderiam ser adotadas no diálogo e reflexão com a comunidade sobre os temas relevantes para a promoção da educação de qualidade.

¹³ Entende-se por boas práticas, as experiências pedagógicas que podem ser replicadas em diferentes contextos, com o mesmo êxito (BARDACH, 2000).

¹⁴ Inspirado nas experiências pedagógicas de 200 municípios brasileiros que apresentaram médias superiores a 5.0 no Ideb e no estudo Aprova Brasil, O Direito de Aprender, do UNICEF, foi adotado por 33 escolas do ensino fundamental situadas em comunidades pobres de 14 estados brasileiros.

A adesão de novos interessados em torno do PMSE das Igrejas Cristãs ampliou-se em 2009, em virtude do empenho de pastores, padres, voluntários na apresentação do Plano e na discussão da Cartilha: “Acompanhe a vida escolar dos seus filhos” em reuniões com membros das suas comunidades. Estima-se, que, por meio dessas adesões, foi atingido um grupo de 315 mil pessoas, além de outras 135 mil, atingidas por ações semelhantes por meio de empresas e ONGs (BRASIL/MEC, 2009).

A partir dessa mobilização, novas instituições passaram a atender ao chamado do MEC para a soma de esforços no sentido de sensibilizar a sociedade, os educadores e, em especial, as famílias, para a internalização da educação como valor social. Essas instituições tomaram, inclusive, a iniciativa de imprimir os materiais promocionais do PMSE das Igrejas Cristãs, sobretudo a cartilha: Acompanhem a vida escolar de seus filhos¹⁵. No mesmo período, passou-se a contar com o apoio institucional da União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME). Consequentemente, secretarias municipais de Educação de várias localidades do país passaram a assumir a liderança da Mobilização Social pela Educação em seu campo de atuação, promovendo eventos de lançamento do Plano e apoiando a criação de Comitês de Mobilização.

Segundo o relatório do PMSE (2009), a adesão suprarreligiosa em torno do PMSE das Igrejas Cristãs não se deu de forma casuística, pois decorreu da identificação, por parte da equipe do MEC, de atrair mobilizadores e do convite feito a esses atores para envolverem-se no plano. Entre esses, o Movimento Compromisso Todos pela Educação, que atua desde 2006. Em resposta pressão desse movimento, o MEC patrocinou a sanção do Decreto nº 6.094, de 2007, que instituiu o Plano de Metas do PDE, batizando-o igualmente de Compromisso Todos pela Educação. Este movimento empresarial, de caráter privatista, segundo Araújo (2012, p. 66) tende a promover o “pânico social”, que consiste em afirmar que os níveis educacionais estão “piorando”, “que os alunos que estão concluindo sabem pouco”. Exagero e realidade mesclam-se na afirmação de Araújo na tentativa de evidenciar a influência do discurso privatista na condução da política pública educacional, sobretudo nos países em desenvolvimento. A tentativa de ajustar o sistema educacional brasileiro à lógica da

¹⁵ Municípios pioneiros na impressão da cartilha: Oliveira/Minas Gerais; Lages e Capivari de Baixo/Santa Catarina; Araçariguama, Tupi Paulista e Jacareí/São Paulo; e Bagé/Rio Grande do Sul (BRASIL, PMSE, 2008-2009).

economia e da produção, de fato, tornou-se evidente na bandeira de luta do Movimento Todos pela Educação, pois houve uma reação por parte do MEC e, com ela, uma série de medidas implantadas, como o lançamento do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), em 2012, que prevê assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental. Assim, suas bandeiras de lutas¹⁶ foram ganhando *status* tentando influir na formação inadequada de professores e baixa remuneração, formação e carreira do professor; jornada mínima diária na escola, escola em tempo integral; no aprimoramento da gestão educacional, no uso dos resultados das avaliações externas; no aperfeiçoamento da gestão e da governança da educação, na efetivação de um Plano Nacional de Educação.

Nesta fase, ganha uma nova identidade: deixa de ser Plano de Mobilização Social das Igrejas Cristãs pela Educação para ser um Plano de Mobilização Social pela Educação. Reunindo em torno de si um amplo aspecto mobilizador: Entidades religiosas, Institutos de responsabilidades sociais, Empresas, Lideranças comunitárias, Lideranças sociais, Entidades de representação, Poderes Executivos e Legislativos locais, Semed/Seduc, entre outros. Tais entidades passam a colaborar com PMSE no desenvolvimento de atividades externas as escolas, promovendo eventos de lançamentos do Plano e apoiando a criação de Comitês de Mobilização.

1.3. Bases conceituais e diretrizes do PMSE

As bases conceituais e operacionais do Plano de Mobilização Social pela Educação fundamentam-se na experiência e na metodologia de mobilização social desenvolvida pela Fundación Social da Colômbia. O propósito era mobilizar 20 mil escolas de educação básica (públicas e privadas) e seus educadores para que tomassem um conjunto de decisões para melhorar o rendimento educacional, introduzir princípios básicos de convivência e fortalecer os códigos de modernidade no sistema educativo (TORO; WERNECK, 1996). A experiência foi aplicada e ampliada no Brasil desde final de 1993, no Pacto de Minas pela Educação, no Paraná, no Mato

¹⁶ As metas definidas para a educação básica, a serem atingidas até o ano de 2022, são: (1) Todas as crianças e jovens na escola; (2) Todas as crianças e jovens concluindo os ciclos; (3) Todas as crianças sabendo ler e escrever até, no máximo, os oito anos de idade; (4) Todos os alunos aprendendo, para atingir níveis 75% acima do nível satisfatório do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb); e (5) Garantia de recursos para a educação (com investimentos mínimos anuais, para cada aluno da rede pública da educação básica, o que equivale a 5% do Produto Interno Bruto – PIB).

Grosso e, recentemente, no Ceará. Nas diversas situações federativas, a mobilização social foi posta a serviço da construção de uma cultura ética e democrática contra o insucesso na escola pública, com objetivo de assegurar a educação de qualidade para todos e a união de todos pela qualidade da educação.

Comentando o processo de participação social da Colômbia, os educadores colombianos Bernardo Toro e Werneck (1996) afirmam que esta deve ser entendida como a convocação livre de vontades na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido compartilhados. Os próprios autores, porém, alertam para o fato de que a mobilização é também um ato de razão, na medida em que consciências, e não somente vontades, devem ser mobilizadas em ação de tal monta. Nesse sentido, a participação não pode ser decretada ou doada. A sociedade só se mobilizará se incorporar a participação como um valor social, o que exige transparência no trato de suas questões e nos debates em torno de suas políticas de desenvolvimento. Lembram os autores (op. cit. 1996) que a democracia participativa não acontece espontaneamente, do nada. Ela é fruto de mediações e articulações relativamente abertas e plurais em torno de um fato ou causa de relevante interesse social. Além dos interesses comuns que movem pessoas, grupos ou organizações que começam uma mobilização sabem que não podem resolver nada sozinhos.

O PMSE foi definido de acordo com o Plano de Metas do Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação – PDE (2007), cuja intenção é integrar um conjunto de programas para dar organicidade ao sistema nacional de educação, mobilizando toda a sociedade em prol da melhoria da qualidade da educação, em torno de quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização. O PMSE envolve ações tanto no campo da educação formal (luta pela qualidade do processo de ensino e de aprendizagem), quanto no campo da educação não formal (luta pelo direito de participação nas esferas deliberativas, conselhos, projetos, entre outros). A convocação do MEC (BRASIL/MEC/PMSE, 2008) às lideranças dos diversos segmentos sociais é justificada pelo descompasso entre o acesso escolar (97,9% das crianças entre sete e 14 anos estão na escola) e o desempenho acadêmico dos alunos. Com base nos dados da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD/IBGE/2011), 5% das crianças da 4ª série estão plenamente alfabetizadas; nove em cada 10 alunos da 8ª série têm dificuldade na resolução das quatro operações matemáticas; e um em cada dez brasileiros acima de 15 anos de idade (cerca de 14,2 milhões) não consegue escrever um bilhete simples.

Em síntese, a participação social em torno das causas educacionais só faz sentido se as pessoas souberem também o porquê e para que se dá a necessidade de participação.

Os pilares que fundamentam o PMSE são atrelados ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). De acordo com a publicação MEC/PMSE (2009), são desdobramentos consequentes de princípios e objetivos constitucionais, que buscam expressar o enlace necessário entre educação, territórios e desenvolvimento, de um lado, e o enlace entre qualidade, equidade e potencialidade, de outro lado. Depreende-se do documento que o PDE busca, de uma perspectiva sistêmica, dar consequência a um regime de colaboração com os entes federados, com vistas à melhoria dos Indicadores da Qualidade na Educação¹⁷ em seus territórios, a partir de quatro grandes áreas: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; infraestrutura física e recursos pedagógicos e prática pedagógica e avaliação.

Embora o MEC tenha a clareza de que a qualidade da escola envolva outras dimensões, a adesão ao Plano do PDE implica por parte dos entes federados incluírem em suas escolas o conjunto de 28 diretrizes para melhorar a qualidade da educação básica em seus territórios, conforme os quadros a seguir:

Quadro 4 – Diretrizes do Plano de Metas do PDE, para o eixo Gestão Educacional do PMSE

Diretrizes relativas ao eixo Gestão Educacional
<ul style="list-style-type: none"> - Alfabetizar as crianças até, no máximo, os 8 anos; - Combater a repetência; - Combater a evasão; - Valorizar a formação ética, artística e atividade física; - Estabelecer como foco a aprendizagem de cada aluno; - Acompanhar cada aluno individualmente; - Promover a educação infantil; - Matricular o aluno na escola mais próxima de sua residência.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O Quadro 4 assinala que, por meio de uma ação planejada e refletida do gestor e do professor no dia a dia da sala de aula, a escola pode realizar seu maior objetivo: fazer com que alunos aprendam e adquiram o desejo de aprender cada vez mais e com

¹⁷ Registra-se que as dimensões propostas para os Indicadores da Qualidade na Educação pelo Plano de Metas do PDE são resultados da parceria de várias organizações governamentais e não governamentais, tais como Ação Educativa, Unicef, PNUD, Inep, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Cenpec, CNTE, Consed, Fundação Abrinq, Fundescola-MEC, Seif-MEC, Seesp-MEC, Caise-MEC, IBGE, Instituto Pólis, Ipea, Undime, Uncime (www.inep.gov.br).

autonomia. Ou seja, para atingir esse objetivo, é preciso focar a prática pedagógica no desenvolvimento dos alunos, o que significa observá-los de perto, conhecê-los, compreender suas diferenças, mostrar interesse por eles, conhecer suas dificuldades e incentivar suas potencialidades. Ela deve estimular e incentivar o comprometimento dos gestores escolares com o resultado do desempenho dos alunos.

Quadro 5 Diretrizes do Plano de Metas do PDE para o eixo Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar do PMSE

Diretrizes relativas ao eixo Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar
<ul style="list-style-type: none"> - Criar programa de formação inicial e continuada dos profissionais da educação; - Implantar plano de carreira, cargos e salários para profissionais da educação; - Valorizar o mérito, a formação, desempenho eficiente, dedicação, assiduidade, pontualidade e responsabilidade dos profissionais da educação; - Elaborar o projeto político pedagógico da escola com a participação dos professores; - Estabelecer regras claras para a nomeação e exoneração dos diretores; - Incorporar ao núcleo gestor da escola os coordenadores pedagógicos; - Divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à educação, em especial aqueles ligados à escola e ao município.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O Quadro 5 sugere a necessidade de uma política de formação adequada e sólida ao professor, assim como uma carreira atraente, com salário equiparado às demais profissões e com plano de carreira estimulante, como condição necessária para impactar de forma positiva o bom desempenho do profissional em sala de aula e, conseqüentemente, para ampliar a oferta da educação de qualidade. Para tanto, é importante que se garantam formação continuada aos profissionais e também outras condições, tais como estabilidade do corpo docente e uma adequada relação entre o número de professores e o número de alunos.

Quadro 6 Diretrizes do Plano de Metas para o eixo Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos do PMSE

Diretrizes relativas ao eixo Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos
<ul style="list-style-type: none"> - Transformar a escola em espaços comunitários; - Manter e recuperar espaços e equipamentos públicos que possam ser utilizados pela comunidade escolar; - Ampliar os tempos e espaços educativos visando a aumentar o tempo do aluno para atividades educativas e pedagógicas que favoreçam a melhoria da aprendizagem, para além da jornada escolar obrigatória; - Firmar parceria entre escolas, empresas, ONGs e outros atores visando a ampliar a oferta de oportunidades de desenvolvimento.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

No Quadro 6, destaca-se uma grande preocupação com a qualidade do ambiente físico escolar, de modo que favoreça o convívio entre as pessoas, que seja flexível e tenha as condições suficientes para o desenvolvimento das atividades de ensino–aprendizagem. A perspectiva é garantir o cumprimento efetivo das quatro horas diárias obrigatórias e o aumento da exposição do aluno ao ensino, associado à melhoria das condições de aprendizagem e do funcionamento das escolas. Indica também a expectativa de colocar em prática a educação integral nas áreas mais vulneráveis do país, a fim de equalizar as oportunidades educacionais.

Quadro 7 Diretrizes do Plano de Metas do PDE para o eixo Práticas Pedagógicas e Avaliação
Diretrizes relativas ao eixo Práticas Pedagógicas e Avaliação

- | |
|---|
| <p>Diretrizes relativas ao eixo Práticas Pedagógicas e Avaliação</p> |
| <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhar e avaliar, com a participação da comunidade e dos Conselhos, as políticas públicas da área de Educação; - Promover a gestão participativa na rede de ensino; - Fomentar e apoiar os conselhos escolares; - Garantir o funcionamento efetivo, autônomo e articulado dos conselhos de controle social; - Elaborar Planos de Educação e fomentar a criação de conselhos, quando não existirem; - Integrar os programas de educação com os de outras áreas como saúde, esporte e assistência social; - Zelar pela transparência da gestão pública em educação. |

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O Quadro 7 discorre sobre o papel das avaliações para orientar as rotas da garantia do direito à educação de qualidade para todos e combater as desigualdades reveladas. Isso significa que os resultados dos exames devem fornecer informações a fim de que os professores aprimorem sua prática pedagógica e os gestores elaborem melhores políticas públicas.

As diretrizes do PMSE se coadunam com as 28 diretrizes do Plano de Metas do Plano de desenvolvimento da Educação – PDE (BRASIL, 2007) para as escolas. Com base nessas metas, o PMSE fez um estudo dos seus conteúdos para propor aos mobilizadores a realização de atividades de incentivo e orientação às lideranças e seus respectivos segmentos com o objetivo de apoiar a implantação dessas diretrizes nas unidades de ensino. Para cada área prioritária foi incrementada uma série de ações de cunho pedagógico e político, conforme previsto no Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. São exemplos dessas ações a atividade de alfabetizar as crianças até, no máximo, os oito anos de idade, envolver as famílias dos educandos no monitoramento e na consecução das metas do compromisso ou divulgar na escola e na

comunidade os dados relativos ao IDEB, e organizar um comitê local do Compromisso.

1.4. Estratégias de ação do PMSE

Para lograr a efetividade das ações junto ao público a ser mobilizado, o GT do PMSE desenhou uma proposta base com sugestões para a implementação das diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação nas escolas básicas do sistema público de ensino, nas áreas mostradas no Quadro 8.

Quadro 8 – Proposta do PMSE/MEC para implantação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Gestão Educacional

ESTRATÉGIA DE AÇÃO - Gestão Educacional 1 a 17
<p>1. Acompanhar o processo de alfabetização das crianças para assegurar que elas estejam alfabetizadas até os 8 anos. 2. Assegurar à criança e ao adolescente um momento diário em casa para estudar. 3. Assegurar que as crianças façam sempre o dever de casa e outras atividades demandadas pela escola. 4. Interessar-se e conversar sobre o que as crianças estão aprendendo na escola (as atividades de que mais gostam, suas dificuldades). 5. Verificar se seus filhos estão indo às aulas todos os dias. 6. Ajudar as crianças a conservar o material escolar e o uniforme. 8. Comunicar-se regularmente com a escola, respondendo sempre aos bilhetes e avisos que recebe. 9. Avisar a escola quando seu filho precisa faltar. 10. Comunicar os responsáveis e a escola sobre crianças que estão fora da escola. 11. Cuidar da higiene e saúde dos filhos, procurando assistência médica para sanar problemas (p. ex.: problemas de visão, audição) e a manterem as vacinas em dia. 12. Conhecer seus direitos (oferta de vagas para os filhos a partir dos 4 anos na escola mais próxima de sua residência, merenda escolar, educação artística, educação física, etc.) 13. Matricular a criança na educação infantil. 14. Assegurar à criança com deficiências o direito de estudar nas classes comuns do ensino regular junto com outras crianças. 15. Cobrar da escola acompanhamento individual dos alunos e aulas de reforço quando necessário. 16. Informar aos órgãos responsáveis (Conselhos Tutelares, Ministério Público etc.) situações irregulares: falta de vagas, falta de professores, instalações deficientes, falta de merenda de qualidade etc. 17. Incentivar os jovens e adultos a se alfabetizarem ou a prosseguirem nos estudos, procurando cursos de EJA.</p>

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O Quadro 8 indica os conhecimentos, habilidades e atitudes que se pretende desenvolver na família, como público prioritário a ser sensibilizado e mobilizado na luta pela melhoria da qualidade da educação e no enfrentamento dos problemas que não são de responsabilidade apenas da escola. Ao focar a prática pedagógica no desenvolvimento da família, espera-se por parte da gestão escolar envolver os pais, alunos, professores, funcionários e outras pessoas da comunidade na administração da escola, por meio do compartilhamento de decisões e informações de interesse de todos. Essa proposta tem como referência a pesquisa feita por Soares e Collares (2006)

com base em dados dos questionários socioeconômicos respondidos pelos alunos durante a aplicação do exame do Saeb, os quais evidenciaram o impacto positivo de a família se expressar com ações concretas no dia a dia da vida escolar de seus filhos. Por outro lado, os autores reconhecem que as ações sugeridas são “tarefas muito difíceis, principalmente em comunidades em que as famílias têm pouco capital cultural ou pouca capacidade de organização” (2006, p. 16).

O quadro 9, a seguir, apresenta as estratégias de ação referentes à formação de professores.

Quadro 9 – Proposta do PMSE/MEC para implementação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar

ESTRATÉGIA DE AÇÃO
Formação de Professores e dos Profissionais de Serviço e Apoio Escolar
18. Acompanhar a frequência dos professores. 19. Conhecer os professores de seus filhos e valorizar o seu trabalho. 20. Conhecer a direção, a equipe pedagógica e os demais profissionais da educação que atuam na escola dos filhos. 21. Dialogar com o Conselho Escolar aspectos referentes ao funcionamento das escolas: gestão, práticas pedagógicas e avaliação, formação e capacitação de professores, infraestrutura e recursos pedagógicos, etc. 22. Visitar a escola regularmente e participar das reuniões de pais. 23. Conhecer o desempenho escolar de seus filhos. 24. Conhecer indicadores de qualidade de aprendizagem como a Prova Brasil e o Ideb, quando forem divulgados. 25. Procurar a escola para conhecer os resultados da Prova Brasil e do Ideb, quando forem divulgados.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

Para compreender o Quadro 9, parte-se do ponto de vista de que todos os profissionais da escola são importantes para a realização dos objetivos do projeto político-pedagógico. Para tanto, é imprescindível que se garanta formação continuada aos profissionais e também outras condições, tais como a estabilidade do corpo docente, o que incide na consolidação dos vínculos e dos processos de aprendizagem, uma relação adequada entre o número de professores e o número de alunos, e salários condizentes com a importância do trabalho.

A pretensão do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, segundo as diretrizes estabelecidas para formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, está em consonância com a meta estabelecida pelo novo Plano Nacional de Educação¹⁸: garantir até 2020, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, que todos os professores da educação básica passem a ter formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

¹⁸ O referido Plano Nacional de Educação encontra-se em tramitação no Congresso Nacional.

Sobre tal proposição, o PMSE/MEC, atribui à comunidade escolar o papel de reivindicar oportunidades para que todos (professores e funcionários) se habilitem para o exercício de seu trabalho. Nesse aspecto, a aproximação da escola com a família e a comunidade faz-se fundamental para que exista um compromisso mútuo na implementação, acompanhamento e exigibilidade da qualidade da educação pretendida. As propostas para o eixo de infraestrutura encontram-se no Quadro 10.

Quadro 10 – Proposta do PMSE/MEC para a implementação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Infraestrutura e Recursos Pedagógicos

ESTRATÉGIA DE AÇÃO Infraestrutura Física e Recursos Pedagógicos - 26 e 27
26. Estimular os filhos e as crianças da comunidade a participar de programas que usem as dependências da escola para atividades esportivas, artísticas e culturais voltadas à comunidade, tais como biblioteca. 27. Participar, como voluntários, com suas diferentes aptidões e potencialidades, de programas que transformem a escola em espaços comunitários.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

Assim como no quadro anterior, o Quadro 10 reafirma a necessidade do fortalecimento do vínculo escola-família e comunidade para o compartilhamento da gestão do espaço escolar em três aspectos: o bom aproveitamento dos recursos existentes (muitas vezes pode ser insuficiente, mas é preciso cuidar para que tudo o que se tem seja bem aproveitado); uma organização que favoreça o convívio entre as pessoas, que seja flexível e conte com as condições suficientes para o desenvolvimento das atividades de ensino e aprendizagem; e a qualidade dos recursos (se respondem às necessidades, se são suficientes, organizados e bem cuidados).

No processo de mobilização, o caminho deve ser o da convergência do diálogo, expresso na criação de um imaginário, que torna possível o propósito da escola como um espaço comunitário. O despertar deve ser coletivo, de modo a aumentar o sentimento de pertencimento e de compromisso pelos recursos instrucionais básicos e de infraestrutura adequada para ampliação da jornada escolar na perspectiva da educação integral, conforme objetiva o Programa Mais Educação, de iniciativa do Ministério da Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/2010. A seguir, o Quadro 11 mostra as estratégias de ação para o eixo Prática Pedagógica e Avaliação.

Quadro11 – Proposta do PMSE/MEC para implementação das diretrizes do Plano de Metas do PDE - eixo Prática Pedagógica e Avaliação

ESTRATÉGIA DE AÇÃO Práticas Pedagógicas e Avaliação - 28 a 30
28. Conhecer os Conselhos Escolares e suas atribuições e participar nessa instância. 29. Demandar da escola a criação de Conselhos Escolares, caso não existam. 30. Demandar das autoridades transparência e resultados na gestão da educação.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

Pode-se dizer que o principal desafio do Plano de Mobilização Social pela Educação, fomentado pelo MEC, é fazer com que a comunidade consiga explicitar e projetar ações e resultados com os quais ela possa se comprometer. A análise do Quadro 11 sugere que, para além das tradicionais participação em reuniões pedagógicas, festas e exposições de alunos, é na instância dos conselhos escolares que a comunidade tem condição de orientar, opinar e decidir sobre tudo o que tem a ver com a qualidade da escola (como participar da construção do projeto político-pedagógico e dos planejamentos anuais, avaliar os resultados da administração e ajudar na busca de meios para solucionar os problemas administrativos e pedagógicos ou decidir sobre os investimentos prioritários).

Embora os conselhos escolares, como mecanismos de participação da comunidade na escola, já estejam presentes em muitas escolas do país, a efetivação do conjunto das 28 diretrizes do Plano de Metas do PDE requer a qualificação e a formação adequada dos seus membros, haja vista que a natureza do programa exige o controle interno e externo na fiscalização da gestão pública dos recursos destinados a incrementar as oportunidades educacionais, tanto do ponto de vista operacional, quanto do contábil.

A partir desses quadros que resumem as estratégias de ações sugeridas pelo PMSE/MEC para a implantação do conjunto das 28 diretrizes do Plano de Metas do PDE, deduz-se que o foco de todo o processo de mobilização é o estímulo à participação das famílias e da sociedade em iniciativas que visem a contribuir com a melhoria da qualidade da escola pública brasileira. Enfatiza-se também a necessidade de a escola ser receptiva a essa mobilização, com indicação de várias ações para sensibilizar seus profissionais e projetos que possam favorecer a interação com a comunidade e com os pais e responsáveis por seus alunos.

Ciente da responsabilidade dos pais na educação de crianças e adolescentes e da necessidade de a escola envolver a família no processo ensino-aprendizagem, o PMSE sugere aos diversos voluntários da mobilização uma estratégia de ação com sugestões de implantação para o conjunto das 28 diretrizes do Plano de Metas do PDE. Sua função é ser um estímulo para que cada voluntário (instituições ou pessoas) possa montar seu próprio Plano de Ação, reinterprestando-o à luz das necessidades do seu território de atuação (BRASIL/PMSE/MEC, 2008).

1.5. Implantação do PMSE

A implantação do plano é feita por agentes mobilizadores, identificados como lideranças em suas áreas de atuação, que se comprometem a atuar como voluntários. Importa que tenham algum tipo de interação com as famílias e que participem de oficinas de capacitação para qualificar seu discurso frente ao seu público-alvo de atuação, com vistas a ampliar a parceria e a abrangência espacial das ações. As oficinas devem atender aos seguintes pontos: ter agentes multiplicadores entre as lideranças locais com capacidade para divulgar o plano; identificar e formar novos mobilizadores; divulgar a importância de as famílias participarem da educação dos filhos, orientando-as sobre como fazê-lo e acompanhando-as de perto.

Dentre os conteúdos de formação, destacam-se os relacionados aos seguintes temas¹⁹:

- a) Apresentação do Plano de Mobilização Social pela Educação – fundamentos, objetivos e relação com o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação;
- b) Panorama da educação no Brasil – os desafios e avanços da educação básica brasileira, com destaque para o Programa de Apoio à Gestão Educacional, proposto pela União aos entes federativos;
- c). Razões para a interação escola-família e comunidade – discorridos em razões de estudos e pesquisas que mostram a influência positiva da participação da família no desempenho escolar dos estudantes e a importância dessa interação;

¹⁹ Proposto conforme formato atual da Oficina de Formação para a Capacitação de Mobilizadores Sociais pela Educação (PMSE/MEC, 2013). Os conteúdos são abordados de acordo com a realidade educacional da cidade ou região, divulgada pelo Inep/MEC.

- d). Territórios de mobilização – instruir os voluntários mobilizadores a mapear o território de atuação em confronto com realidade local (ex: que escola, família, lideranças religiosas e sociais ou entidades de apoios mobilizar?);
- e) Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação social – discorre sobre o real sentido da mobilização proposta, esclarecendo sentidos, conceitos e práticas;
- f) Comitê de mobilização – formalização em âmbito local de um comitê de mobilização social pela educação, com pessoas que demonstrarem interesse;
- g) Elaboração de um plano de ação – contempla os seguintes itens: agentes mobilizadores, público a ser mobilizado, atividade a ser realizada, estratégia de comunicação e interação, oportunidade de onde e quando trabalhar determinada atividade, recursos necessários e avaliação.

1.6. Capacitação dos mobilizadores

Guardadas as peculiaridades de cada cidade ou região, os agentes mobilizadores são instruídos a elaborar um plano de ação, que pode ser específico ou geral, tendo como referência o conjunto das 28 diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, conforme exemplificado no Quadro 13.

Quadro 13 – Esquema paradigmático da Matriz Lógica do PMSE para orientar a elaboração do Plano de Ação pelos agentes mobilizadores

Público a ser mobilizado: Pais, mães, avós, tios ou responsáveis por alunos em evasão escolar – rural e urbana.
Atividade a ser realizada: Campanha Municipal de Prevenção à Evasão Escolar. Agentes mobilizadores: Secretaria de Educação, gestores escolares, professores, agentes de saúde, membros de comitê, etc.
Estratégia de comunicação e interação: Divulgação na mídia: rádio comunitária e folders
Comentários relevantes: Visitar os pais ou responsáveis em sua casa ou no seu ambiente de trabalho.
Recursos externos necessários: Cartilha: “Acompanhem a vida escolar de seus filhos”, Panfleto: dica de como o filho se dá bem na escola, Cartaz: eduque pelo exemplo e adesivo: Esta casa foi visitada pela Mobilização Social.
Oportunidade de onde e quando trabalhar a atividade: Início do primeiro e segundo semestre escolar, reuniões de pais e mestres.
Apoio: Prefeitura Municipal, Secretaria Municipal de Educação, Conselho Tutelar, Ministério Público, Comerciantes, entre outros.
Avaliação: Contínua durante todo o processo (antes, durante e depois).

Fonte: Secretaria Municipal de Educação de Governador Nunes Freire - MA, 2013.

Por tudo o que foi exposto até aqui, é possível perceber que não existe uma padronização do Plano de Mobilização Social pela Educação. A regra geral é negociar, incorporar o que for razoável e avaliar em que medida as diretrizes do Plano de Metas do PDE pelo PMSE contribuem para atender a uma necessidade específica de um município ou região para a melhoria dos seus indicadores educacionais, por meio de suas atividades, campanha de conscientização e trabalho voluntário que aproxime escola-família e comunidade.

O próximo capítulo dedica-se a problematizar o tema da participação familiar, e da mobilização social, que se traduz como categorias fundamentais da presente dissertação. Serão apresentadas as visões de autores que se dedicaram, teórica ou empiricamente, a fomentar a reflexão sobre o tema.

CAPÍTULO II - PARTICIPAÇÃO FAMILIAR E MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA A MELHORIA DO TRABALHO ESCOLAR

O escopo deste capítulo II é compreender o sentido plural da participação parental no processo de escolarização dos filhos. Mostra a proposta da Unesco, a partir das conferências que estabeleceram a importância da participação familiar na escolaridade dos filhos. Examina a visão de autores que qualificam os diferentes sentidos da participação, desde a visão instrumental da Teoria das Organizações até a afirmação da participação política.

Nas últimas décadas, os textos legais brasileiros outorgam lugar de destaque à participação como um dos elementos essenciais da gestão democrática. A Lei nº 9.394/1996 (LDB) aborda a participação em seu artigo 14, nos incisos I e II, e define como seus eixos: a participação dos profissionais da educação na elaboração do Projeto Pedagógico da escola e a das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. O Plano Nacional de Educação, Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, também prevê a democratização da gestão do ensino público a partir da participação da comunidade escolar em conselhos de classe, escolares ou instâncias similares.

No entanto, os dispositivos legais não deixam claro o sentido plural da participação. No meio acadêmico, os autores afirmam a estreita relação entre democracia e participação. Porém, chamam a atenção para o fato de que a participação pode produzir formas multivariadas em sua aplicação prática, dependendo das finalidades e dos diversos contextos em que se materializa.

Segundo o estudo de Souto-Maior (2002), a participação pode ser compreendida em sua dimensão instrumental e política. No primeiro caso, é entendida como aquela que prioriza a eficiência organizacional. Os indivíduos são considerados agentes condicionáveis e previsíveis no contexto organizacional em que a autonomia e a descentralização são controladas pela padronização dos processos decisórios na organização. A chamada “administração participativa”, difundida no setor empresarial, configura-se como uma abordagem essencialmente instrumental, visando envolver os trabalhadores em decisões restritas ao nível operacional, em um clima de colaboração entre superiores e subordinados. Por meio desse tipo de participação, a gerência espera manter um clima de satisfação e comprometimento, que deverá resultar em um melhor

desempenho organizacional. Já no caso da participação popular nas organizações governamentais, o autor propõe que todos têm o direito a participar das atividades dos órgãos públicos, pelos quais são afetados. Nesse contexto de participação, consideram-se os indivíduos atores políticos que buscam a concretização de seus interesses na instituição. A participação política enxerga a organização como uma arena política, na qual os ambientes são constituídos a partir de alianças estratégicas e frutos de negociação política.

A participação, conforme se materializa no PMSE, é eminentemente política, visto que o plano prevê que os pais são atores que devem participar do processo decisório que se estabelece nas escolas.

Alguns autores se referem à categoria da não participação que se faz presente e que impede que a participação na escola ocorra em um contexto verdadeiramente democrático. Entre eles, Lima (1992) entende que a participação na escola deve ser o resultado de um entrosamento de orientações de ordem formal com outras do tipo individual ou coletivo, as quais culminam em diversos tipos e maneiras de se situar na escola. Em outros termos, o autor salienta que por meio de um processo de conjugação de quatro vertentes (democraticidade, regulamentação, envolvimento e orientação) torna-se possível qualificar as diferentes formas de participação na escola, como a participação direta/indireta, formal/informal, ativa/passiva, entre outras. Lima (2001) também identifica diferentes modos de não participação, como a não participação voluntária, que corresponde a uma opção dos atores de não participar; a não participação induzida, quando fatores condicionantes, como falta de material e problemas estruturais que influenciam (ou impedem) a forma de atuar; a não participação por omissão; e a não participação decretada (imposta ou forçada), sendo esta mais frequente que as outras formas, já que geralmente decorre de dispositivos legais que regulam ou mesmo impedem a participação democrática.

No caso da participação política, segundo Lima (2001), o empenho dos atores nas causas de interesses públicos está diretamente ligado à experiência concreta de sua participação no seu bairro, na sua comunidade ou na sua cidade, pois:

[...] toda participação acarreta algum tipo de envolvimento quer este seja traduzido em forma de ação e de comprometimento mais ou menos militantes, ou pelo contrário, pela rejeição do ativismo que cede lugar a formas de intervenção orientadas por um certo calculismo ou mesmo por uma certa passividade. (LIMA, 2001, p. 76)

A superação dessa passividade como uma necessidade para o desenvolvimento social deve ser buscada cotidianamente, a partir de escolhas e decisões, do respeito aos valores pessoais e coletivos. Livre da inércia, a comunidade se qualifica para assumir as rédeas de sua própria história. Ainda que as dificuldades sejam grandes, cada organização, cada empresa, cada prefeitura e secretaria, cada escola, cada grupo de pessoas deve despertar para o exercício da participação social como um modo de vida da democracia. Além de fazer sua parte, é preciso motivar outras pessoas para que o direito à educação, nas suas múltiplas dimensões, seja efetivado.

Concordando com Lima, Sá (2012) admite que a participação poderá assumir um caráter sedutor, retórico e manipulativo. A pluralidade é um fato que tem permitido a sua apropriação ao serviço de agendas muito diversas e, não raras vezes, mesmo como instrumento privilegiado dos discursos e das políticas mais conservadoras. Dessa forma, afirma o autor, multiplicam-se os riscos de uma utilização acrítica do conceito, como mera tecnologia social subordinada a estratégias de controle ou como simples recurso de legitimação da ordem instituída. Para o autor, esta forma se define como não participação, significando um processo que pode ser justificado por vários fatores, como a resistência dos professores com relação à presença dos pais no âmbito escolar, o fato de as ofertas facultadas aos pais não estarem condizentes com suas expectativas e a desaprovação dos professores quanto a um maior envolvimento dos pais em áreas mais expressivas sujeitas a uma divisão de poder.

Para Lino (2012), apesar de as informações indicarem uma direção e explicitarem uma escolha ética, precisa-se entender três elementos fundamentais de todo movimento social: o empoderamento, a irradiação e a convergência. O primeiro se apresenta como a base de todo processo de mobilização social e significa promover a iniciativa e a participação das pessoas em espaços privilegiados de decisões dos direitos sociais. Com base nessas considerações, o autor afirma que este elemento devolve poder e dignidade a quem deseja o estatuto de cidadania, ao tirar das mãos de poucos e colocar nas mãos de muitos o poder de decidir os rumos de uma ação. Se o empoderamento social é dar poder a uma comunidade, no sentido de desconcentrar o poder de decisão central e fazer com que tudo seja mais democrático, então está se falando em desconcentrar energia. Justamente por reconhecer que em um processo de mobilização essa ideia é fundamental, o referido autor sugere que o movimento precisa se espalhar, irradiar. E irradiar significa pelo menos três coisas: abranger

qualitativamente um número cada vez maior de pessoas para o exercício da participação social; envolver cidadãos de todos os setores na resolução dos problemas sociais que são de todos; organizar-se socialmente em redes, fóruns, para a segmentação do movimento.

Ora, se mobilizar é um ato de liberdade, que depende da paixão dos envolvidos para atuarem com precisão, foco e razão em torno de um propósito comum, é fundamental que os envolvidos, apesar de suas diferenças, sejam capazes de definir e perseguir objetivos coletivos, de um jeito cada vez mais organizado e articulado. A convergência de sentidos e propósitos em torno dos objetivos a serem perseguidos tende a evitar a personalização do movimento e o desvirtuamento das ações.

Enfim, promover a participação no sentido de outorgar poder a muitas e diferentes pessoas (irradiação) em torno de um propósito comum (convergência), como elemento fundamental de toda mobilização social, significa contemplar a inclusão social das bases, o reconhecimento do pluralismo das ideias e a promoção da democracia participativa no interior dos movimentos sociais.

Paro (2000) considera esta possibilidade e aponta impedimentos à participação, entre eles, a questão do centralismo da gestão, a ausência de canais apropriados para facilitar a participação de alunos e funcionários da escola, de pais e outros segmentos da comunidade, os quais sofrem com a falta de tempo pelas condições de trabalho. Além disso, outros obstáculos como as divergências políticas, a distribuição de poderes entre os diferentes atores escolares e a utilização de mera retórica liberalizante podem conduzir a uma falsa ideia de participação e de gestão democrática.

Nesse sentido, a participação só pode ser entendida como objeto de política educacional e jamais como mero instrumento técnico para o funcionamento da escola. O autor sugere que, além dos condicionantes existentes no âmbito da unidade escolar e das condições de vida e de trabalho, existem três outros que também concorrem para a não participação, quais sejam: a) o fechamento por parte da escola a qualquer tipo de participação; b) o constrangimento dos pais no que tange ao relacionamento com pessoas de camada superior à sua; e c) o receio de os filhos sofrerem represálias, no caso de qualquer interferência dos pais.

Do exposto, ficou claro que o ponto comum entre os autores examinados é o pressuposto de que a participação constitui elemento essencial da gestão democrática. Significa que a divisão de responsabilidades entre os segmentos escolares deve ser acompanhada do acesso amplo às informações; da repartição equitativa do poder

decisório; da possibilidade de que todos possam influir na definição e no controle dos objetivos e na solução coletiva de problemas.

Estas constatações devem sinalizar uma preocupação para a escola, uma vez que são os professores que acionam cotidianamente as situações de ensino-aprendizagem. Ainda que a participação seja aceita por membros da direção, sua incorporação à cultura escolar depende da aceitação dos professores. De outro modo, acirram-se as atitudes de recusa diante de algumas ações que se instalam na escola e que não levam em conta as condições efetivas do trabalho dos mestres, nem as relações de poder estabelecidas na escola, enfim, as dimensões que compõem a cultura e a identidade da escola.

2.1. A participação segundo a proposta do PMSE

A participação da família na vida escolar de seus filhos passou a fazer parte do discurso dos mobilizadores e gestores escolares da região, mas não era possível evidenciar a concretização desse discurso em ações efetivas. Por essa razão, as principais preocupações dos mobilizadores da região eram fazer sua adesão ao PMSE, solicitar uma oficina de capacitação de lideranças sociais com o objetivo de atuar na mobilização da família, formalizar um comitê de mobilização e demandar junto ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo local a instituição de um dia ou semana de mobilização social pela educação. Era patente a emergência do estabelecimento de políticas inter-setoriais em torno do direito de aprender com a criação de uma rede articulada de proteção à criança e ao adolescente frente aos dados evidentes de reprovação, evasão e distorção série-idade.

Na sistemática adotada para a exposição e debate sobre o conteúdo da Cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” pelos agentes mobilizadores, a comunidade (pais, funcionários da escola, professores e coordenadores, além da direção) recebe orientação sobre a importância da participação na trajetória escolar dos filhos e sobre os reflexos desse estímulo na evolução do aprendizado. Complementam essas ações os encontros de liderança da mobilização, patrocinados pelo MEC, com apoio de entidades públicas ou privadas, que e têm sido o canal apropriado no processo de “olhar para dentro” da mobilização coletiva e de luta por visibilidade (MELLUCCÍ, 2001 & CASTELL, 1999). E têm sido fundamentais para a construção da democracia participativa e o exercício da cidadania.

Corroborar esse pensamento Henriques (2005, p. 8) ao dizer que

[...] num formato em que se torna imprescindível uma interlocução entre o Estado e a sociedade civil, a organização dos sujeitos em torno dos temas de interesse público é a forma de ampliação da sua potência cívica, o meio através do qual podem intervir mais ativamente no debate público e chegar às instâncias deliberativas.

A perspectiva suscitada pelo autor não é estranha à política de participação da família na vida escolar dos filhos ao pressupor a existência de “poderes institucionais”, que impõem dificuldades e constrangimentos ao processo de participação numa perspectiva mais deliberativa que propositiva. Bohman (2000, p. 27), por exemplo, entende a deliberação como

um processo dialógico de trocas de razões com objetivo de solucionar situações problemáticas que não podem ser estabelecidas sem a coordenação e a cooperação de seus interlocutores.

As argumentações dos autores suscitam a seguinte indagação: Como então desenvolver a educação à revelia da participação da sociedade e, principalmente, dos pais, mães, avós ou responsáveis por alunos? A cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” tem sido principal instrumento de sensibilização das famílias, escolas e comunidades pela melhoria da educação, embora, sejam orientados a buscar outras fontes. Para obtê-la, os atores da mobilização buscavam as informações junto à coordenação do PMSE, por meio de e-mails, telefonemas e pesquisas no site e no blog da mobilização²⁰.

A procura justificava-se, sobretudo, pelo baixo resultado da Prova Brasil, intensamente divulgado pela mídia, com repercussão negativa para o sistema de ensino local. A partilha da responsabilidade alcançava igualmente administradores públicos, equipes e dirigentes das secretarias municipais de Educação, gestores das escolas, professores e, de um modo particular, a família ou o responsável por alunos. Neste cenário, a família passou a ser mobilizada para assumir o seu quinhão de compromisso pela melhoria da qualidade da educação na região.

De uma forma geral, no Brasil e em outros países, a participação da família na vida escolar de seus filhos, tal como propõe o PMSE, é uma tarefa global em

²⁰ <http://mse.mec.gov.br/familiaeducadora.blogspot.com>.

construção e que vem suscitando debates entre dirigentes educacionais, como professores e pesquisadores. Discutem-se, entre outras questões, aquelas ligadas aos efeitos positivos do interesse da família pela educação dos filhos, ao crescente envolvimento do estudante com o ambiente escolar quando há envolvimento dos pais em atividades como leitura e deveres de casa ou quando estimulam seus filhos a estudarem. Os aspectos negativos ocorrem quando os pais transferem suas responsabilidades para a escola sem, contudo, aceitar que seus filhos se submetam de fato às regras da instituição ou quando encontram constantes desculpas em não assumir suas responsabilidades nas tarefas escolares de casa.

Esse debate torna-se mais intenso quando se discute a participação da família na vida escolar de seus filhos em detrimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96), que, no artigo 1º, estabelece que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem inicialmente na família. Diz ainda em seu artigo 2º que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Ambos, estudos e lei, vêm respaldar e ao mesmo tempo resgatar a responsabilidade da família pela educação de seus filhos, deixada para trás não apenas como consequência da sociedade industrial, que absorve a força de trabalho de pais e mães em tempo integral, mas também por uma questão ética, política e cultural de não internalização da educação como um bem público de direito subjetivo. Portanto, o tema da participação da família na vida escolar de seus filhos faz parte de um conjunto complexo que precisa ser analisado em sua concretude.

A ênfase na mobilização social da família para participar da vida escolar dos filhos atende, ainda, a concepção de educação que inspira o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e também as articulações que se dão a partir do Ministério da Educação com as secretarias de Educação dos estados, dos municípios e do Distrito Federal, tendo em vista promover a equalização das oportunidades de acesso, de permanência e aproveitamento com êxito da escolarização básica obrigatória.

Esse aspecto aparece claramente em um pronunciamento²¹ do ministro da Educação à época, Fernando Haddad. Segundo o ministro, as famílias precisavam ser mobilizadas como instituições ativas nas discussões e no desenvolvimento de ações

²¹ Pronunciamento feito por ocasião do lançamento do Plano de Mobilização das Igrejas Cristãs pela Educação, em maio de 2008.

em favor das diretrizes do Plano de Metas do PDE²², motivadas principalmente pela política nacional de educação que exige formas de organização escolar que favoreçam a participação como condição indispensável ao processo de desenvolvimento e melhoria das escolas.

A participação na escola exige, portanto, a qualificação dos professores em geral e dos profissionais e representantes implicados diretamente nos órgãos de direção e gestão das escolas, como os órgãos colegiados²³ de natureza consultiva, deliberativa, avaliativa e fiscalizadora da organização e realização do trabalho escolar. Assim, é possível deliberar com as políticas e as diretrizes educacionais da Secretaria de Estado da Educação, da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, do Plano Municipal de Educação, do Estatuto da Criança e do Adolescente, do Projeto Político-Pedagógico e Regimento Escolar.

No meu entender, participação é mais que um conceito teórico largamente utilizado na retórica oficial de gestores públicos. É fundamental que o conceito se materialize em ações concretas que possam contribuir para a elevação do desempenho acadêmico dos estudantes, para a humanização das relações entre os usuários da escola e para o correto controle dos recursos públicos destinados à educação. O mais importante é que, independentemente das concepções adotadas, a participação deve ter um forte caráter formativo, levando em consideração que seu objetivo é compreender melhor a realidade da organização e, assim, atuar sobre sua estrutura para mudar, levando-se em conta o modo de vida dos sujeitos que a constituem. Caso contrário, ocorreria um total descompasso entre o idealizado (formulado), o materializado (executado) e os resultados esperados (satisfação dos beneficiários), já que predominaria um *laissez-faire* generalizado que inviabilizaria tanto a sua concretude quanto a sua efetiva contribuição para a democratização dos espaços escolares. Neste acaso, a participação não cumpriria seu papel social.

Assim sendo, nesse trabalho, entende-se a participação como uma prática política e pedagógica que se desenrola em casa, na escola e na comunidade. Para que essa participação não fique esvaziada de sentido, é necessário garantir as condições para que um número cada vez maior de pais possa ter um papel de relevo e

²² Trata-se do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº 6.094, de 24 fevereiro de 2007).

²³ Conselho Escolar, Conselho de Classe, Conselho de Turmas, Escolas de Pais, Associação de Pais, Mestres e Funcionários - APMF.

intervenção no regular funcionamento e vida da escola. A proposta de criação de condições para aperfeiçoar a participação dos pais na vida escolar de seus filhos não pretende elaborar um “receituário” com dicas sobre essa participação, mas tem como finalidade capacitar os pais para o exercício da cidadania, por meio da elucidação de seus direitos e deveres conforme as normas definidas para o serviço público da educação nacional.

Com base nessas argumentações, a participação da família na vida escolar de seus filhos, incorporada à lógica política do Plano de Mobilização Social pela Educação, só tem sentido se for além das práticas de participação em seu aspecto instrumental, no qual a comunidade ou família se transformam em meras espectadoras ou executoras de serviços de pouca monta. Para que a participação se efetive, é preciso que alcance a sua dimensão política, que exige a sua inclusão nas decisões nucleares da escola.

2.2. A Cartilha e o Blog como instrumentos de mobilização do PMSE

2.2.1. A Cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos”

A Cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” destina-se às famílias que possuam filhos nas escolas públicas e contém dicas e orientações para o cuidado com a educação em casa e na escola. Deve ser usada como um instrumento de apoio complementar a atuação junto às famílias, como explicação sobre o conteúdo e a importância de cada ponto abordado. A base da Cartilha foi à conjugação de esforços entre o Ministério da Educação e as principais igrejas cristãs brasileiras, representadas pelas suas entidades²⁴, na discussão de um conjunto de diretrizes para a consolidação das metas instituídas no Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, através do incentivo ao controle social participativo da sociedade e das famílias.

Ao detalhar o PDE nacional aos representantes das igrejas cristãs em 2008, por ocasião do lançamento do Plano de Mobilização Social pela Educação das Igrejas Cristãs e apresentação da Cartilha, o ministro da Educação, Fernando Haddad, falou sobre a necessidade de sensibilizar governadores, prefeitos, secretários de educação, diretores e educadores pela melhoria da educação, mas ponderou:

²⁴ Conselho Latino Americano de Igrejas (Clai), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic).

Tudo isso é muito importante, mas se não tivermos a mobilização da sociedade e da família, não cumprimos os prazos estabelecidos para atingir nossos objetivos. Precisamos chegar às famílias, porque delas também depende o bom desempenho de seus filhos na escola. (Portal do Ministério da Educação 06/05/2008)

Haddad, crer que a participação ativa da família neste processo pode contribuir para a elevação do índice de desenvolvimento da educação (Ideb) brasileiro à nota de 6 até 2022, sobretudo nas primeiras séries do ensino fundamental, cuja média do período, era 3,8. Ainda, segundo Haddad, a intenção é despertar um sentimento nacional pela educação,

se os meios de comunicação são importantes para mobilizar a sociedade, o corpo-a-corpo talvez o seja ainda mais: Falar, olhando nos olhos: vamos garantir que seu filho se eduque (Portal do Ministério da Educação 08/05/2008)

Com um conteúdo informativo a Cartilha, ilustrada pelo cartunista Ziraldo, tem linguagem simples e direta e convoca as famílias a se envolver na educação dos filhos, acompanhar a frequência e o desempenho na escola, participar de conselhos escolares, verificar se a escola é bem organizada, entre outras ações. No entanto esse acompanhamento não deve se restringir a fiscalizar o “dever de casa”, mas a preocupar-se com o que a criança e jovens estão aprendendo e com o que acontece na escola. Pesquisas realizadas pelo Ministério da Educação em escolas e sistemas municipais que têm alcançado bons resultados na aprendizagem evidenciam que esse acompanhamento apresenta impactos muito positivos no aprendizado dos alunos, desde comportamentos pró-sociais a melhor desempenho em leitura e escrita.

Com objetivo de dialogar com a comunidade e refletir sobre os temas relevantes para a promoção da educação, além de promover ações de fortalecimento da educação, foram relacionados tópicos específicos para a Cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” (ANEXO A), a serem discorridos por lideranças sociais, sobre a importância do acompanhamento da educação de crianças e jovens, através de campanha de conscientização, reuniões, cultos, missas, entre outros.

Quadro 13 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como participar da vida escolar de seus filhos.

Como participar da vida escolar de seus filhos
<ul style="list-style-type: none"> - Visitem a escola de seus filhos sempre que puderem. - Conversem com os professores. - Perguntem como seus filhos estão nos estudos. - Caso seus filhos estejam com algumas dificuldades na escola, peçam orientação aos professores de como ajuda-los em casa. - Leiam bilhetes e avisos que a escola mandar e responda, quando necessário. - Compareçam às reuniões da escola, deem sua opinião, ela é muito importante.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O quadro 13 assinala que, família e escola devem ser parceiras na tarefa de educar o aluno e fazer dele um cidadão consciente de seus direitos e deveres. O que acontece com a criança e o jovem, na escola, pode interferir na vida da família, e conseqüentemente o que acontece na família também pode ajudar ou atrapalhar o desempenho da vida escolar dos alunos. É necessário, e muito importante que a família faça a sua parte e colabore com esse esforço. Providências simples, incentivos e apoios podem fazer a diferença.

Quadro 14 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como manifestar interesse.

Como manifestar interesse
<ul style="list-style-type: none"> - Matriculem seus filhos na educação infantil, quanto mais cedo eles começarem a estudar, mais sucessos terão em sua vida escolar. - Incentivem seus filhos a continuar estudando. Mostrem que, quanto mais eles estudarem, terão mais oportunidades profissionais e pessoais. - Conversem com seus filhos sobre a escola, a professora, os colegas, o que eles estão aprendendo, do que mais gostam. - Ajudem seus filhos a cuidar do material escolar e do uniforme. - Cuidem da saúde de seus filhos e mantenham as vacinas em dia. Se vocês notarem algum problema, procurem o posto de saúde.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

No quadro 14, orienta que o interesse dos pais pela educação dos filhos é muito importante e devem demonstrar aos filhos que valorizam a educação deles. As crianças e os jovens gostam de saber que os pais sentem orgulho por eles estarem estudando. A família deve está atenta as necessidade de saúde dos filhos, problemas de visão e de audição entre outros, podem interferir no aprendizado do aluno. E se perceberem alguma coisa de ordem patológica no filho ou filha deve conversar com os professores e procurar o médico.

Quadro 15 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como os pais podem ajudar a escola em casa.

Como os pais podem ajudar a escola em casa
<p>Avançar nos estudos depende do que a criança e os jovens aprendem na escola. Mas depende, também, de estudar em casa. Cuidado simples dão grandes resultados.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seus filhos têm de fazer o dever de casa e as tarefas que os professores mandarem. Mas atenção: vocês não devem fazer o dever para seus filhos. Se eles tiverem dificuldade, conversem com eles e com os professores. É assim que vocês ajudam a criança a aprender mais e melhor. - Leiam, pode ser um livro, uma revista, um jornal. Peçam que seus filhos leiam sempre para vocês. É importante criar o hábito da leitura. Incentivem seus filhos a frequentar a biblioteca da escola ou da sua cidade. - Seus filhos precisam saber que tem hora para brincar, jogar ver televisão, conversar e estudar. - E lembre-se: não é preciso vocês saber tudo o que seus filhos estão aprendendo. O seu interesse em acompanhar os estudos dos seus filhos contribui para que eles aprendam sempre mais.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

No quadro 15 destaca que a progressão nos estudos depende do que a criança e o jovem aprendem na escola. Mas, depende também de estudar em casa. A família deve colaborar e criar condições para o aluno desenvolver suas atividades no ambiente familiar. Oportunizar um ambiente acolhedor para revisão do conteúdo que está estudando na escola, pode ajudar a compreender melhor a matéria e faz uma grande diferença no final do mês. Fazer o dever de casa ajuda o aluno a aprender mais e melhor.

Quadro 16 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental - Como saber se a escola está ensinando direitinho.

Como saber se a escola está ensinando direitinho
<p>O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é uma nota que mostra se os alunos estão aprendendo o que têm de aprender na idade certa.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Toda escola tem uma nota no IDEB, que vai de 0 a 10. Conheçam a nota do IDEB da escola de seus filhos. Assim vocês saberão se ela está bem e como pode melhorar. - Conversem com a diretoria, os professores e o Conselho Escolar sobre o resultado alcançado pela escola de seus filhos. Vejam com eles como vocês podem ajudar a aumentar o IDEB. <p>Fiquem de olho no IDEB</p>

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O quadro 16 sugere que, a principal missão da escola é garantir que os alunos aprendam aquilo que têm que aprender, na idade certa e no momento certo. Para ajudar a família, a saber, se a escola está cumprindo sua missão, o Ministério da Educação criou o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o qual

deve ser compartilhado com todos os atores sociais envolvidos no processo. Caberá à própria comunidade local avaliar as razões pelas quais as metas foram ou não alcançadas. Uma forma de apoiar, colaborar e cobrar os resultados educacionais.

Quadro 17 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental
- Vejam o que uma boa escola deve oferecer.

Vejam o que uma boa escola deve oferecer
<p>Vocês sabiam que em todo o Brasil existem boas escolas públicas? Isso por que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os professores não se atrasam e não faltam. - Os professores são valorizados. - Os professores são dedicados e bem preparados, são pacientes, atenciosos, conhecem seus alunos, conversam com a turma e sabem manter a disciplina. - Os professores promovem a educação integral, que desenvolve a ética, a solidariedade e a cidadania, respeitando a diversidade cultural e religiosa de seus alunos. - Há participação da família nas reuniões escolares no conselho escolar. Todos conhecem as necessidades de saúde de seus alunos. <p>A escola dos seus filhos pode a ser assim. A boa escola pública não é um sonho. Isso depende também de vocês.</p>

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

No quadro 17, enfatiza que as crianças e jovens têm direito de estudar numa escola pública boa, a despeito das adversidades locais encontradas. O argumento decorre de pesquisa realizada pelo MEC em parceria com a UNICEF e o Banco Mundial. Das duas pesquisas resultaram práticas que, em todo ou em parte, são adotadas tanto por escolas como por sistemas municipais que obtiveram bons resultados de aprendizagens de seus alunos, na Prova Brasil. Essas práticas foram sistematizadas como orientações do PMSE as escolas e sistemas que assumiram o Compromisso Todos pela Educação.

Quadro 18 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental
- O que se deve cobrar da escola pública.

O que se deve cobrar da escola pública
<p>Os estudantes têm direito a ter aulas todos os dias do ano escolar. Se o professor faltar, tem de ser substituído.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Seus filhos têm o direito a uma boa merenda escolar todos os dias. Isso não é favor, é obrigação do governo. Verifique se a escola de seus filhos está oferecendo merenda de qualidade. - A escola recebe do governo federal livros para as crianças estudarem. Seus filhos estão recebendo esses livros. - As crianças com deficiência têm o direito de ser matriculadas nas classes comuns de ensino. Elas podem e devem conviver e estudar com as crianças que não tem deficiência. <p>A educação pública é responsabilidade de todos: das prefeituras, dos governos e da sociedade.</p> <p>Se vocês observarem irregularidades, como falta de vagas, falta de professores, falta de merenda de qualidade e instalações deficientes, não se conformem. Procurem a direção da escola e reclamem. É seu direito.</p>

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O quadro 18 discorre sobre programas de apoio a gestão escolar, através da distribuição de recursos voluntários do Ministério da Educação aos entes federados, para promover a melhoria da educação básica no seu território. A ideia - chave é sensibilizar a família e a comunidade para fazer o controle social dos recursos destinados a educação a fim de que eles possam ser disponibilizados em quantidade e qualidade. Assegurar o êxito do programa depende da participação de todos, inclusive da família.

Quadro 19 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental
- O que mais se pode fazer.

O que mais se pode fazer
<p>O Conselho Escolar ajuda a melhorar os resultados da escola. Ele ajuda a resolver os problemas do dia a dia. Por isso, é muito importante:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Conhecer as pessoas que fazem parte do conselho e o trabalho que ele faz. - Exigir a criação do conselho, se na escola de seus filhos ainda não existir um. - Conversar com as pessoas do conselho escolar sobre as condições, os resultados das avaliações, bibliotecas, laboratórios de ciências e informática, os cuidados como o prédio, com os banheiros e as salas de aula.

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O quadro 19 aborda a necessidade de sensibilizar a família para conhecer os membros, as funções e as atribuições dos conselhos escolares na administração escolar. Compartilhar informações significa deixar claro para família e comunidade como são usados os recursos da escola, inclusive os financeiros. Uma boa gestão escolar precisa estar atenta à participação da família não só nos conselhos, mais em todas as atividades que oportunizem decisões e preocupação com a qualidade da educação de seus filhos. A participação da família enriquece a escola, todos ganham.

Quadro 20 – Proposta de conteúdo para participação familiar em escola de ensino fundamental
- Sempre é tempo de aprender.

Sempre é tempo de aprender.
<p>O Falamos como vocês podem e devem apoiar a vida escolar de seus filhos, mas e vocês? Concluíram os estudos? Se não, procurem a escola de seu bairro e vejam se ela oferece educação de jovens e adultos. Convidem pessoas de sua família e de sua comunidade a fazer o mesmo. Sempre é tempo de aprender.</p> <p style="text-align: center;">Pais e mães: a sua participação importante acompanhem seus filhos.</p>

Fonte: PMSE/MEC, 2008.

O quadro 20 estimula os familiares de alunos e membros da comunidade à conclusão da escolarização básica obrigatória como condição essencial para o exercício pleno da cidadania. Incluídos nesse processo como cidadãos possuidores de

direito a todos os níveis e modalidade de educação e parceiros potenciais das escolas, numa perspectiva interativa, que os qualifica para melhor acompanhar a vida escolar dos seus filhos. Em fim que os pais sejam agentes ativos do processo de educação, reconhecendo-a como direito e assumindo sua responsabilidade.

Entende-se, portanto que, o uso da Cartilha “acompanhem a vida escolar de seus filhos” conforme detalhada acima, objetiva informar e orientar os pais, que estão distantes da educação de seus filhos, a criar diálogos e não barreiras para a educação de seus filhos. Compreender que a escola fornece o ensino, porém a educação faz parte de suas obrigações. Que não devem confrontar com a escola é sim propor a ajudá-la, ser sua parceira na busca de uma educação melhor para seus filhos.

2.2.2. O Blog da Mobilização Social pela Educação²⁵

O Blog da mobilização (ANEXO B) é um instrumento da rede de comunicação do MSE/MEC destinado à manutenção e expansão das ações de mobilizações pela educação, cuja estrutura permite o registo cronológico, frequente e imediato de opiniões, imagens, factos, ou qualquer outro tipo de conteúdo relacionado à interação escola – família e comunidade. Os conteúdos do Blog são desenvolvidos em parceria com os diversos parceiros do Plano, de modo que, além de conter informações sobre a educação no Brasil e divulgar o Plano, compartilha as práticas de mobilização social pela educação realizada em âmbito nacional.

As ações vêm sendo divulgadas de duas formas: (i) eventos de sensibilização e mobilização com a participação direta do MEC, por meio de apresentação, palestras e oficinas para capacitação de agentes mobilizadores pela educação, e (ii) sensibilização e mobilização da população, por meio da divulgação da Cartilha, e atividades correlatas pelos colaboradores em seu campo de atuação.

De acordo com Henriques, Mafra & Braga (2004, p.5)

Deseja-se, assim, que sejam fortalecidos os vínculos destes públicos com os movimentos e que sejam capazes de tomar iniciativas espontâneas de contribuir à causa dentro de suas especialidades e possibilidades.

²⁵ <http://familiaeducadora.blogspot.com.br>

Para promover a comunicação entre os agentes mobilizadores que desenvolvem ações no âmbito do PMSE, o MEC tem agido de forma a fomentar uma rede entre os mobilizadores envolvidos, agindo como um facilitador e coordenador desse processo. Através do Blog da mobilização, se aproveita para gerar notícias chamar atenção do público alvo e promover visibilidade em torno do propósito comum: a mobilização das famílias e da sociedade pelo direito à educação de qualidade. Em grande medida, a continuidade das ações e publicações se deve ao trabalho conjunto entre a coordenação do PMSE e os agentes mobilizadores.

O Blog da mobilização está configurado com a estrutura e os conteúdos dispostos por áreas/menus, no endereço eletrônico: <http://familiaeducadora.blogspot.com>, nos seguintes aspectos.

- O que é a Mobilização – Apresenta-se a natureza, o caráter ou a informação mínima do Plano de Mobilização Social pela Educação. Explicita o objetivo da mobilização, o foco da mobilização, os mobilizadores, instrumentos da mobilização, materiais para a mobilização, instrumentos de formação e divulgação, manual de capacitação de agentes mobilizadores, oficina de formação de mobilizadores, cartilha da mobilização e orientações para mobilizar diversos públicos.

- Como participar – Instrui sobre o passo inicial para se tornar um mobilizador e colaborar com a realização das ações. Dispõem de dicas para navegar pelo Blog da Mobilização, acessar os materiais da mobilização, dicas de como mobilizar e explicações sobre cada um dos Sistemas de Consultas dispostos pelo MEC. Além disso, fomenta os mobilizadores conhecer a situação educacional de seus municípios.

- Cadastre-se – Essa seção contém instruções para quem deseja se tornar um mobilizador e colaborar com a realização das ações. Ao preencher o formulário os dados do interessado vão compor o Banco de Dados da Mobilização e não disponibilizados a terceiros.

- Materiais de Mobilização – Plano de Mobilização Social pela Educação, Manual de capacitação de agentes mobilizadores - versão preliminar, Plano de Mobilização de Igrejas Cristãs pela Educação, Folheto e a Cartilha Acompanhem a vida escolar dos seus filhos.

- Fale conosco e envie notícias – Essa seção apresenta-se como um tutorial que incentiva os mobilizadores a mandar informações sobre as atividades realizadas na sua comunidade com o objetivo de incentivar a interação família-escola. Com base nos

dados encaminhados, elaboram-se os textos para publicação no blog e no site da Mobilização.

O Blog da Mobilização dispõe ainda de um sistema de busca nomeado de Banco Boas Práticas de Mobilização Social²⁶ para o acesso a informações sobre experiências interessantes de incentivo à interação família-escola-comunidade promovidas por voluntários individuais, grupos de mobilizadores e demais parceiros do PMSE que representam segmentos organizados ou o poder público. Integram o Banco, também, as práticas promovidas por representantes de outras áreas que não a educação e por organizações ainda não parceiras do Plano.

De acordo com o banco de dados PMSE/MEC, o Blog da Mobilização tem sido acessado por pessoas interessadas no tema da mobilização social pela educação. No Brasil, a consulta é formulada, principalmente, por secretarias de educação, gestores escolares, professores, além de mobilizadores de outras organizações, como instituições religiosas, empresas, ONGs, lideranças sociais e comunitárias, conselhos escolares, Ministério público, entre outros. Do exterior, participam pesquisadores de países como Alemanha, Angola, Estados Unidos, Portugal, Nova Zelândia, França Rússia, Peru, Reino Unido, conforme o quadro 21:

Quadro 21 – Países que acessaram o Blog da Mobilização no período 2008-2013

Países	Número de acessos
Brasil	435.639
Estados Unidos	913
Nova Zelândia	112
Portugal	72
França	66
Rússia	52
Peru	50
Alemanha	48
Reino Unido	29
Angola	26

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados coletados no Blog da Mobilização.

²⁶ A ferramenta é parte integrante do site da Mobilização Social pela Educação do MEC, no endereço eletrônico: <http://portal.mec.gov.br/mse>

O quadro 21 mostra que a temática da mobilização social pela melhoria da educação atrai o interesse de diversos países interessados em incentivar a relação escola-família e comunidade.

O próximo capítulo será apresentado às entrevistas feitas com os ex-Gestores da Secretaria de Educação que participaram do processo de implantação do PMSE, professores das escolas de Governador Nunes Freire – MA, além dos pais de alunos. Foram analisadas a forma e a profundidade de manifestação da política de participação da família na vida escolar dos seus filhos em função do Plano de Mobilização Social pela Educação.

CAPÍTULO 3 – COMO GESTORES, PROFESSORES E FAMILIARES AVALIAM A SUA PARTICIPAÇÃO NAS AÇÕES DO PLANO DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO

Este capítulo analisa a forma como a Secretaria Municipal de Educação de Governador Nunes Freire, no Maranhão, se estruturou para realizar a política de participação parental e como avaliou seus resultados. Será analisado o entendimento dos ex-gestores da Secretaria municipal de Educação, dos dirigentes, dos professores e das famílias e das escolas pesquisadas sobre o significado da sua participação familiar na escola, como esta se concretizou no âmbito do PMSE e a sua repercussão no desempenho escolar dos alunos. Cabe lembrar, como foi explicitado na metodologia, que a entrevista a ex-gestores se justifica pelo fato de que foram estes que participaram do PMSE no período 2011-2012, que corresponde ao recorte temporal da pesquisa. Além disso, foram eles que implantaram o PMSE e procederam à execução inicial do plano.

A intenção maior foi identificar os principais entraves que devem ser superados, tanto pelo PMSE quanto pelos colaboradores, para que a política de participação da família na vida escolar dos alunos, proposta pelo PMSE em virtude do Plano de Metas do PDE, se aprimore e se efetive nos seus aspectos políticos, didáticos e metodológicos.

Os interlocutores que ocupavam cargo de gestão na Secretaria Municipal de Educação serão nominados com ex-gestores. Os interlocutores das escolas serão referidos como dirigentes, professores, pais e mães.

3.1. Como a Secretaria Municipal de Educação de Governador Nunes Freire se estruturou para executar a proposta de mobilização social pela educação

Para entender como as diretrizes do PMSE teriam referenciado a ação de Mobilização Social pela Educação desenvolvida pela secretaria, foi necessário conhecer um pouco mais as suas atividades de planejamento. Assim, seria possível verificar de que maneira as diretrizes do PMSE se incorporaram ao planejamento da Secretaria e como foram apresentadas nas escolas. O Gestor A, na qualidade de Agente Multiplicador, indagado se houve preparação da Secretaria de Educação para a implantação da proposta de Mobilização Social pela Educação, no âmbito de sua gestão, afirmou:

Particpei de oficinas oferecidas pela Secretaria Municipal de Educação, como de uma oficina oferecida pelo Ministério da Educação.

O relato aponta para algo que se considera fundamental na proposta de Mobilização Social pela Educação: a formação, que tem o objetivo de qualificar o discurso de dirigentes de instituições e interessados em aproximar família e escola por meio do trabalho voluntário e do diálogo em torno das políticas de desenvolvimento da educação. A oficina de formação patrocinada pela secretaria objetivou a conscientização da comunidade escolar para refletir, discutir e agir pela melhoria da qualidade da educação embora não tenha especificado o conteúdo de formação, as prioridades e as metas a serem atingidas.

O gestor B, ao ser indagado sobre a existência de uma atividade formal de capacitação no âmbito da Secretaria, afirmou que:

Depois de detectada a raiz do problema, ou seja, a falta de acompanhamento da família na vida escolar de seus filhos foi feito (sic) pesquisa no blog da mobilização.

Depreende-se da sua fala que a proposta de mobilização da secretaria estava em sintonia com as diretrizes do PMSE nacional, uma vez foi precedida de uma pesquisa no site mse.mec.gov.br e no blog familiaeducadora.blogspot.com. Dois pontos chamam atenção nesse relato. Primeiramente, o fato de se atribuir à família a responsabilidade de solucionar o problema dos altos índices de evasão e repetência no sistema municipal de ensino. O segundo ponto é o fato de não se vincular a proposta de formação à pré-existência de um diagnóstico institucional que contemplasse dimensões como ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da escola, espaço físico escolar e, por fim, acesso, permanência e sucesso escolar. Uma formação pensada a partir de um diagnóstico situacional pode ser mais interessante para a tomada de consciência de que a realidade pode ser outra e que juntos podem fazê-la diferente. Enquanto os objetivos não forem definidos a partir de um diagnóstico prévio, a mobilização pode até acontecer, mas sem a construção imaginária de um horizonte que pode ser compartilhado e assumido por todos.

Para exemplificar como a secretaria desenvolveu a sua atividade formadora, o Gestor B relatou nos seguintes termos a metodologia adotada exclusivamente com os familiares de alunos no primeiro semestre de 2011:

A interação das famílias no estudo da cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” foi por tópicos específicos. Os pais foram divididos em grupos e encaminhados para uma determinada sala de aula. Orientados por um professor e com o apoio de material didático (cartolina, lapiseira) foram instruídos a usar da criatividade para socialização em plenária. A atividade foi um sucesso com os próprios pais socializando e debatendo o conteúdo da cartilha com outros pais.

O relato evidencia a intenção da Coordenação da Mobilização Social de promover a conscientização dos pais ou responsáveis por alunos sobre os seus direitos e deveres em relação à vida escolar de seus filhos, por meio do compartilhamento de informações e da divulgação do que pode ser feito nas diversas frentes. Essa metodologia não foi aplicada aos demais membros da comunidade escolar identificados pelo Gestor A, como lideranças comunitárias, diretores de escolas, conselheiros escolares e agentes comunitários de saúde.

Nesse caso, esse Gestor parece confirmar que ocorreu apenas a socialização do conteúdo da cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” e outras informações correlacionadas para os demais membros da comunidade escolar. Isto aconteceu sem que houvesse a problematização dos indicadores da qualidade na educação, o que alguns acreditavam, seria suficiente *per se* para modificar esses indicadores. Era como se o papel da secretaria fosse somente indicar o problema, deixando a responsabilidade maior aos familiares e responsáveis pelos alunos.

Esse fato se insere no que já foi discutido sobre a questão da participação nas organizações educativas. Lima (2001) destaca que, sem romper frontalmente com a ideia de responsabilização e sem recusar a possibilidade de intervenção ativa, evidenciam-se certas atitudes e comportamentos de desinteresse e de alheamento à causa para qual foram mobilizados. Além disso, frisa a importância de se evoluir para formas de participação ativas, não sem antes negociar e condicionar a sua intervenção.

Ainda sobre as ações da secretaria voltadas para a participação dos seus servidores na proposta de mobilização das famílias, diz o Gestor C:

Houve um primeiro momento em que os servidores da Secretaria foram sensibilizados e convocados a participar e serem, a partir daí, multiplicadores não só da ideia, mas do sentimento.

O relato desse dirigente, responsável pela unidade de ensino E, evidencia que a proposta de mobilização familiar da secretaria foi um esforço do entusiasmo político do núcleo gestor sem que houvesse uma adesão madura e reflexiva por parte de gestores escolares e outros colaboradores. Mesmo essa proposta, apesar de formalmente apresentada à comunidade escolar, indicaria, pelo depoimento obtido, apenas aspectos ligados à divulgação de uma ideia promocional ou meramente informativa, e não objetivos a serem atingidos. Assim, não ficaram claras quais as diretrizes do PMSE que foram tomadas como ponto de partida para a mobilização da família.

Se a Coordenação de Mobilização Social da Secretaria encontrou dificuldade para estabelecer prioridades, qual o reflexo disso nas unidades de ensino e de que forma estas se organizaram como multiplicadores da ação? A resposta a essa indagação foi buscada junto ao Gestor D, gestor da unidade de ensino F, segundo o qual

[...] a mobilização foi se desenvolvendo com estratégias que tinha como parceiros os comerciantes, entidades religiosas, conselhos tutelares, agentes de saúde, a comunidade e os alunos.

O Gestor D relata, ainda, que a Coordenação de Mobilização Social da Secretaria demandou que a proposta de mobilização fosse implantada nas unidades de ensino. Quando essa proposta chegou às coordenações pedagógicas das escolas, ela foi incorporada às ações que já vinham sendo desenvolvidas para melhorar a relação entre escola, família e comunidade tais como: reuniões mensais na escola e projetos voltados para a família como, por exemplo, saúde, projetos sociais de cidadania.

Mas, em âmbito estratégico, predominou a Campanha de Mobilização Social Todos pela Educação, lançada em 12 de abril de 2011, como orientação da secretaria à prevenção da evasão escolar. Para exemplificar, o Gestor D relatou que, de 13 de abril a 3 de maio de 2011, ocorreram visitas itinerantes às casas dos alunos matriculados no sistema público de ensino municipal, tanto da zona urbana quanto da zona rural, envolvendo um amplo aspecto mobilizador.

Percebe-se que a campanha de mobilização foi entendida como a organização do calendário para o desenvolvimento de atividades consideradas importantes pela Coordenação de Mobilização Social. Nessa atividade de mobilização, não foram definidos objetivos e metas a serem cumpridos. Entre o conteúdo de sensibilização das famílias visitadas, destacam-se os itens “vá à escola de seus filhos e participe ativamente das atividades que ela oferece” ou “compareça às reuniões da escola. Dê sua opinião, ela é muito importante”.

O fato de relatar que a visita itinerante às casas dos discentes fez parte do Plano Estratégico da Secretaria para atender situações emergenciais de interesse de todos pode revelar a generalidade dessa ação, em que provavelmente não houve preocupação em limitar o perfil do público a ser mobilizado e o território de atuação, tornando difícil identificar as prioridades. Nessa lógica, as atividades implantadas pelos reeditores²⁷ não necessariamente estiveram articuladas com uma proposta estratégica consensual. Conseqüentemente, seguir ou não as orientações do PMSE para definir as prioridades da Coordenação de Mobilização Social é uma prerrogativa que esse setor tem.

É interessante registrar que, segundo o Gestor A, a iniciativa de promover a Mobilização Social pela Educação partiu da Secretaria de Educação desde 2010, e não da indução da coordenação do PMSE/MEC. Esse dirigente enfatiza ainda que desconhecia o modelo proposto pelo MEC, mas que a lógica foi fundamental para se pensar e sistematizar parcerias intersetoriais em favor da melhoria da educação. Como exemplo, mencionou a parceria realizada entre a Secretaria de Educação e a Secretaria de Saúde no biênio 2011-2012.

De acordo com Gestor B, responsável pela Coordenação de Mobilização Social na Secretaria de Educação, essa parceria contou com a colaboração dos agentes de saúde que atuavam junto às famílias nos bairros onde as escolas estão localizadas. Segundo ele, a cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” foi apresentada aos agentes de saúde como instrumento de apoio ao seu trabalho de sensibilização das famílias pela valorização da educação de seus filhos. Esse gestor salientou ainda que, na medida do possível, esses agentes informavam às escolas das faltas dos alunos por

²⁷ São lideranças que atuam junto ao um público específico (entre outros, agentes de saúde, membros de conselhos tutelares, presidentes e membros de associações de bairro, de ONGs).

motivo de doença e as famílias eram instruídas a comunicarem-se regularmente com a escola.

Buscando compreender um pouco mais o desenvolvimento das ações de mobilização social pela educação no âmbito das unidades escolares, procurou-se saber como as ações eram desenvolvidas e como os gestores avaliaram a participação da família na vida escolar de seus filhos, tomando por base as diretrizes do PMSE. Os Gestores C e D, respectivamente das escolas F e E, relataram:

Na escola começou uma nova jornada de trabalho tendo os pais como parceiros, se fazendo mais presente e ajudando a escola a resolver situações problemas.

Também foi relatado que se avaliou a efetividade da participação parental sobre o ensino pelas mudanças observadas na postura de pais, professores e alunos no decorrer das ações.

Antes da Campanha de Mobilização Social Todos pela Educação, “as ações eram tímidas e corriqueiras,” afirmou o Gestor C. Esse dirigente disse ainda que, anteriormente, os gestores de unidades escolares e professores faziam reuniões de pais e mestres sem cuidados metodológicos. A comunicação entre ambos se fazia verticalmente, com os mestres comandando e controlando os pais e era centrada nos aspectos comportamentais dos alunos e sem estabelecer um diálogo entre a escola e a casa para que a família percebesse a importância de acompanhar o dia a dia escolar dos estudantes.

Na realidade, não havia um conteúdo de sensibilização parental para ajudar os filhos a terem êxito nas tarefas escolares. O problema foi amenizado com a introdução do uso do conteúdo da cartilha: Acompanhem a vida escolar de seus filhos, que unificou os interesses e necessidades das escolas aos interesses e necessidades dos pais. No entanto, é importante frisar que o conteúdo de sensibilização das famílias ficou restrito ao documento acima mencionado, o que demonstra que o seu uso levou em conta apenas a preocupação de atender uma parte das expectativas da Coordenação de Mobilização Social.

Quanto à participação efetiva da família na vida escolar de seus filhos em função das diretrizes do PMSE, houve manifestações do tipo “*melhorou muito o rendimento do aluno e a frequência escolar*”, ou “*a família tornou-se parceira do*

professor, mantendo contato direto com a escola” conforme relato do Gestor D. A partir daí, este passou a perceber que esses dados também foram compartilhados por algumas escolas que estavam próximas fisicamente, que tinham as mesmas características e atendiam a uma clientela semelhante. O dirigente informou ainda que, usando como referência o desempenho do sistema municipal de ensino no Ideb em 2011, cuja meta projetada foi 3.2 e a meta verificada foi 3.4, houve uma melhora significativa, embora nenhuma escola do município figure na lista das melhores escolas públicas do Estado do Maranhão, segundo o *ranking* do índice.

Buscando exemplificar o sentido do que se concebeu como “melhoria significativa no ensino”, o Gestor C relatou sua percepção do otimismo que tomou conta das escolas municipais:

A participação dos pais na educação dos filhos diminuiu e otimizou o trabalho da escola, estreitamos os laços, tínhamos muitos pais presentes, atentos e participantes. A mobilização causou esse efeito.

Segundo o mesmo dirigente, a relação das escolas com as famílias harmonizou-se gradativamente por meio da mobilização social pela educação, pois elas já vinham fazendo um esforço de “somar forças e partilhar responsabilidades” desde 2008. Para ele, a melhoria do trabalho pedagógico deveu-se, sobretudo, ao grau de compromisso manifestado pelos pais ou responsáveis que tanto procuraram acompanhar mais de perto as ações desenvolvidas pelas escolas quanto disciplinar a conduta dos estudantes no tocante às tarefas escolares. Com a Campanha de Mobilização Todos pela Educação proposta pela Secretaria de Educação, “os avanços se tornaram visíveis e palpáveis, com melhorias no Ideb das escolas, e a redução da defasagem idade-série”. Mas esse dirigente ponderou que a compreensão da escola acerca da qualidade da educação foi restrita ao desempenho do aluno em teste no campo da leitura, escrita e conceitos matemáticos. Ele entende esse conceito como algo muito superior: “É o ensino, a aprendizagem e a prática do amor, do direito e do dever”. Frisou ainda que uma parcela significativa de pais não se comprometeu com as ações, mesmo com a implantação do projeto de intervenção “Escolas de Pais”, para dar suporte às mudanças que consideravam necessárias.

O Gestor D, por sua vez, considera que as melhorias evidenciadas no ensino devem-se também à mudança de postura das escolas “em encarar com mais responsabilidade a importância que o pai tem na vida escolar de seus filhos”. Com

isso, não se pode generalizar que todas as escolas do sistema municipal de ensino agiram da mesma forma, uma vez que elas tinham interesses diferentes. Mas chama atenção o fato de que as escolas E e F priorizaram a participação da família nos aspectos mais pedagógicos da vida escolar dos alunos em detrimento da participação da família nas instâncias colegiadas das instituições, conforme diretrizes do PMSE. O que se destaca aqui não é o fato de que a ênfase nos aspectos pedagógicos não tenha sido uma dimensão prioritária, mas sim o fato de que ela esteve dissociada de outras diretrizes que possibilitariam às famílias tomarem conhecimento do que *vai bem* e do que *vai mal* na escola. Este seria um requisito para que tivessem condições de discutir e decidir as prioridades de ações de melhoria. Em segundo lugar, os interlocutores não mencionaram ter havido a sensibilização da família para a participação no controle social dos recursos públicos de apoio à gestão escolar, como se isso não merecesse atenção.

Vale ressaltar, que, com base nas informações colhidas por mim nas duas escolas, não se percebeu o registro sistemático das ações desenvolvidas, quer por imagem, áudio ou de forma escrita, o que permitiria avaliar e respaldar a efetividade da ação. O Gestor A apontou que não existiu uma atividade sistêmica da secretaria com o objetivo de provocar um processo avaliativo das ações de todas as escolas, conforme sugere o PMSE. Assim, o investimento que a Secretaria de Educação de Governador Nunes Freire fez para sensibilizar a família a participar da vida escolar de seus filhos apenas indica os resultados obtidos, mas não explicita, por exemplo, se houve alguma ação formativa para a participação das famílias, quais as suas expectativas iniciais e quais as suas visões sobre o processo de participação nas escolas.

A seguir, discorrerei sobre o significado da participação na escola na opinião das famílias e dos professores, como esta se concretizou no âmbito do PMSE e a sua repercussão no desempenho escolar dos alunos.

3.2. Opiniões das famílias e dos professores acerca da participação na escola

O roteiro de entrevista foi aplicado a oito familiares de alunos, sendo quatro de cada escola. Dois deles tiveram assento no conselho escolar e no programa Escola de Pais enquanto que os outros seis não fizeram parte dos órgãos destacados. Dos seis professores entrevistados, dois foram coordenadores pedagógicos de cada uma das

escolas. Optou-se ainda por caracterizar as escolas investigadas com o objetivo de facilitar ao leitor a busca de informações sobre essas escolas. Cabe lembrar que as escolas selecionadas situam-se na periferia da zona urbana de Governador Nunes Freire. A escola nomeada com E apresenta o menor índice no Ideb 2011, conta com infraestrutura adequada e atende a um público de baixo nível socioeconômico. A escola nomeada como F, embora atenda também um público de nível socioeconômico baixo, apresenta melhor índice do Ideb de 2011. A infraestrutura é mais adequada do que a da escola E.

Essas diferenças serão mostradas em detalhes, na caracterização das escolas, a seguir.

A escola E, de ensino fundamental do 5º ao 9º ano, localiza-se na periferia de Governador Nunes Freire e faz parte de um complexo educacional composto por mais três escolas. Esta escola apresentou o menor índice do Ideb e também baixo nível socioeconômico. Destinada ao ensino fundamental, esta escola recebe alunos do 1º/2º, 3º/4º, 5º/6º e 7º/8º anos na modalidade educação de jovens e adultos no período noturno. Conta com oito salas polivalentes e duas salas específicas (sala de professores e sala de leitura), um auditório, um laboratório de informática, uma secretaria, uma cozinha e um depósito, além de seis banheiros.

A escola não possui área de lazer para que os alunos possam praticar atividades desportivas, motivo pelo qual as atividades relacionadas à Educação Física se desenvolvem na própria sala de aula, no mesmo formato de outras disciplinas. No entanto, nas proximidades da escola, há duas quadras comunitárias, abertas, expostas ao sol e à chuva, mas que, mesmo sob essas condições, são usadas para ações do Programa Mais Educação²⁸, que visa a fomentar atividades para melhorar o ambiente escolar, tendo como base estudos desenvolvidos pelo Unicef, utilizando os resultados da Prova Brasil de 2005.

Em 2013, foram matriculados 483 alunos, distribuídos do 4º ao 9º ano. Desses, 283 são atendidos pelo Programa Mais Educação em atividades de letramento em Português e Matemática, Jornal Escolar, Cine Club, Teatro e Dança, Banda Marcial e Rádio Escola.

²⁸Criado pela Portaria Interministerial nº 17/2007, aumenta a oferta educativa nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em macrocampos como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura.

O corpo técnico-administrativo da escola é composto de 46 servidores, sendo três vigias; um auxiliar de secretaria; três servidores da limpeza e alimentação escolar; 24 professores, sendo seis em regime de quarenta horas; dezoito professores em regime de vinte e cinco horas; um diretor geral; um vice-diretor, um coordenador pedagógico; e dez monitores que atendem ao Programa Mais Educação.

A formação dos professores atende aos padrões exigidos para o exercício da profissão. Dos 24 professores, dezoito são pós-graduados em nível de especialização, dois são graduados e quatro estão cursando a graduação.

A direção da escola é constituída por um diretor escolar sem experiência na área de gestão educacional, licenciado em Ciências, indicado politicamente pelo atual gestor municipal de Governador Nunes Freire. A escola não possui Conselho Escolar, apesar de ter sido constituído o Grêmio Estudantil em junho deste ano.

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola foi elaborado em 2012 e atualizado em 2013. Nele, a escola prioriza o acesso, a permanência, a qualidade da educação e a gestão democrática como política educacional para o enfrentamento do baixo desempenho nos indicadores educacionais dos anos finais do ensino fundamental, como se verifica na Tabela 1²⁹.

Tabela 1 – Ideb observado (2005 - 2011) - Metas Projetadas (2007 - 2021)

Escola	8ª série/ 9º ano				Metas Projetadas								
	Ideb Observado	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
E		3.5	2.9	2.5	2.9	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2	5.5

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do MEC/INEP 2012.

O baixo desempenho da escola E no Ideb de 2007, 2009 e 2011, conforme evidencia a Tabela 1, foi justificado como decorrente do alto índice de indisciplina escolar por parte dos alunos, motivado por questões diversas. Usa-se como explicação o fato de que a escola está situada em um bairro de reconhecida vulnerabilidade social. E, para elevar a qualidade do ensino, a escola adotou medidas formativas para adequar a metodologia dos professores do 5º e do 9º ano à matriz de referência do Inep para avaliação dos alunos na Prova Brasil no ano de 2013, criando espaço de diálogo e reflexão em busca de melhores estratégias de ensino e aprendizagem.

²⁹O atendimento aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental passou ocorrer a partir de 2012, motivo pelo qual não se registra o Ideb referente a esse nível de ensino.

Para estimular a leitura, a escola desenvolve, em parceria com a Pastoral da Juventude da Igreja Católica, peças teatrais, em que são apresentados e explorados temas diversos da literatura infanto-juvenil para toda a comunidade escolar. Também vêm sendo desenvolvidas intervenções pedagógicas junto aos professores para a adaptação de suas práticas de modo que se tornem atraentes e significativas para os alunos, sobretudo nas disciplinas de Inglês e Filosofia.

Soma-se a esse o projeto Pai Nota 10, instituído para combater a indisciplina e a evasão escolar. Tem como objetivo tornar os pais conscientes de suas responsabilidades com a vida escolar de seus filhos para que acompanhem o rendimento escolar e visitem a escola oportunamente. Para incentivar o protagonismo parental, ficou definido que a participação dos pais na vida escolar dos seus filhos incidiria na nota escolar bimestral do aluno da seguinte forma: dois pontos corresponderiam à participação dos pais e oito pontos seriam relativos à participação do aluno em atividade individual, grupal ou testes. E, para monitorar a participação dos pais no projeto, foi desenvolvida uma ficha avaliativa para o acompanhamento familiar, com espaço para assinatura do responsável por aluno e o registro docente. Ficou definido que, ao final do ano letivo, a escola realizaria um evento para premiação dos pais que se destacassem no acompanhamento da vida escolar de seus filhos. O projeto prevê, ainda, visita domiciliar do Diretor à casa dos alunos que manifestam problemas escolares.

A escola F foi construída em 1995 e não possui infraestrutura adequada, embora esteja localizada nas proximidades do centro da cidade de Governador Nunes Freire. Sua clientela estudantil provém de família de extrema vulnerabilidade social, motivo pelo qual todos os alunos do Ensino Fundamental nos Anos Iniciais e Finais e mais quatro da Educação de Jovens e Adultos, totalizando 276 alunos, são beneficiários do Programa Bolsa Família. Quarenta alunos participam do Programa Mais Educação no Complexo Educacional Monteiro Lobato.

A escola F tem 377 alunos, sendo 130 matriculados no turno matutino e 136 no vespertino. Desse total, 111 são da Educação de Jovens e Adultos. Desse conjunto, 160 são do 3º ao 5º ano e 106, do 6º ao 9º. Há quatro salas de aulas e os alunos estão divididos em 12 turmas. A média por classe é de 30 alunos.

A direção da escola é composta de um diretor e um coordenador pedagógico, ambos concursados e indicados pela Secretaria de Educação – SEMED. O diretor possui licenciatura plena em Pedagogia e em Matemática, com pós-graduação em

Gestão Educacional. Os 17 professores que atuam na escola são graduados, dez têm pós-graduação, dez atuam no regime de 40 horas e sete, no regime de 25 horas, conforme o piso nacional de professores. Completam a equipe técnica da escola dois auxiliares de secretaria e um monitor do Programa Mais Educação.

Segundo consta no Projeto Político-Pedagógico da escola, seus objetivos estratégicos são: formar cidadãos conscientes e capazes de desenvolver o autoconhecimento, sentimentos de confiança em suas potencialidades afetivas, cognitivas, ética de inter-relação e inserção social, política, civil e cultural. Entre as prioridades da escola para 2013 estão o combate à indisciplina dos alunos e o aumento do aproveitamento escolar.

Entre as medidas tomadas, destaca-se o projeto de leitura Ler é um Prazer. Este projeto tem como objetivo desenvolver uma prática pedagógica que motive os alunos ao hábito de leitura e de escrita, na comunidade escolar, envolvendo docentes, funcionários e educando na interatividade com o livro, despertando e estimulando o gosto pelo livro e pela leitura. Destaca-se também o reforço escolar nas disciplinas Português e Matemática. Esta atividade é oferecida no turno contrário para alunos que mostram necessidade. É ministrada por professores externos disponibilizados pela Secretaria de Educação.

Para reverter às manifestações de indisciplina escolar, sobretudo no que se refere ao cumprimento da pontualidade, assiduidade e compromisso com as tarefas escolares, a escola F mantém um calendário mensal de reuniões e palestras voltado para toda a comunidade escolar. Trata-se de ocasiões em que são discutidos problemas e apresentadas soluções. Ressalta-se a proposição de um contrato pedagógico construído pelos pais, alunos e professores, com o estabelecimento de regras de compromisso para a boa gestão do processo ensino-aprendizagem. Entre os vinte e quatro pontos, evidenciam-se os seguintes:

- a) Não é permitido uso de celulares durante as aulas. Caso o aluno viole o acordo, o aparelho será recolhido pelo professor e entregue somente ao seu responsável;
- b) o aluno deve permanecer na sala de aula durante a troca de professores de uma disciplina para outra. Será advertido pela direção se infringir o contrato e, se reincidente, os seus pais ou responsáveis serão comunicados;
- c) o aluno não poderá lanchar no horário de aula, somente no intervalo destinado ao recreio escolar;

d) o professor deve informar ao aluno sua média escolar sempre que o aluno necessitar.

Quanto ao Ideb da escola F, os resultados podem ser verificados na Tabela 2.

Tabela 2 – Média e metas Ideb (2005 - 2011) - Metas Ideb projetadas (2007 a 2021)

Escola	4ª série / 5º ano Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
F	2.9	3.3	4.7	4.0	3.0	3.3	3.7	4.0	4.3	4.6	4.9	5.2

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do INEP (2011).

A Tabela 2 mostra que, de 2005 a 2011, a escola F teve um desempenho satisfatório no Ideb da 4ª série/5º ano, ou seja, a escola superou consecutivamente as metas projetadas para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Percebe-se que o Ideb observado em 2011 correspondeu às metas projetadas para o ano de 2013 e foi superior à média do sistema municipal para os anos iniciais.

O bom desempenho da escola F no Ideb também se verificou nos Anos Finais do Ensino Fundamental, conforme Tabela 3.

Tabela 3 – Média e metas Ideb (2005-2011) - Metas Ideb projetadas (2007-2021)

Escola	8ª série/ 9º ano Ideb Observado				Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
F	1.1	2.3	3.4	3.1	1.2	1.6	2.2	2.8	3.3	3.6	3.9	4.1

Fonte: MEC/INEP 2012.

Os dados mostram que a escola F manteve uma trajetória estável em relação às metas projetadas para os anos de 2007, 2009 e 2011. Para alcançar esses índices, a escola F procurou levantar a sua situação real e atuar sobre os problemas que afetavam direta ou indiretamente o bom desempenho escolar. Foram efetuadas ações de intervenção na prática pedagógica dos professores, monitoramento da frequência escolar dos alunos, convocações de pais e responsáveis por alunos faltosos, atendimento especializado no turno contrário aos alunos com dificuldades de aprendizagem em Português e Matemática. O bom desempenho alcançado no Ideb tem destacado a escola F junto à comunidade local como exemplo a ser seguido no compromisso com a qualidade da educação básica pública.

3.3. Como as famílias avaliam a participação na vida escolar dos filhos

As famílias da escola E consideram que a sua participação na vida escolar dos seus filhos é muito importante e contribui para o melhor desempenho do aluno na escola e para conhecer os professores, conforme os depoimentos dos seguintes interlocutores:

Porque ele se desenvolve mais, tendo o pai sempre ali presente com outras pessoas, assistindo às reuniões. O filho sente-se mais seguro, vendo o pai ali por perto, olhando (P.1).

E porque vai ter melhor desempenho na escola, porque nós estamos acompanhando, então fica mais fácil pra vida escolar dele. O pai que acompanha o filho na escola, o filho tem o melhor rendimento. Pais e filhos ficaram mais conscientes (P.2).

Muito importante porque a gente participa da vida dos nossos filhos para ter um contato tanto com o professor, quanto com os nossos filhos e outros pais. Levar nossos filhos a ter uma formação melhor, a chegar um futuro melhor. Isso é muito importante porque nós conhecemos o professor e o professor nos conhece (P.3).

Quando as famílias se referem à posição dos professores, sobre suas presenças na escola, as opiniões foram cautelosas. Um dos entrevistados do sexo masculino que recebeu a visita dos mobilizadores em sua casa limitou-se a dizer simplesmente na teoria sim, mas na prática não:

De certa forma sim, podemos dizer na teoria um pouco, na prática não. Com essas pessoas que por lá andaram (mobilizadores) foi bom, porque trouxe mais informações para nós pais. (P.2).

De modo ilustrativo, uma mãe apontada como muito presente no cotidiano da referida escola percebeu haver uma parcela de professores que consideram que a presença dos pais atrapalha o desenvolvimento das aulas, enquanto que outra parcela a considera positiva e oportuna:

Muitos professores gostam e muitos não gostam. Tem muitos que acham que você vai lá para atrapalhar a aula. Tem muitos que quando você chega lá acham maravilhoso, por saber que o pai está preocupado com a educação do filho, saber se o filho está na sala de aula. O professor gosta de mais, tem uns que não gostam (P.3).

Em contrapartida, outra mãe, estudante do quarto ano da Educação de Jovens e Adultos, considera que todos os professores gostam da participação da família: “Eu acho que eles gostam. Todos gostam da participação dos pais” (P.1). O que, por si, indica que tem pouco contato com os professores, uma vez que sua opinião baseia-se em generalizações. Outra mãe, membro da Escola de Pais (P.4), relatou que com a mobilização social os professores passaram a cobrar mais dos pais, sobretudo no acompanhamento das tarefas escolares. Todos manifestaram que a sua presença contribui para a melhoria do rendimento escolar dos alunos e em particular para conhecer os professores. Entendem que os pais têm uma visão diferente das dificuldades escolares dos seus filhos e que, por meio de conversas com os professores, “coisas que a gente não tinha conhecimento, ficamos conhecendo” (P.2). É justamente esse diálogo que permite que os professores informem os pais sobre as dificuldades escolares dos filhos.

As famílias julgaram que a sua participação na vida escolar de seus filhos, conforme proposto pela mobilização, teve um contributo positivo para a formação dos alunos. Avaliaram como importante o processo de conscientização dos pais, o qual os proveu de informações e encorajou-os a interagir com os filhos e com os professores e a procurar saber o que realmente acontecia na escola, segundo o depoimento de três entrevistados:

Ajudou-me, me incentivou. Repassou-me coisa que eu não tinha acesso. Trouxe mais informações, não só para mim, mais para as pessoas da comunidade (P.2).

Passei a ver como é a vida na escola. Hoje vejo como saber trabalhar, a ter uma participação mais ativa, conversar com os professores, dar minha opinião. Os pais têm que se posicionar (P.4).

Muito boa. Porque mudou, mudou de mais entre eu e o professor e entre a minha filha e eu, mudou bastante. Isso (mobilização) é uma coisa que nem deveria acabar. Eu estava conversando agora com a professora pra voltar (a mobilização) que é muito importante você saber realmente o que está acontecendo na escola dos seus filhos (P.3).

Neste aspecto, verificou-se certa convergência entre as opiniões dos pais entrevistados que participavam ativamente das reuniões de pais e mestres e daqueles que só participavam esporadicamente.

Apesar de entenderem que a participação na vida escolar de seus filhos é importante, por possibilitar a interação da família com o professor e, por consequência, com a escola, consideram também que essa ação foi limitada por conta das ocupações diárias dos pais, aliada à falta de interesse, e às barreiras impostas pelos profissionais da escola, como exemplifica dois entrevistados ao dizer que:

O diretor tem que ter uma comunicação direta com os pais. Não tem que ser muito sério (cara fechada), tem que ter uma boa comunicação. Eu acho que cai tudo sobre o diretor. Porque acho, assim: que o diretor tem que ter uma visão diferente, tem que ser amigo, tem que conhecer o pai, do mesmo modo que o vigia (da escola) deve conhecer o pai. Não ser aquele diretor muito sério, virar a cara pra lá, mas ser um bom diretor, que goste da família (P.4).

Muitos pais não querem saber da vida do filho. Tem pai que não quer saber se o filho está na escola, se o seu filho participa, se o seu filho está realmente na sala de aula. Quanto aos professores, tem aquele que limita, tem aquele não limita, mas, geralmente é limitado, porque nem tudo o que acontece dentro da escola o pai pode participar, nem tudo (P.3).

Na escola F, as famílias afirmaram a importância da sua participação na vida escolar de seus filhos no sentido de que essa participação é fundamental para o aprendizado do aluno, um estímulo para os filhos continuarem e nunca desistir, conforme afirmam um pai e duas mães:

De suma importância. Não acredito que a escola possa educar sozinha. A educação também tem que vir dos pais. Essa visão eu já tinha antes da mobilização, mais me incentivou mais a participar melhor da vida escolar do meu filho, e ajudar também outros pais a entenderem o porquê da importância dos pais na vida escolar de seus filhos (P.5).

A importância maior é porque eu saberia tudo o que está se passando com ele. Se eu acompanhar na escola, eu sei de tudo na vida dele. Pra eu saber tudo, eu tenho que participar com ele na escola (P.6).

É muito importante. A participação de cada pai na escola com seus filhos representa um estímulo para a rapaziada continuar e nunca desistir. Eu acredito que a maioria da evasão que tem na escola, às vezes as pessoas falam assim, que é a criança que não quer nada, que não quer nada com a vida, mas a participação dos seus pais é fundamental dentro do aprendizado do seu filho. Eu acredito assim,

que cada pai, no meu caso, eu me coloco como mãe, se cada pai que tem no Brasil, tivesse o pensamento que eu tenho, o nosso Brasil era melhor. Porque eu não tenho uma formação larga, eu tenho só o ensino fundamental completo, eu sou pobre de família humilde, mas eu quero pro meu filho o melhor, meu esforço (eu tenho quatro filhos para criar) e que o meu filho se forme, faça uma faculdade e tenha uma vida melhor. (P.7)

Quanto à percepção que as famílias têm da importância que os professores dão à sua participação, nas reuniões de pais e mestres ou em outras ações decorrentes da mobilização, o grupo convergiu. Como exceção, houve uma mãe que tem uma opinião muito negativa de sua participação nas reuniões ao dizer que, das poucas vezes que se fez presente, foi só para ouvir o professor reclamar dos filhos.

Por enquanto eu fico calada pra você. Não vou responder nem sim, nem não. Às vezes eles mandavam a gente ir à escola. Dessas duas vezes que eu fui, foi só para falar de reclamação dos filhos (P.8).

Outras duas mães afirmaram os aspectos positivos da participação:

Sentimo-nos, assim, fazendo parte da educação, mesmo nesse trabalho (mobilização). E nas famílias também fomos muito bem recebidos. Por onde nós passamos, a gente entregava panfletos explicativos. Aos pais que não sabiam ler, a gente pedia que lessem juntamente com os seus filhos numa mesa redonda, para que debatessem, discutissem e explicassem pra eles o que estava escrito (P.5).

Eu percebi que foi uma gratidão para eles. Eles trataram as pessoas (pais) muito bem. Porque só o professor não tem condição de educar nossos filhos no mundo de hoje. Eu acredito que só o professor numa escola pública, onde não é um internato, porque um internato é uma coisa, uma escola pública é outra coisa. Só o professor que não tiver a parceria do pai hoje em dia do jeito que tá com drogas, todo o tipo de coisa que não presta. Só o professor ele não tem como educar uma criança, sem não tiver a parceria do pai (P.7).

Entre as vantagens apresentadas para a participação dos pais ou responsáveis por alunos nestas reuniões, foi apontado o fato de que a presença destes colaborou com os professores na educação dos seus filhos, bem como o fato de que os pais eram informados de tudo o que acontecia na escola. Uma das mães entrevistadas (P.8) disse que dessa forma os pais passaram a entender que acompanhar a escolaridade dos filhos “é consequência da vida de ser pai” o que indica que tinham clareza que, em certa

medida, os problemas escolares vivenciados pelos seus filhos também podiam ser superados com o apoio moral e afetivo da família. Quanto ao contributo que participação escolar pôde representar na sua formação, foi referida uma tomada de consciência da importância de frequentar e envolver-se com as demandas da escola. Três dos pais que foram mobilizados, assim se referiram à sua participação:

Eu vejo que contribuiu para os pais que não sabiam que não se envolviam. A partir desse momento começaram a ser envolvidos e ir à escola. Pelo o que eu via na reunião, os professores mandavam bilhetes. Muitos pais diziam: ah! Eu não vou à reunião, o que eu vou fazer lá? Mas, a partir dessa mobilização, muitos pais, que não frequentavam a reunião, começaram a frequentar. Eu acredito que foi muito legal para os alunos, para os professores e para a escola. (P.7)

A partir daí minha visão melhorou! Mas quando a gente fica assim por fora, a gente não dá aquele valor que tem que dar. Nós fomos treinados antes, houve uma capacitação, então passamos a ver a educação de uma maneira diferente. A mobilização nos incentivou mais como cidadã (P.5)

Eu acho que ajudou a conscientizar os pais. Quando os pais estão sabendo dos passos dos filhos, eles sabem quando eles estão passando bem ou mal. Pra mim é um prazer muito grande (P.6).

Entre as limitações, foram apresentadas por uma mãe: a negligência de pais com pouca ou nenhuma participação, que alegavam falta de tempo para as reuniões:

Por parte dos pais: falta de interesse. Por parte dos professores, até onde eu conheço, eles dão o melhor. Aqui tem professor, nem todos, que saía de casa em casa de aluno. Então eu digo: é falta de informação e a falta de interesse de cada pai, que pensa que educar um filho é bater quando faz coisas erradas (P.7)

Reclama-se igualmente do alheamento parental em relação às atividades demandadas pelas escolas, tal como dever de casa, entre outros. E da recusa dos pais em atenderem o chamado da escola para conversar com os professores sobre as dificuldades escolares dos seus filhos.

3.4. Como as famílias avaliam os modos como se manifesta a sua participação na gestão da escola

Quanto às formas alternativas de participar na gestão da escola E, nenhuma ideia concreta foi mencionada para além das formas pontuais de participação que acontecem no interior da escola. Reunião de pais e mestres para partilha de decisões de suposto interesse coletivo e o diálogo com os professores de turma para resolver problemas particulares foram às alternativas apontadas. Um dos pais considerou que, com a mobilização feita pela escola, “tinha aquela pessoa que estava informando, instigando, sempre dizendo, olha, fulano participa. Colocaram até o carro de som na rua para chamar os pais” (P.3).

Os familiares da Escola F assim se posicionam sobre as formas alternativas de participarem da gestão escolar:

Participava dando a minha opinião, a gente nunca ficava calada, a gente sempre tinha opinião a dar. As reuniões eram dentro das escolas e abrangiam todos os pais (P.5).

Eu procurava sempre fazer assim: se eu não tinha tempo de ir a uma reunião, devido o meu trabalho, nem todo tempo e toda hora daquela reunião eu participo, mas depois que passava reunião eu ia à secretaria, procurava o professor do meu filho, conversava com ele, procurava saber qual foi o assunto da reunião, ele me passava, e eu ficava a par do assunto. Em casa, quando o meu filho chegava, via o caderno dele, o que ele trouxe. Ele tá brincando, ah! Tem um feriado. Ele tem hora de brincar, mas depois daquela hora, passou uma hora, pegava o livro e ia estudar, pegava o caderno e ia fazer o dever (P.7).

Sempre estava na escola, ajudando, perguntando, visitando, me inteirando, vendo a atividade curricular, sempre estava inserida na escola do meu filho, conhecendo os professores (P.8).

Depreende-se das falas, que os interlocutores da Escola F têm uma visão mais plural sobre as formas alternativas de participação que estão ao seu dispor.

3.5. Como as famílias avaliam a forma de transmissão e mobilização das decisões tomadas para o acompanhamento da vida escolar dos filhos

As formas de transmissão das decisões tomadas nas ações de mobilização da escola E para o acompanhamento da vida escolar dos filhos mais referenciadas foram as por via informal. Neste aspecto, os pais que participaram das reuniões assumiram o papel de porta-vozes da escola junto à comunidade, conforme depoimento de uma mãe:

Eu levo as informações, divulgo muito. Uma pessoa que eu conheço e que não estava na reunião, eu encontro na rua [e digo] olha, aconteceu isso na reunião. Vê se da próxima vez passa lá, você tá convidado, estar presente é muito importante. Então essa pessoa ficava informada (P.3).

Com a lista dada pelos professores dos alunos com dificuldades, visitavam-se os pais. A gente não só ia informar, mas como pedir sua ajuda para todo o ano letivo. (P.4)

Por outro lado, outros dois entrevistados, não conseguiram avançar com uma informação mais concreta. Um que embora tenha recebido a visita dos mobilizadores em sua casa se fazia representar pela esposa nas reuniões escolares e o outro por não responder a pergunta.

Quanto ao teor das decisões tomadas nas reuniões para tratar da participação da dos pais na vida escolar de seus filhos, manifestaram interesse nas decisões daí emanadas. Uma mãe que passou a mobilizar outros pais que não se faziam presentes nas ações percebeu que muitas famílias não mostravam interesse nas decisões tomadas, “tinha aquela família que não estava nem aí para o filho, se ele ia sair dessa educação básica, ela não estava se importando” (P.3). Este posicionamento em face das decisões que são importantes para a vida escolar dos filhos decorreu também da decisão da escola de mobilizar os pais de alunos com dificuldades escolares: “a decisão tomada foi chamar os pais desses alunos, individualmente, para uma conversa” (P.4).

Constatou-se que as famílias que eram solícitas ao chamado da escola tinham mais noção da importância das decisões que eram tomadas para o acompanhamento escolar de seus filhos e que suas participações nessas reuniões incidiam positivamente na formação de ambos.

As opiniões convergiram sobre o posicionamento das famílias das escolas E e F no que se refere à efetividade da mobilização das decisões para a resolução de

problemas que afetavam a vida escolar de seus filhos: aceitação da ação pela comunidade, estreitamento dos laços afetivos entre pais, filhos e professores, melhor rendimento do aluno e maior participação dos pais nas reuniões escolares. Uma mãe afirma: “Hoje nós somos amigas, sentamos e conversamos. Mudou até o comportamento dela na escola. Hoje ela é mais contente, mais aberta.” (P.3). Outros confirmam:

Diminuiu a agressividade de pais contra os professores. Houve um aumento quantitativo de pais nas reuniões e melhoria nas escolares (P.4).

Minha visita regular na escola ajudou a melhorar o comportamento e o rendimento do meu filho (P.2).

Além de melhorar o rendimento escolar, a criança tinha temor pelo pai está presente. Será que o pai vai me entregar para o professor, será que o professor vai dizer que eu estava fazendo isso ou aquilo? (P.6)

A mobilização foi muito bem aceita pela comunidade. Causou um efeito positivo na vida das crianças. Até os professores comentavam que, nas reuniões, os pais estavam mais assíduos, porque antes eles se retraíam mais, mas a partir daí (da mobilização) passaram a participar mais, a ver a situação do filho na escola, porque ele está com nota baixa, por isso e por aquilo, eles estão mais inseridos dentro da instituição escolar (P.5).

Melhorou! Foi melhor para os alunos. Foi melhor para os pais. Que ficavam sabendo o que está acontecendo. Foi melhor para o professor que pode contar com os pais daqueles alunos. Tem gente que dizia – manda chamar o pai do aluno fulano de tal, que ele é pessoa que a gente precisa, que está aqui e é presente, que não abandona a escola que sempre acompanha. Foi melhor no geral para o corpo docente, é melhor para todo mundo (P.7)

No que concerne às formas de transmissão das decisões para as famílias que não participavam das reuniões, na escola F predominaram as vias formais. Nesse caso os pais com assentos no Conselho Escolar tiveram papel de destaque “nós pais, fazendo parte do Conselho, fomos resgatar alunos que estavam afastados, muitos dias fora da escola, e a gente não sabia o motivo” (P.5). No âmbito da informalidade, essas transmissões ficaram circunscritas às relações de vizinhança, “eu sempre fiz assim: tinha dois vizinhos que eu fazia era levar para as atividades realizadas pela escola” (P.6). Trata-se de um pai que exerceu o mandato de presidente do Conselho da

Merenda Escolar e, como tal, tinha contato com as ações e informações sobre as decisões. Ainda sobre a questão, duas mães relatam:

Marcávamos reuniões com os pais e juntos e falávamos sobre o que estavam precisando, qual a forma de fazer e o que tinha que ser feito (P.7).

Para os que tinham filhos, a gente sempre repassava, falava da mobilização, dizendo, assim, junte se a nós vamos ajudar nossas crianças. E aos colegas de trabalho também (P.8).

Contudo, as reuniões formais constituíram a forma privilegiada de transmissão das decisões para o acompanhamento da vida escolar dos filhos.

Quanto ao interesse pelas decisões tomadas, limitaram-se aos pais que tiveram assento em alguma atividade formal constituída pela escola, segundo um pai e uma mãe:

Hoje as escolas e os professores não podem tomar decisões sem combinar com os pais. Eu acharia que se fosse combinado seria melhor. Por que qualquer tipo de erro que desse, não jogariam o erro em cima apenas de um (P.6).

Nós vivemos no Brasil, a lei é do Brasil. Pelo que eu vi no meu ponto de vista eu vou falar o que eu acho e o que muitas pessoas acham. Há muito desinteresse dos pais. Eu acho que é a falta de diálogo, ou tipo de ignorância. Tem pais que não sabem o nome do professor. Tens pais que vêm receber a prova. Tem muitos pais que acontece isso, não são todos, mas tem (P.7).

A mobilização das famílias dessa escola ocorria por meio de bilhetes, cartazes, visitas domiciliares, e diálogo entre colegas e conhecidos. As mães afirmaram:

A escola chamava os pais, por meio de passeatas, cartazes. Ao saber do assunto que ia ser tratado comunicava aos demais pais de aluno da mesma escola do meu filho: olha fulano vai lá, vai se falado isso (P.7).

A gente era incentivada a ir à família (casa), ver o que estava acontecendo, ver quais eram os problemas, porque a criança estava se evadindo, o motivo (P.5).
[a gente] sentava e trocava ideia com outros pais e convidava para ir junto para participar da escola, para não jogar a carga só em cima do professor (P.6).

O que se depreende das falas, é que a capacidade da mobilização de famílias com pouca ou nenhuma participação na vivência escolar dos filhos dependeu igualmente da mobilização de pais e mães com certo grau de compromisso e solidariedade.

3.6. Como as famílias compreendem o sentido da participação na escola no âmbito do PMSE

Em relação ao sentido da participação na vida escolar de seus filhos, as famílias da escola E manifestaram uma visão estática que se dilui em “saber se o filho tá realmente na escola, se ele participou da aula” (P.3). As formas e as práticas encontram-se predefinidas e são anteriores à ação. Conforme Lima (2001), “são reproduzidas em conformidades”, ou ainda “subjugada àquilo que se encontra formalmente pré-escrito”, creio eu não nos documentos oficiais, mas na postura irrefletida de certos atores, encarregados de coordenar ou implantar políticas que tenham centralidade no poder decisório da comunidade. Não dando conta de outras realidades, subjugam a concepção da participação da família na vida escolar dos seus filhos às ações meramente prescritivas, tais como “ver o que o filho tá estudando” ou “dá aquela fugidinha, saber se o filho tá na sala de aula”. Outros informantes tem uma visão mais ampliada do que seja a participação:

É todo mundo junto: família e escola. (P.2)

Desde que o filho sai de casa, você já conversa com ele. Dizendo, olha meu filho, você faz isso, respeita as pessoas, obedece. Ai vem a tarefinha, o pai vê o que o filho tá estudando, pegando no caderno. Acompanhar mesmo em casa, na escola. Conversar com o professor, para saber o que pode melhorar ir à reunião. Participação é desde casa, conversando com os alunos, envolvendo-se nas tarefas, acompanhar em casa, na escola. Naquilo que precisam de ajuda para melhorar, ir às reuniões, apoiar os alunos que precisam de reforço escolar (P.4)

No aspecto geral, os relatos indicaram que, na prática da escola, a expressão *participação*, dada a sua interpretação vaga, se concretizou na mudança de postura da família, necessária para o bom desempenho escolar do aluno. Os pais não relataram

participação em reuniões que tivessem como foco a gestão democrática da escola. Igualmente não avançaram na ampliação do conceito de participação enquanto decisão estratégica institucional que buscava o envolvimento dos pais nas vias políticas da escola.

Dos depoimentos dos familiares de alunos da escola F, infere-se que a percepção familiar sobre o sentido da participação equivale à prática da corresponsabilidade pela melhoria do ensino. Entendem como essencial participar da vida escolar de seus filhos e, assim, julgam que colaboraram para suavizar a carga de trabalho docente. Os depoimentos de duas mães esclarecem:

Na minha visão de mãe, participar da vida escolar dos filhos, no ensinamento dele é tudo. E para os professores, eu acredito que é uma ajuda muito grande, uma conquista que a gente consegue superar todas as barreiras, porque há muita coisa dentro de uma sala de aula para um professor desenvolver. Acho que para ele, para o aluno e para ao pai, ajuda muito a desenvolver muitas coisas (P.7).

Essencial primordial a participação. Não tem nada melhor do que participar da vida escolar do seu filho. Porque só assim nós vamos ter uma educação de qualidade. Só assim, nós vamos ter um país melhor (P.5).

Como se percebe pelas falas, os interlocutores compreendem a sua responsabilidade perante o estudo dos filhos. Segundo Henriques, Braga e Mafra (2009), as ações corresponsáveis equivalem ao estabelecimento de vínculos fortes nos projetos de mobilização por serem geradoras de participação. Entende-se, então, que a participação também pode se efetuar por meio de ações de solidariedade, desde que não fique restrita a uma dimensão unilateral, fechada a outros aspectos considerados pertinentes.

Apelando para as reflexões de Souto-Maior (2002) acerca dos sentidos diferenciados da participação – instrumental e política –, a participação popular nas organizações governamentais deve ser eminentemente política, visto que todos têm o direito a participar das atividades dos órgãos públicos, pelos quais são afetados. Nesse contexto de participação, consideram-se os indivíduos atores políticos que buscam a concretização de seus interesses na instituição. A participação política enxerga a organização como uma arena política, na qual os ambientes são constituídos a partir de alianças estratégicas e frutos de negociação política. No sentido instrumental, a

participação visa envolver os trabalhadores em decisões restritas ao nível operacional, num clima de colaboração entre equipes de direção e demais partícipes. Por meio desse tipo de participação, a direção espera manter um clima de satisfação e comprometimento que deverá resultar em um melhor desempenho organizacional.

A participação familiar, segundo foi expressa na proposta do PMSE, deveria concretizar-se de maneira eminentemente política, visto que o plano prevê que os pais são atores que devem participar do processo decisório que se estabelece nas escolas. Nas ações concretas executadas nas escolas investigadas, a participação avançou um pouco para além do apelo instrumental. Por outro lado, não alcançou uma *performance* verdadeiramente política, visto que revela um comportamento de baixo envolvimento com a instituição escolar, conforme o depoimento dos familiares.

Como se depreende das entrevistas realizadas com as famílias das duas escolas (E e F), as respostas revelam que as famílias consideraram pertinente a sua participação na vida escolar de seus filhos. Esses dados demonstram que ambas as famílias convergiram em relação às opiniões que ocuparam a parte mais substantiva de suas percepções: contribuir para o melhor rendimento do aluno e para conhecer os professores.

Quanto à percepção do interesse das famílias nas decisões referentes à gestão escolar, um dos familiares de aluno da escola E, que participava regularmente das reuniões promovidas pela escola, mencionou que, no geral, é a família que se esquivava da responsabilidade de operacionalizar sua participação nas decisões que eram importantes para a vida escolar. No entanto, não se evidenciou nos relatos uma mobilização das escolas para a distribuição da participação no interior da gestão escolar capaz de despertar o interesse desse segmento. Esta constatação revela que, para além dos interesses dos pais, pesa igualmente o sentido da distribuição interna das decisões políticas nas instâncias colegiadas das unidades escolares. É preciso também considerar a finalidade real e a motivação dos atores.

Em termos de motivação e interesse pelas decisões para o acompanhamento da vida escolar dos seus filhos, em ambas as escolas, os pais que atuam em alguma atividade formal pareceram mais comprometidos com as decisões tomadas pela escola. Contudo, a mobilização formal das famílias ocorria entre grupos de alunos com maiores dificuldades escolares. Não houve o interesse e a participação de todos os pais pelos problemas que afetavam a vida escolar de seus filhos. O que existiu foram

grupos de pais que se mostraram empenhados em executar as sugestões e socializá-las para o seu círculo de vizinhança.

A questão de fundo que permeia a percepção das famílias entrevistadas sobre o conceito de participação não se configurou como realmente participativa, tanto no sentido da distribuição interna das responsabilidades pelas decisões políticas das unidades de ensino quanto no sentido da qualidade do processo decisório. Isso levando em conta a inexistência do debate em torno das decisões tomadas. Tal consideração ajuda a explicar a ênfase da participação parental em atividades meramente prescritivas e de cunho pedagógico.

3.7. Opiniões dos professores sobre a participação da família na vida escolar dos alunos

Para os professores entrevistados da escola E, a apreciação crítica que fizeram da participação da família na vida escolar de seus filhos “reduziu-se ao número de pais com pouco ou nenhum questionamento” (Prof.2) em resposta à convocação da escola para participarem de reuniões de interesse da comunidade. Contudo, foi suficiente para produzir no âmbito educacional condições favoráveis ao aprendizado dos filhos e estimular a inter-relação escolar, ou seja, a família passou a ser mais frequente nas reuniões promovidas pela unidade de ensino e na vida escolar de seus filhos. Como atestam dois professores:

Para que a gente tenha realmente um ar satisfatório com os pais, nós precisamos dar pra eles uma contrapartida. Pai, por favor, venha à escola! Para observar que na escola chegou um laboratório de informática, e que isso vai render de certa forma para o seu filho um bem estar, uma educação de qualidade. Nós não chamamos os pais só para mostrar o que os filhos não têm, pela questão da participação na sala de aula, e sim trazendo para eles uma novidade (Prof.1).

Quanto à melhoria da participação: Melhorou, mas não foi 100%. No entanto as mães e pais que não iam para as reuniões passaram a ir, a ter interesse, a acompanhar a vida escolar, ir à escola sempre. Isso aí melhorou e veio da mobilização (Prof.3).

Segundo esse professor, a participação também se efetuiu em reuniões e encontros extraescolares “como lá na Igreja Católica”. Contudo para o Prof.2, a

família continuou a manifestar uma postura meramente observadora “reduzida a um número de pais com pouco ou nenhum questionamento”. A apatia por vezes manifestada, segundo outro professor entrevistado foi explicado da seguinte maneira:

Os pais de nossos alunos querem sempre uma novidade, algo que possa chamar atenção deles para dentro da escola, para que seja interessante tanto para os pais quanto para o seus filhos (Prof.1).

A percepção dos professores da escola F sobre a participação da família na vida escolar de seus filhos foi a de que os pais procuraram, na época, interagir mais com a escola como consequência da mobilização social pela educação, que se caracterizou como um forte processo de indução ao compartilhamento de responsabilidade pela aprendizagem dos alunos. Eis o que relatou um professor:

O interesse dos pais pela educação dos filhos foi muito importante. Estes demonstraram responsabilidades participando de reuniões, visitando a escola, conversando com o professor sobre seus filhos estavam nos estudos (Prof.6).

De acordo com outro professor entrevistado, a participação da família foi importante por “promover maior segurança e estímulo à aprendizagem dos alunos”, com consequência em toda a comunidade escolar, pois “houve o melhoramento, o nosso Ideb se elevou”. Afirma ainda que, a partir da mobilização, o ambiente familiar contribuiu significativamente para o desenvolvimento da leitura à aprendizagem dos alunos e que:

[...] por conta dessa parceria com a família, consegui mexer com ela de uma forma a dividir a responsabilidade, porque na realidade, a mobilização fez a família ficar ciente que ela tem as responsabilidades com os alunos, não é só a escola (Prof.4).

Para promover a participação da família, a escola fez uso de meios formais e informais, tais como reuniões, palestras, visitas e conversas particulares. No que se refere à participação das famílias na gestão escolar, os professores afirmaram que a participação na escola E efetuou-se através da representação no Conselho Escolar assim como em reuniões de pais e mestres, nas quais se percebeu por parte da família

muita expectativa e grande aceitabilidade em saber como seriam aplicados os recursos destinados à manutenção da escola. Uma professora relata sobre essa participação:

Nós tivemos participação, porque tínhamos representantes dos pais no conselho da merenda, na unidade executora, dentro da formação do grupo do conselho da escola. Todos os atores participando das decisões da escola, pois, eles tinham voz e vez para participar. Nós os ouvíamos bastante. (Prof.1)

No entanto, outro entrevistado teve percepção diferente para afirmação acima, ao dizer que tal participação se deu, sobretudo, por meio do “diálogo fechado entre si” (Prof. 2) em virtude da ausência de posicionamento dos familiares de alunos sobre os problemas apresentados”. Logo, se percebe que a pauta de discussão dos problemas a serem socializados nas reuniões, embora de interesse de todos, era de exclusividade do núcleo gestor, com pouca ou nenhuma influência da família.

Os professores da escola F afirmam que predominou as modalidades de participação familiar no Conselho Escolar e de reuniões de pais e mestres. Sobre a forma de a família operacionalizar sua participação, relatou uma professora que:

Através de reuniões e no conselho escolar, ajudando a melhorar os resultados e a resolver os problemas do dia-a-dia da escola (Prof. 6)

[...] era boa, porque eles já estavam se soltando com falas. No início eles ficavam fechados, mais depois já estavam cobrando, aí passamos a colocar uma caixinha há de sugestões na escola. (Prof.4)

Não foram relatados outros modos alternativos para dinamizar a participação e a inserção da família na gestão da escola. Das situações em que a família interveio com efetividade na escola F, destacaram-se decisões tomadas no âmbito extraescolar, tais como a valorização das tarefas escolares, o estímulo ao gosto pela leitura e a ajuda nos deveres de casa. Os relatos evidenciam que essas intervenções partiram da escola e que a família executou-as como meio de ajudar a melhorar a realidade escolar de seus filhos e, por conseguinte, a da própria escola. Como afirma dois professores, isto ocorreu:

[...] através de atitude simples, valorizando as tarefas escolares, estimulando os filhos ao gosto pela leitura, criando rotina de estudos e ajudando nos deveres de casa. (Prof.5).

Ajudando o professor dando sua opinião nas reuniões e participando ativamente do calendário cultural da escola (Prof.6).

Apenas uma professora da escola E apontou aspectos efetivos da participação da família na vida escolar do filho, ao dizer que “[...] durante o ano letivo de 2012, tivemos uma presença de 90% dos pais na escola, com participação contínua (Prof.1). No entanto, outro professor entrevistado considera que a participação não foi tão efetiva porque os pais de alunos dessa escola provêm de classes diferenciadas quanto às condições familiares: “a efetividade da participação foi prejudicada porque temos uma classe muito diferenciada de modos de vida cultural, social e econômico”, afirmou o (Prof. 2).

Essas evidências mostram que a participação não se deu ainda em sua plenitude. Resgatando a consideração de Paro (1998), há inúmeros óbices à participação entre eles, a questão do centralismo da gestão, a ausência de canais apropriados para facilitar a participação de alunos e funcionários da escola, de pais e outros segmentos da comunidade, os quais sofrem com a falta de tempo pelas condições de trabalho. Além disso, outros obstáculos, como as divergências políticas e distribuição de poderes entre os diferentes atores escolares e a utilização de mera retórica liberalizante podem conduzir a uma falsa ideia de participação e de gestão democrática.

Cabe registrar, ainda, que a participação familiar é dependente de inúmeros fatores externos à escola. Entre eles destaca-se a própria situação socioeconômica desses sujeitos, os quais sofrem com a falta de tempo devido às condições impostas pelo trabalho ou mesmo, pela falta de tradição de participar socialmente.

3.8. Opiniões dos professores sobre as iniciativas da escola para a operacionalização da participação da família

Entre as iniciativas realizadas pela escola E para dinamizar a participação da família nas atividades escolares, destacaram-se os projetos pedagógicos como alternativas à percepção de que “os pais têm mais facilidade de chegar à escola por uma questão de intriga ou briga” (Prof.1). A vantagem dessa intervenção foi a crença

de que possibilitou partilhas e a recepção das famílias, conforme atestam os depoimentos de dois professores:

Saber qual é a real função da escola (família) na vida escolar de seus filhos. Esse foi o papel da mobilização. Trazer a família para escola, para participar realmente. Saber qual é a real função da (família) na vida escolar de seus filhos (Prof. 3).

A gente percebe quando os pais chegam à escola e que trazem elogios, agradecimentos. Porque muito raramente os pais chegam à escola para estar agradecendo e apontando o professor como o querido. A gente vê mais isso por parte do aluno e menos pelos pais (Prof.1).

Os excertos mostram que participação traz algumas contradições, entre as quais, a dificuldade da própria escola em elaborar projetos que incluam a participação dos pais e, ainda, certa dificuldade dos pais em expor suas ideias e a falta de interesse da família em apoiar a escola no que fazer. Por outro lado evidenciou-se o papel positivo desempenhado pela Direção no que se refere à questão democrática da escola, pela sua atitude de apoio e receptividade à comunidade escolar.

No tocante às formas de intervenção da escola F para a participação da família, o projeto político-pedagógico e as reuniões de pais e mestres foram os meios citados. E, como vantagens, destacaram “maior rendimento dos educandos” e o fato de os alunos respeitarem mais as normas da escola. Comentam dois professores sobre a questão:

[...] no início ficaram meio ressabiados, já do meio, estavam aceitando a família. Porque estavam vendo que a família estava melhorando o trabalho da gente. Então os professores começaram a perceber que os alunos estavam respeitando mais, estavam mais atentos. Tinha uma questão do telefone celular que estava atrapalhando as aulas, aí, com a mobilização, passamos isso para a família (Prof.4).

Algumas iniciativas da escola ajudaram a consolidar a participação:

Definimos linhas de atuação de acordo com os objetivos e o perfil da comunidade escolar. Ambos aceitando as opiniões uns dos outros (Prof.5).

Esses depoimentos revelam as possibilidades e os limites da participação familiar na escola. Algumas causas se devem à própria organização da escola, como mostraram os depoimentos de professores. Outras são derivadas das condições

familiares, o que leva a escola a criar condições de cidadania, como será evidenciado no item a seguir.

3.9. Opiniões dos professores sobre a formação da família na perspectiva da cidadania

Os relatos dos professores da Escola E sugerem que a mobilização social teve um papel importante na sensibilização da família pela valorização da educação, ou ao menos em parte no horizonte das possibilidades dos mais excluídos, com a mobilização, os pais voltaram até mesmo a estudar no EJA. Mas não à revelia da escola que fomentou igualmente a participação da família nas instâncias colegiadas da escola. A fim de validar simbolicamente o processo de participação vivenciado, um os entrevistados consideraram que a participação contínua dos pais na escola provocou mudanças na atitude das famílias em relação à vida escolar de seus filhos, portanto, foi um ato de cidadania. Como relatam duas professoras:

A família foi de grande importância na vida escolar dos filhos e na educação. Porque colocavam a responsabilidade (educação) na costa dos filhos e não assumiam suas responsabilidades. Com a mobilização, os pais voltaram até mesmo a estudar no EJA. Muitos pais passaram a cobrar, e até hoje continuam cobrando (Prof.3).

Nós tivemos uma presença de 90% dos pais na escola para receber o boletim dos seus filhos. Procuraram saber como os filhos estavam. Das poucas escolas de Governador Nunes Freire que encerraram o ano letivo com qualidade, nós deixamos até a rematrícula feita para o ano de 2013. Nós tínhamos a participação contínua dos pais na nossa escola. Nós sabíamos os problemas de todas as salas, os motivos dos pais estarem vindo à escola. Os pais que visitavam no decorrer da semana nós tínhamos as visitas, porque em todas as escolas tem os meninos complicados, então, na segunda, vem o pai do fulano, na terça o pai daquele, na quarta o pai de outro. Nós não nos assustávamos, porque sabíamos o que estava acontecendo, do porteiro da escola as moças da cantina, que servem água quando as mães chegavam cansadas e eufóricas para conversar com os professores. (Prof.1).

Para os professores entrevistados da escola F, o legado mais evidente da mobilização social foi o de sensibilizar as famílias para a sua função de zelar pela escolaridade básica dos seus filhos, já que, segundo um professor até então as famílias estavam apáticas:

Até então a família estava apática. A família dava graças a Deus a hora do filho ir para escola e pronto. Mas com a mobilização ela se sentiu também parte do compromisso, responsável pela cidadania do filho. Para que o filho pudesse ser um bom cidadão no futuro, que ele ajudasse a escola. Não todos, porque nunca é 100%. Mas quando a gente percebe numa reunião de 20 pais, onde 05 ou 10 pais se manifestam, com a forma que agente espera que se manifestem, é lucro, porque é uma semente que a gente vai semeando (Prof.4).

O despertar da família foi determinante para que a escola a envolvesse num processo de compartilhamento de responsabilidades para reverter os altos índices educacionais de repetência e defasagem na leitura, que subtraíam aos interesses da coletividade. Uma professora relatou que a intervenção inicial da escola para elevar o grau de comprometimento da família com a educação do filho teve como mediação a problematização do conteúdo da cartilha: Acompanhem a vida escolar dos seus filhos e como consequência, o estabelecimento de um contrato pedagógico entre eles e a escola, mas cada um com suas responsabilidades bem definidas. A fala da professora esclarece:

Desenvolvemos um projeto de leitura para quem lesse mais livros em determinado tempo. Então eles adquiriram o hábito pela leitura. Dividimos em grupo, por eixo temático e os pais elaboraram cartazes (foi legal nesse dia) destacando os pontos positivos e negativos. Para a família, foi como se fosse um contrato didático entre eles e a escola. Aquilo que eles (destacaram) nós tínhamos que colocar em prática. (Prof. 4)

Pelas falas, percebe-se que envolver a família em ações formativas de participação, mesmo que restritas a algumas questões pedagógicas evidenciou, para os professores entrevistados, a existência de sementes de cidadania.

3.10. Como os professores compreendem o sentido da participação familiar na escola no âmbito do PMSE

Para os professores da Escola E, o conceito de participação tem um alcance muito limitado que remete ao entendimento de (LIMA, 2001, p. 54), “podendo ser mesmo produzido de forma *ad hoc* para resolução de um problema específico”. Por exemplo, são de opinião que “participar da vida, dos momentos, estar nas festividades, nas reuniões, saber as provas de desempenho escolar” seriam posturas desejadas para o enfrentamento das necessidades pragmáticas da escola. Consideraram que, na escola

pública, “os pais acham que a preocupação com os alunos é da escola e não sua”. Esta constatação, bastante homogênea, busca sintetizar o conceito de participação marcado por uma consciência política redutora, incapaz de apreender o objeto da participação em sua dinamicidade.

No entanto um dos entrevistados da escola E entende que “à medida que todos buscam interagir por uma causa” (Prof.2), mostra que o professor tem a preocupação de promover o debate sobre o conceito de participação na sua dimensão também política. Entretanto a fala de outro professor da referida escola mostra o entendimento da participação como simples prática de frequentar a escola em ocasiões pontuais, conforme relato:

Eu participo dando a minha sugestão, para mim dá minhas sugestões eu preciso ir à escola. Ver como é que tá o processo. Tenho que acompanhar ver, saber, procurar informações, o que estar acontecendo, ir sempre à escola. Para mim a participação do pai se expressa assim (Prof.1).

Embora se perceba a heterogeneidade de opiniões do que seja a participação cidadã, ainda assim, tem o sentido de apelo e de convocação exclusiva da família para o informe de decisões em matéria de política escolar local, definida *a priori*.

Outro entrevistado da escola E afirmou a importância do desenvolvimento de ações de “interação, troca de conceitos e ideias” que envolvessem a família em debates acerca de seus direitos e deveres sobre a corresponsabilidade pela educação dos seus filhos. Contudo, essa participação, uma vez concretizada em ação, apenas lhe assegura um caráter parcial. Esta limitação, no entender Lima (2001), manifesta-se apenas como uma pluralidade de orientações não sistematicamente articuláveis a fatores multifacetados.

Para ilustrar um exemplo de participação no contexto escolar, um dos entrevistados relatou que, na escola da sua filha, seus colegas professores só passavam trabalhos e que este sentiu a necessidade de ir à escola para saber em que consistiam esses trabalhos, uma vez que o aluno aprende com a mediação presencial do professor: “então eu digo que isso é uma participação” (Prof.4).

Percebeu-se, portanto, que a opinião dos professores das escolas E e F, no que diz respeito à participação da família é que deveria haver maior frequência dos pais nas escolas, ainda que fosse por uma atitude somente observadora. Ainda que fosse

insuficiente, do ponto de vista da participação como atitude política, esta frequência promoveria a melhoria das relações interpessoais e estimularia, de alguma forma, a aprendizagem dos alunos. Consideram que a participação da família é tímida, o que dificulta o exercício público da argumentação e da decisão nas questões de interesse da vida escolar, pois preferiam o diálogo isolado e fechado entre seus pares. Por outro lado, pôde-se constatar que pais com algum tipo de assento nos conselhos escolares sentiam-se mais motivados a participar. Também tomavam consciência da importância da sua participação, de que estavam a gerir algo importante em benefício da comunidade escolar.

A participação da família na vida escolar de seus filhos foi verificada no maior envolvimento no que se refere à frequência dos alunos e à realização das tarefas demandadas pela escola. Os limites da participação da família apresentados pelos entrevistados resumem-se à dificuldade do uso do raciocínio para argumentação de suas ideias, o que se entende ser motivado pela dificuldade das escolas de construir projetos escolares em parceria com a comunidade escolar. Todos os entrevistados concordaram que a formação da família como cidadã, no que diz respeito à valorização da educação, foi um legado atribuído à política de mobilização social pela educação, todavia em articulação com a pluralidade de interesses das unidades de ensino. Em termos de formação cívica, o contributo da mobilização foi perceptível no despertar da consciência da família para a assunção de responsabilidades e compartilhamentos de decisões de interesses pedagógicos que afetavam o desempenho escolar de seus filhos. O objetivo dessa formação foi despertar, através da articulação e distribuição de tarefas, o interesse coletivo para problemas concretos que afetavam o desenvolvimento da educação.

Dos relatos apresentados pelos professores das duas escolas, pode-se perceber que emergiram alguns consensos a respeito da sua compreensão sobre o sentido da participação. Um deles diz respeito à ideia de participação como resposta a um ato convocatório para informes de atos deliberativos de interesse da escola. O outro se refere à operacionalização do ideal deliberativo. Esta percepção contribuiu para que a família conseguisse ter uma participação que, pelo menos, acrescentou algo à participação formal e à participação não formal. Dois professores relataram:

A palavra participação é muito complexa. Às vezes eu posso dizer assim, eu participo, mas eu não frequento. Quando eu participo, eu

tenho que estar frequentando, também. Eu participo dando a minha sugestão, pra mim, dar minhas sugestões eu preciso ir lá (escola) ver como é que tá o processo. Tenho que acompanhar, ver, saber, procurar informações sobre o que está acontecendo, ir sempre lá à escola; para mim a participação dos pais se exprime aí (Prof.4)

A participação é fundamental na formação [do aluno]. Cobrando, indo na escola, em casa, pensando, procurando saber o que aluno estuda, indo à escola mostrando ao filho que está interessado [em sua aprendizagem] que ele é importante (Prof.3).

As falas mostram que o sentido da participação não é referido da mesma forma nas escolas investigadas e também na fala dos diferentes sujeitos. Esta evidência confirma a reflexão de Lima (1992), de que a participação pode ocorrer de formas diferenciadas nas escolas, dependendo das condições internas e das famílias que se envolvem nas escolas. As dificuldades na sua operacionalização pode inclusive, levar a uma forma de não participação, conforme a compreensão de Sá (2001), segundo o qual a participação poderá assumir um caráter sedutor, retórico e manipulativo. A pluralidade é um fato que tem permitido a sua apropriação ao serviço de agendas muito diversas e, não raras vezes, mesmo como instrumento privilegiado dos discursos e das políticas mais conservadoras. Dessa forma, multiplicam-se os riscos de uma utilização acrítica do conceito, como mera tecnologia social subordinada a estratégias de controle ou como simples recurso de legitimação da ordem instituída.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a análise efetuada no Capítulo 3, julgo conveniente destacar que seria proveitoso intensificar as formas de colaboração entre as diversas instituições da sociedade, para, juntas, realizarem atividades que ofereçam espaços para discussões e reflexões com a sociedade e família a respeito da realidade da educação no país, como ocorre nas ações dos Comitês de Mobilização Social pela Educação, sugeridas pelo PMSE. Assim, prestar contas aos usuários do serviço público oferecido pela escola contribui para melhorar a qualidade da educação.

Quanto às vantagens que resultam da articulação entre as práticas educativas familiares com as atividades escolares, parece haver um relativo consenso quanto proveito das relações entre escola e família para uma correta escolarização dos alunos. Lembrando Barroso (1995), desde os anos 60, na maioria dos países europeus e ocidentais, as famílias se constituíram em estruturas sociais com impacto positivo no processo de escolarização de crianças e jovens, como coeducadoras. Ainda segundo o autor, os responsáveis diretos ou indiretos pela gestão escolar devem dispensar tratamento adequado aos familiares de seus alunos, viabilizando a inserção da família em atividades de natureza socioeducativa, com a colaboração dos professores e colaboradores. Esta é forma de estimular os pais a tomarem decisões sobre questões que afetam diretamente a sua colaboração com a escola para o alcance dos objetivos educacionais.

A expectativa final é que, à medida que os pais se integrem à escola com suas estruturas formais ou informais, eles passem a desempenhar um duplo papel: o de acompanhar a vida escolar de seus filhos e, ao mesmo tempo, exercer o controle burocrático da escola.

De acordo com as entrevistas realizadas, conclui-se que as famílias consideram importante a participação no sentido de melhorar o desempenho escolar dos alunos e conhecer os professores, embora ela ainda seja tímida. Isto explica a postura meramente observadora por parte das famílias no que tange à participação nas reuniões de decisões colegiadas, uma vez que as questões eram previamente decididas pelo núcleo gestor e havia a dificuldade do uso da argumentação pública para o debate das ideias. Entende-se que estes são aspectos que justificam essa conduta.

A participação da família foi verificada mais em situações pontuais, ou seja, em reuniões de pais e mestres ou no simples diálogo com o professor ou diretor da

escola para tratar de questões particulares, ou que tinha como epicentro o aluno. Constatou-se também um desinteresse por parte das famílias, de pouco ou nenhum envolvimento para o conhecimento do que ficou decidido nas reuniões. Mas, ainda assim, para as famílias e os professores, a mobilização social no âmbito do PMSE foi fundamental para sensibilizar as famílias para a valorização da educação. Compreenderam a participação como um conjunto de ações de caráter prescritivo e pedagógico ou como resposta a um ato convocatório para informes deliberativos de interesses para a escola. Contudo, esta não se revelou como uma efetiva estratégia institucional de inserção da família nas vias das decisões políticas da escola.

Os dados apurados também apontaram que, apesar da disposição dos gestores em utilizar as sugestões do PMSE como instrumento norteador de sua ação de mobilização da família, alguns óbices impediram que isto ocorresse de forma satisfatória. Algumas causas que explicam o fato foram identificadas pela pesquisa. Uma delas relaciona-se à ausência de um diagnóstico institucional, ou seja, das 28 diretrizes do Plano de Metas do PDE, sintetizadas no Plano de Ações Articuladas (PAR), não foram apontadas prioridades, objetivos, metas ou instrumentos de acompanhamento dos resultados. Trata-se de um procedimento realizado em função do Levantamento Situacional da Escola (LSE), que disponibiliza informações suficientes para identificar os problemas e suas causas. Uma mobilização pensada a partir de um diagnóstico situacional pode ser proveitosa para a tomada de consciência de que a realidade pode ser diferente e de que, juntas, escola-família e comunidade podem fazê-la diferente. Acredito que, sem estabelecer prioridades claras e objetivas, a participação da comunidade escolar pode até acontecer, mas sem a construção imaginária de um horizonte compartilhado e assumido por todos.

Reconhecendo a importância de um diagnóstico situacional para o enfrentamento dos problemas educacionais por uma Secretaria de Educação, a pesquisa identificou que a proposta de mobilização da família foi um esforço político do núcleo gestor, porém sem adesão madura e reflexiva por parte dos colaboradores ao PMSE. A proposta se configurou na divulgação de uma ideia promocional meramente informativa, e, conseqüentemente, incorporada às ações pontuais das escolas.

Foi perceptível que o corpo de dirigentes das instituições agiu no sentido de considerar prioritários os aspectos do acompanhamento pedagógico do aluno pela família e, com isso, atacar os problemas de forma isolada. Além de outras conseqüências, esse modo de mobilização impediu a família e a comunidade de

tomarem conhecimento do que realmente impossibilitava a escola de cumprir sua função social de ensinar com qualidade. Evidenciou ainda, tanto por parte do núcleo gestor quanto por parte das escolas pesquisadas, a ausência do registro sistemático das ações, que permitisse avaliar os aspectos positivos da participação da família na vida escolar dos alunos e divulgar os ensinamentos adquiridos, via inserção do PMSE, na realidade do município de Governador Nunes Freire, no Maranhão.

É importante destacar que as 28 diretrizes do Plano de Metas do PDE, que referenciam a proposta do PMSE, e conseqüentemente a Cartilha “Acompanhem a vida escolar de seus filhos” não apresentam todos os aspectos a serem considerados na operacionalização de programas, políticas ou práticas de interação escola-família. Assim, recomenda-se levantar informações e dados de que a escola/sistema já dispõe para, então, atuar sobre um problema. É preciso assegurar que se instale sobre ele um novo debate, para alcançar sua abrangência e pluralidade, e que ele seja realmente de todos.

A manutenção e a expansão das ações de mobilização pressupõem relações integradas e estáveis entre os parceiros. Nesse sentido, meu parecer é que o PMSE deve reestruturar-se para fomentar uma rede entre os atores envolvidos, agindo como um facilitador e coordenador desse processo de mobilização social pela Educação. Essa rede é de fundamental importância para o acompanhamento e monitoramento das ações de mobilização, visto que sua implantação tem como características a descentralização e a não hierarquização, ou seja, todos os participantes estão no mesmo nível de responsabilidades.

A pesquisa realizada deixou claro que a participação nas escolas estudadas está muito aquém do que seria desejável. O PMSE requer, para a sua consolidação, constante troca de informações entre parceiros de modo a evitar a sua desmobilização. Ou seja, o êxito da mobilização depende de ações de compartilhamento de discursos, visões e informações. À medida que as práticas de mobilização são divulgadas e compartilhadas, o protagonismo dos parceiros da rede aumenta, assim como sua autonomia. Embora as posições, como no caso da rede de mobilização social, indiquem graus de comprometimento ou de responsabilidade (coordenação, multiplicação, articulação e coletivização das tarefas), notam-se a hierarquização e a centralização das ações por pessoas ou grupos, sobretudo quando organizadas em territórios em que parcela importante da sociedade não goza de autonomia e nem se permite sentir, pensar e atuar democraticamente, em nível individual, grupal e social.

Em contextos em que não se permitem a formação e o desenvolvimento de mentalidades democráticas, a política de participação da família na vida escolar dos alunos pode ficar circunscrita ao oportunismo político dos seus idealizadores ou assumir um caráter sedutor, retórico e manipulativo, o que pode conduzir a uma falsa ideia de participação e de gestão democrática. Fortalecer a democracia participativa nos ambientes escolares, portanto, significa garantir sua sustentabilidade, desvinculando sua ação de um horizonte autocrático.

Para tanto, os agentes multiplicadores do PMSE devem mostrar às famílias a importância da sua intervenção e a forma como ela deve ser na perspectiva apontada por Lima (2001). O autor entende que a participação na escola deve ser o resultado de um entrosamento de orientações de ordem formal com outras do tipo individual ou coletivo, as quais culminam em diversos tipos e formas de se situar na escola. O autor sugere, ainda, que a intervenção desejada seja assumida por todos, pois toda participação acarreta algum tipo de envolvimento, capaz de provocar alteração na mentalidade existente.

Como a pesquisa envolveu escolas com diferentes índices de desempenho escolar, atestados pelo Ideb (alto e baixo), esperava-se que os resultados mostrassem diferentes formas de se compreender e de concretizar a proposta de participação definida no PMSE. Além disso, evidenciou-se que, ainda que as duas escolas pesquisadas se localizassem em periferias da zona urbana do município de governador Nunes Freire, foi observado que os pais de uma mesma escola eram diferenciados social e economicamente. Por esta razão, considerou-se a possibilidade de que a comunidade escolar pudesse atribuir diferentes significados às propostas que se inserem na escola. Com esta preocupação, esforcei-me para captar a multiplicidade de interpretações dos sujeitos, buscando perceber como se posicionaram em meio aos embates produzidos no processo de implantação do PMSE. Enfim, busquei compreender se (e como) puderam fazer seus os objetivos do PMSE, ainda que tenha sido concebido externamente à escola.

Além dessas evidências obtidas pelas entrevistas com gestores, professores e familiares permito-me comentar outras questões, não previstas nos questionários, mas que percebi no meu contato direto com as escolas investigadas.

Primeiro, ressalta-se a questão da política municipal. Percebi que a Secretaria Municipal de Educação beneficiou-se da proposta de mobilização social do PMSE para fins eleitorais no ano de 2012, quando ocorreu a eleição de membros para a

Câmara de Vereadores. Nesse pleito, a então Secretária de Educação que concorria a este cargo atestou que a sua escolha deveu-se, em grande parte, à sua *performance* à frente das ações para a implantação do PMSE. Esta foi uma das razões que impulsionaram a sua eleição, inclusive, tendo recebido apoio dos membros do Comitê de Mobilização e das famílias e professores envolvidos na política de mobilização social do PMSE. No entanto, cabe registrar que, ainda que a política local tenha se beneficiado do PMSE, fica claro, também, que este fato atesta que a implantação do plano causou impacto positivo na sociedade local.

Outra questão a ser comentada diz respeito ao papel das lideranças religiosas ligadas à igreja católica e evangélica as quais apoiavam a mobilização, inclusive, tendo seus dirigentes como membros do Comitê Local de Mobilização. Durante as ações as reuniões, as famílias são orientadas a buscar informações sobre o cotidiano escolar de seus filhos, sobre os programas de apoio do Governo Federal à gestão escolar e, ainda, a respeito da importância da participação dos pais na vida escolar de seus filhos e sobre a contribuição dessa iniciativa para a melhoria da qualidade do ensino, como previa o PMSE. No entanto, a investigação mostrou que o apoio dessas lideranças religiosas não foi tão presente como fora definido na proposta inicial do plano. Embora tenham colocado as suas estruturas à disposição dos mobilizadores para reuniões e palestras, que tinham como tema a interação família, escola e comunidade, não se evidenciou nenhuma forma de proselitismo religioso. Outra questão que merece destaque foi o fato de que a mobilização afeita ao PMSE não conta com recursos vinculados, contando apenas com recursos ordinários da Secretaria Municipal de Educação. Como consequência, muitas atividades de mobilização deixaram de acontecer devido à falta de apoio financeiro da secretaria. Este foi um fator limitador para que a mobilização se efetivasse como o esperado.

Por fim, a investigação por mim efetivada permite afirmar que a mobilização foi aceita pela sociedade de Nunes Freire, pela Secretaria municipal de Educação, pelas escolas e pelos familiares, como um fator positivo para a melhoria da educação fundamental. Apesar dos entraves que impediram o seu efetivo desenvolvimento, muitas ações pontuais tiveram sucesso e isto me impele a afirmar que o PMSE, corrigidas as suas limitações, poderá se reverter em uma atividade positiva para o fortalecimento da interação escola-família-comunidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, F. **Escolhas Familiares, Estratificação Educacional e Desempenho Escolar**: Quais as relações. Rio de Janeiro, 2010.

ARAÚJO, C. A. **Gestão, avaliação e qualidade em educação**: políticas públicas reveladas na prática escolar. Brasília: Faculdade de Educação – Universidade de Brasília, 2012.

BADACH, E. A. **practical guide for policy analysis**. Chatham House Pub, 2000.

BARROSO, J. **Para o Desenvolvimento de uma Cultura de Participação na Escola**. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1995.

BRAGA, C. S.; HENRIQUES, M. S.; MAFRA, R. L. M. O planejamento da comunicação para a mobilização social: em busca da co-responsabilidade. In: HENRIQUES M. S. (Org.). **Comunicação e estratégias de mobilização social**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

BODGAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BHERING, E.; NEZ, T. B. de. Envolvimento de pais em creche: possibilidades e dificuldades de parceria. **Teoria e Pesquisa**, vol.18, nº 1 Brasília, Jan./Apr. 2002.

BHERING, E. **Percepções de pais e professores sobre o envolvimento dos pais na educação infantil e ensino fundamental**. Contrapontos, 2003.

CAETANO, L. M. **Relação Escola e Família**: uma proposta de parceria. Disponível em: < <http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

CASTELLS, M. **Observatório global**. Barcelona: Laiee, 2008.

CASTRO, J.; REGATTIERI, M. (Orgs.). **Subsídios para práticas escolares - interação escola-família**. Brasília: UNESCO/MEC, 2010.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, Ribeirão Preto, nº 36, Jan./abr. 2005.

DOURADO, L. F. Políticas e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol.28, nº100, 2007.

DOURADO, L. F.; SANTOS, C. A.; OLIVEIRA, J. F. **A qualidade da educação**: conceitos e definições. Série documental: textos para discussões INEP, Brasília, 2005.

FONSECA, M. Impactos do plano de desenvolvimento da escola na gestão do ensino fundamental de Goiás. **Revista Linhas Críticas**. Faculdade de Educação da UnB. Brasília, v. 10, n. 18, jan./jun. 2004. P. 135-144.

FONSECA, M.; CARNERO, M. A. Lopes. SOUZA, P. G. B. O PDE e a participação na escola: um caminho a ser percorrido In: FONSECA, M.; TOSCHI, M. S.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.). **Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos políticos-pedagógicos em debate**. Goiânia: Ed. da UCG, 2004. P. 119-141.

FONSECA, M. Políticas públicas para a qualidade da educação brasileira: entre o pragmatismo econômico e a responsabilidade social. **Cadernos Cedes**, Campinas, vol. 29, n. 78, mai/ago, 2009, p. 153-177.

FONSECA, M.. OLIVEIRA, J. F. Avaliação da pós-graduação e seu impacto no trabalho acadêmico dos professores brasileiros. In: **Pós-graduação e educação: impactos e perspectivas no Brasil e no cenário internacional**. Campinas: Mercado das Letras, 2010, p. 109-123.

GENTILI, Pablo. Educação e cidadania: a formação ética como desafio político. IN: GENTILI, Pablo & ALENCAR, Chico. **Educar na esperança em tempos de desencanto**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

GIL, A. C. **Estudo de Caso**. São Paulo: Atlas, 2009.

HENRIQUES M. S. (Org.). Comunicação, comunidades e os desafios da mobilização social. Intercom-Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. In: **XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

LIBANEO, J. C. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, V, 38, n. 1, 2012.

LIMA, L. C. **A escola como organização educativa- uma abordagem sociológica**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____ **A escola como organização e a participação na organização escolar**: Braga: Universidade de Minho, 1992.

LINO, A. **Mobilização Social**. Disponível em: < www.aracati.org.br/>. Acesso em nov. 2012.

LUDKE, M.; ANDRÉ, E. D. A. **Pesquisas em Educação: Abordagens Qualitativas**.

MELUCCI, A. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

CASTELLS, M. **Observatório global**. Barcelona: Laiee, 2008.

OLIVEIRA, C. B. E.; ARAÚJO, C. M. M. A relação família-escola: intersecções e desafios. **Estudos Psicológicos**. Campinas, vol.27 n°1. Jan./ Mar.2010.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. 2 ed. São Paulo: Ática, 1998.

POLONIA, A. C.; DESSEN, M. A. Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola. **Psicologia Escolar e Educacional**. vol 9, nº 2, 2005.

PNAD/IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostragem**, 2011.

QUEIROZ, R. S. N. *O papel do terceiro setor nas políticas públicas a partir dos anos 1990 no Brasil: Análise da Parceria Instituto Ayrton Senna e SEDUC-TO na Oferta dos Programas Se Liga e Acelera Brasil (2004-2009)*. Dissertação (Mestrado). 2010. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás.

SÁ, Virgínio. A (não) participação dos pais na escola: eloquência das ausências. In: VEIGA, I. A. & FONSECA, M. (Orgs.). **As dimensões do projeto político-pedagógico**. 9 ed. Campinas: Papyrus Editora, 2012, p.69-73.

SILVA, M. A. *Intervenção e consentimento: a política educacional do Banco Mundial*. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOARES, J. F; COLLARES, A. C. M. Recursos Familiares e o Desempenho Cognitivo dos Alunos do ensino Básico Brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: 2006.

SOUTO-MAIOR, Joel. **Efetividade organizacional e Sustentabilidade institucional para o Terceiro Setor**. Tese (Prof. Titular) Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2002.

SCHERER-WARREN, I. Redes de movimentos sociais na América Latina - caminhos para uma política emancipatória? **Cad. CRH**. vol.21, nº. 54. Salvador, Sept./Dec. 2008.

TORO, J. B.; WERNECK, N. M. D. **Mobilização Social**: Um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Unicef-Brasil, 1996.

UNESCO. **Educação para Todos**: cumprindo nosso compromisso coletivo. Declaração de Cochabamba. 2001.

UNESCO. **A Unesco no Brasil**: consolidando compromissos. Brasília: UNESCO, 2004.

UNESCO-OREALC. **Educação de qualidade para todos**: um assunto de direitos humanos. 2 ed. Brasília, 2008.

UNESCO-IESALC. *La educación superior en América Latina y el Caribe: diez años después de la Conferencia Mundial de 1998*. Cali/Ve. 2008. Disponible em: www.iesalc.unesco.org.ve.

UNESCO-OREALC. **Declaracion de Cochabamba**.

Disponível

em:

<www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/promedlac_declaracion_recomendaciones_cochabamba_esp.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2005.

UNESCO-OREALC. **Declaracion de Santiago.** Disponível em <www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/promedlac_declaracion_santiago_esp_1993.pdf>. Acesso em: 20 Abr. 2012.

UNESCO-OREALC. **Recomendacion de Quito.** Disponível em <www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/promedlac_recomendacion_quito_181.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

UNESCO-OREALC. **Recomendacion de Kingston: Educacion, Democracia, Paz Y Desarrollo.** Disponível em: <www.unesco.cl/medios/biblioteca/documentos/promedlac_minedlac_declaracion_recomendacion_kingston_1996.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2012.

VILLAS-BOAS, M. A. **A relação escola - família – comunidade inserida na problemática da formação de professores.** Disponível em: <www.educa.fc.ul.pt/recente/mpfip/>. Acesso em 2012.

WCEFA - CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: março de 1990.

Legislação e outros documentos oficiais:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo, Saraiva, 18. Ed., atualizada e ampliada, 1988.

DECRETO nº 6.094, de 24 de abril de 2007. Estabelece as Diretrizes do Plano de Metas Compromisso de Todos pela Educação, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios e programas.** Brasília: MEC, 2007.

_____. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece Diretrizes e Bases da Educação. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 12 Agost.2011

BRASIL. MEC. Ministério da Educação e Cultura. **O Plano de Desenvolvimento da Educação: razões, princípios, e programas.** Brasil, 2007.

BRASIL. PMSE\MEC. **Plano de Mobilização Social pela Educação - Fundamentos e Estratégias.** Dispõe sobre a proposta do PMSE dá Outras Providências, 2009.

_____. **Relatório de Atividades da Mobilização Social pela Educação: para educação melhorar todos devem participar.** 2008-2009.

_____. **Revista “Acompanhem a vida escolar dos seus filhos”.** 2013

_____. **Manual para a Formação e Capacitação de Agentes Mobilizadores das Igrejas Cristãs pela Educação.** Versão de 19-06-08.

APÊNDICE I– CARTA DE APRESENTAÇÃO

Prezada Prof.^a Ana Maria Ramalho

Além de estar trabalhando no Ministério da Educação – MEC sou aluno, desde 2011, do Programa de Mestrado em Educação, da Faculdade de Educação da UnB, tendo como orientadora a Professora Marília Fonseca. Minha dissertação tem como objetivo saber de que forma é realizada a participação da família na vida escolar de seus filhos em face das diretrizes do Plano de Mobilização Social pela Educação, no sistema de ensino do Município de Governador Nunes Freire, no estado do Maranhão, no biênio 2011-2012, e como essa participação repercute na melhoria do ensino.

Para o êxito nessa empreitada, sua ajuda será fundamental.

Como coordenadora da Mobilização Social pela Educação no Município de Governador Nunes Freire - MA, acredito que (a) senhora possa me ajudar a identificar escolas, familiares ou responsáveis por alunos e professores que vivenciaram a política de mobilização social pela educação município de Governador Nunes Freire – MA, no biênio 2011-2012. De modo a entrevistá-los para compor um quadro aproximado de suas percepções sobre a participação da família na vida escolar de seus filhos. De antes mão quero garanti-lhe que a nossa entrevista será confidencial e que em nenhum momento será feita nenhuma referência que permita identificar os colaboradores (a).

Terminado meu trabalho de pesquisa, o que deve ocorrer até dezembro de 2013, comprometo-me a encaminhar para biblioteca pública do município uma cópia da minha dissertação para que ela possa ser analisada e criticada.

Muito obrigado pela inestimável colaboração.

Paulo Ronaldo dos Santos

APÊNDICE II- QUESTIONÁRIO COM GESTORES DA SEMEC

- 1- Dados profissionais
Curso de graduação na área
Curso de Pós- graduação na área
FUNÇÃO que exercia durante a mobilização (2011-2012)
Participou de Oficina de Formação do PMSE
2. Como o PMSE foi anunciado na Secretaria e como foi divulgado nas escolas?
Quando e como a secretaria iniciou as ações de mobilização no município?
3. Quais as ações que a Secretaria de Educação realizou para a implantação do PMSE? Em sua opinião, a comunidade familiar e escolar pode opinar e modificar a estratégia da Mobilização do PMSE, antes e durante o seu desenvolvimento?
4. Em sua opinião, quais os efeitos da Mobilização no cotidiano da Secretária e da escola?
5. O que precisaria ser modificado ou melhorado nas ações de mobilizações pela participação da família na vida escolar de seus filhos!
6. Fazer considerações sobre a política social do Plano de Mobilização Social pela Educação.

APÊNDICE III- ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFESSORES

1- Dados profissionais

Curso de graduação na área

Curso de Pós- graduação na área

FUNÇÃO que exercia durante a mobilização (2011-2012)

Participou de Oficina de Formação do PMSE

2- Quando e como a escola iniciou as ações de mobilização?

3- Como o PMSE foi divulgado nas escolas? Foi bem aceito pela comunidade escolar?

4- A comunidade familiar e escolar pode opinar e modificar as estratégias de Mobilização do PMSE, antes e durante o seu desenvolvimento?

5- Em sua opinião, quais os efeitos da Mobilização no cotidiano da escola e da família?

6- O que precisaria ser modificado ou melhorado nas ações de mobilizações pela participação da família na vida escolar de seus filhos!

7- Fazer considerações sobre a política social do Plano de Mobilização Social pela Educação.

APÊNDICE IV– ROTEIRO DE ENTREVISTA COM FAMILIARES DE ALUNOS

Como você tomou conhecimento do PMSE?

Como você começou a participar na escola?

Nas reuniões de pais e mestres, você pode opinar sobre o PMSE, antes e durante o seu desenvolvimento? E sobre as atividades da escola?

Quais são os assuntos mais tratados nas reuniões de Pais de Mestres?

Em sua opinião, quais os efeitos da Mobilização no cotidiano da escola?

O que precisaria ser modificado ou melhorado nas ações de mobilizações para que a família possa participar mais na vida escolar de seus filhos?

Você poderia comentar outras coisas sobre a participação da família no âmbito do Plano de Mobilização Social pela Educação.

APÊNDICE V– ELENCO DE ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE O TEMA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NAS ESCOLAS

Data	Título	Pesquisador (a)	Tipo	Instituição
2003	Percepções de pais e professores sobre o envolvimento dos pais na educação infantil e ensino fundamental	Eliana Bhering	Artigo	Universidade do Vale do Itajaí
2010	Escolhas Familiares, Estratificação Educacional e Desempenho Escolar: Quais as relações.	Fátima Alves	Artigo	Universidade Católica do Rio de Janeiro
2010	A relação família-escola: intersecções e desafios	Cynthia Bisinoto Evangelista de Oliveira e Claisy Maria Marinho-Araújo	Artigo	Universidade de Brasília
2012	A relação escola- família – comunidade inserida na problemática da formação de professores	Maria Adelina Villas-Boas	Dissertação	Universidade de Lisboa (FPCE)
2007	A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano	Auxiliadora Dessen e Ana da Costa Polonia	Artigo	Universidade de Brasília (UnB)
2005	Em busca de uma compreensão das relações entre família e escola- relações família – escola	Ana da Costa Polonia e Maria Auxiliadora Dessen	Artigo	Universidade de Brasília (UnB)
2010	Interação escola-família: subsídios para práticas escolares	Jane Margareth Castro e Marilza Regattieri	Livro	Unesco/MEC
2011	Relação Escola e Família: uma proposta de parceria	Luciana Maria Caetano	Artigo	Universidade Estadual de São Paulo (USP)
2002	Envolvimento de Pais em creche: Possibilidades e Dificuldades de Parceria	Eliana Bhering e Tatiane Bombardelli De Nez	Artigo	Universidade do Vale do Itajaí

ANEXO A – CARTILHA “ACOMPANHEM A VIDA ESCOLAR DOS SEUS FILHOS”.



COMO PARTICIPAR DA VIDA ESCOLAR DE SEUS FILHOS.



- 1** VISITEM A ESCOLA DE SEUS FILHOS SEMPRE QUE PUDEREM.
- 2** CONVERSEM COM OS PROFESSORES.
- 3** PERGUNTEM COMO SEUS FILHOS ESTÃO NOS ESTUDOS.
- 4** CASO SEUS FILHOS ESTEJAM COM ALGUMA DIFICULDADE NA ESCOLA, PEÇAM ORIENTAÇÃO AOS PROFESSORES DE COMO AJUDÁ-LOS EM CASA.
- 5** LEIAM BILHETES E AVISOS QUE A ESCOLA MANDAR E RESPONDAM QUANDO NECESSÁRIO.
- 6** COMPAREÇAM ÀS REUNIÕES DA ESCOLA. DEEM SUA OPINIÃO, ELA É MUITO IMPORTANTE.

COMO MANIFESTAR INTERESSE.

O INTERESSE DOS PAIS PELA EDUCAÇÃO DOS FILHOS É MUITO IMPORTANTE. AS CRIANÇAS E OS JOVENS GOSTAM DE SABER QUE OS PAIS SENTEM ORGULHO POR ELAS ESTAREM ESTUDANDO.

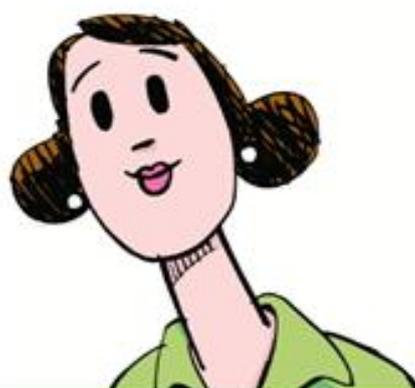
- MATRICULEM SEUS FILHOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL. QUANTO MAIS Cedo ELAS COMEÇAREM A ESTUDAR, MAIS SUCESSO TERÃO EM SUA VIDA ESCOLAR.

- INCENTIVEM SEUS FILHOS A CONTINUAR ESTUDANDO. MOSTREM QUE, QUANTO MAIS ELAS ESTUDAREM, TERÃO MAIS OPORTUNIDADES PROFISSIONAIS E PESSOAIS.

- CONVERSEM COM SEUS FILHOS SOBRE A ESCOLA, A PROFESSORA, OS COLEGAS, O QUE ELAS ESTÃO APRENDENDO, DO QUE MAIS GOSTAM.

- AJUDEM SEUS FILHOS A CUIDAR DO MATERIAL ESCOLAR E DO UNIFORME.

- CUIDEM DA SAÚDE DE SEUS FILHOS E MANTENHAM AS VACINAS EM DIA. SE VOCÊS NOTAREM ALGUM PROBLEMA, PROCUREM O POSTO DE SAÚDE.



COMO OS PAIS PODEM AJUDAR A ESCOLA EM CASA.



AVANÇAR NOS ESTUDOS DEPENDE DO QUE A CRIANÇA E OS JOVENS APRENDEM NA ESCOLA. MAS DEPENDE, TAMBÉM, DE ESTUDAR EM CASA. CUIDADOS SIMPLES DÃO GRANDES RESULTADOS.

- SEUS FILHOS TÊM DE FAZER O DEVER DE CASA E AS TAREFAS QUE OS PROFESSORES MANDAREM. MAS ATENÇÃO: VOCÊS NÃO DEVEM FAZER O DEVER PARA SEUS FILHOS. SE ELAS TIVEREM DIFICULDADE, CONVERSEM COM ELAS E COM OS PROFESSORES. É ASSIM QUE VOCÊS AJUDAM A CRIANÇA A APRENDER MAIS E MELHOR.

- LEIAM. PODE SER UM LIVRO, UMA REVISTA, UM JORNAL. PEÇAM QUE SEUS FILHOS LEIAM SEMPRE PARA VOCÊS. É IMPORTANTE CRIAR O HÁBITO DA LEITURA.

- INCENTIVEM SEUS FILHOS A FREQUENTAR A BIBLIOTECA DA ESCOLA OU DA SUA CIDADE.

- SEUS FILHOS PRECISAM SABER QUE TEM HORA PARA BRINCAR, JOGAR, VER TELEVISÃO, CONVERSAR E ESTUDAR.

E LEMBREM-SE: NÃO É PRECISO VOCÊS SABEREM TUDO O QUE SEUS FILHOS ESTÃO APRENDENDO. O SEU INTERESSE EM ACOMPANHAR OS ESTUDOS DOS SEUS FILHOS CONTRIBUI PARA QUE ELAS APRENHAM SEMPRE MAIS.

COMO SABER SE A ESCOLA ESTÁ ENSINANDO DIREITINHO.

O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) É UMA NOTA QUE MOSTRA SE OS ALUNOS ESTÃO APRENDENDO O QUE TÊM DE APRENDER NA IDADE CERTA.

- TODA ESCOLA TEM UMA NOTA NO IDEB, QUE VAI DE 0 A 10. CONHEÇA A NOTA DO IDEB DA ESCOLA DE SEUS FILHOS. ASSIM VOCÊS SABERÃO SE ELA ESTÁ BEM E COMO PODE MELHORAR.
- CONVERSEM COM A DIRETORA, OS PROFESSORES E O CONSELHO ESCOLAR SOBRE O RESULTADO ALCANÇADO PELA ESCOLA DE SEUS FILHOS. VEJAM COM ELAS COMO VOCÊS PODEM AJUDAR A AUMENTAR O IDEB.

FIQUEM DE OLHO NO IDEB.



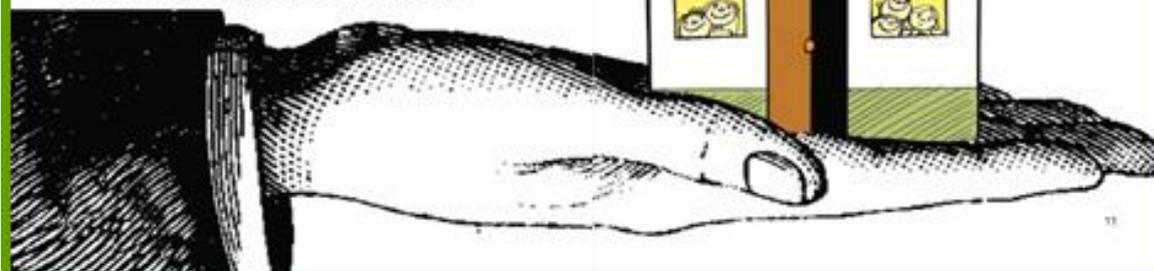
VEJAM O QUE UMA BOA ESCOLA DEVE OFERECER.

VOCÊS SABIAM QUE EM TODO O BRASIL EXISTEM BOAS ESCOLAS PÚBLICAS? ELAS TÊM COMPROMISSO COM A APRENDIZAGEM DOS ESTUDANTES E CRIAM CONDIÇÕES PARA QUE ELAS TENHAM SUCESSO. ISSO PORQUE:

- OS PROFESSORES NÃO SE ATRASAM E NÃO FALTAM.
- OS PROFESSORES SÃO VALORIZADOS.
- OS PROFESSORES SÃO DEDICADOS E BEM PREPARADOS, SÃO PACIENTES, ATENCIOSOS, CONHECEM SEUS ALUNOS, CONVERSAM COM A TURMA E SABEM MANTER A DISCIPLINA.
- OS PROFESSORES PROMOVEM A EDUCAÇÃO INTEGRAL, QUE DESENVOLVE A ÉTICA, A SOLIDARIEDADE E A CIDADANIA, RESPEITANDO A DIVERSIDADE CULTURAL E RELIGIOSA DE SEUS ALUNOS.

- HÁ PARTICIPAÇÃO DAS FAMILIAS NAS REUNIÕES ESCOLARES E NO CONSELHO ESCOLAR.
- TODOS CONHECEM AS NECESSIDADES DE SAÚDE DE SEUS ALUNOS.

A ESCOLA DOS SEUS FILHOS PODE SER ASSIM. A BOA ESCOLA PÚBLICA NÃO É UM SONHO. ISSO DEPENDE TAMBÉM DE VOCÊS.



O QUE SE DEVE COBRAR DA ESCOLA PÚBLICA.

• OS ESTUDANTES TÊM O DIREITO A TER ALLAS TODOS OS DIAS DO ANO ESCOLAR. SE O PROFESSOR FALTAR, TEM DE SER SUBSTITUÍDO.

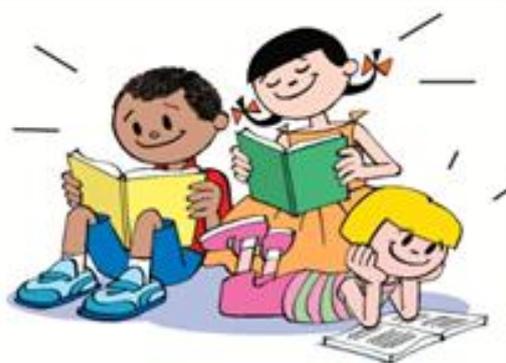
• SEUS FILHOS TÊM DIREITO A UMA BOA MERENDA ESCOLAR TODOS OS DIAS. ISSO NÃO É FAVOR, É OBRIGAÇÃO DO GOVERNO. VERIFIQUEM SE A ESCOLA DE SEUS FILHOS ESTÁ OFERECENDO MERENDA DE QUALIDADE.

• A ESCOLA RECEBE DO GOVERNO FEDERAL LIVROS PARA AS CRIANÇAS ESTUDAREM. SEUS FILHOS ESTÃO RECEBENDO ESSES LIVROS?

• AS CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA TÊM O DIREITO DE SER MATRICULADAS NAS CLASSES COMUNS DE ENSINO. ELAS PODEM E DEVEM CONVIVER E ESTUDAR COM AS CRIANÇAS QUE NÃO TÊM DEFICIÊNCIA.

A EDUCAÇÃO PÚBLICA É RESPONSABILIDADE DE TODOS: DAS PREFEITURAS, DOS GOVERNOS E DA SOCIEDADE.

SE VOCÊS OBSERVAREM IRREGULARIDADES, COMO FALTA DE VAGAS, FALTA DE PROFESSORES, FALTA DE MERENDA DE QUALIDADE E INSTALAÇÕES DEFICIENTES, NÃO SE CONFORMEM. PROCUREM A DIREÇÃO DA ESCOLA E RECLAMEM. É SEU DIREITO.



12

13

O QUE MAIS SE PODE FAZER.

O CONSELHO ESCOLAR AJUDA A MELHORAR OS RESULTADOS DA ESCOLA. ELE AJUDA A RESOLVER OS PROBLEMAS DO DIA A DIA. POR ISSO, É MUITO IMPORTANTE:

• CONHECER AS PESSOAS QUE FAZEM PARTE DO CONSELHO E O TRABALHO QUE ELE FAZ.

• EXISTIR A CRIAÇÃO DO CONSELHO, SE NA ESCOLA DE SEUS FILHOS AINDA NÃO EXISTIR UM.

• CONVERSAR COM AS PESSOAS DO CONSELHO ESCOLAR SOBRE AS CONDIÇÕES E O FUNCIONAMENTO DA ESCOLA - PROFESSORES, OS RESULTADOS DAS AVALIAÇÕES, BIBLIOTECA, LABORATÓRIOS DE CIÊNCIAS E INFORMÁTICA, OS CUIDADOS COM O PRÉDIO, COM OS BANHEIROS E AS SALAS DE ALLA.

SEMPRE É TEMPO DE APRENDER.

FALAMOS COMO VOCÊS PODEM E DEVEM APOIAR A VIDA ESCOLAR DE SEUS FILHOS. MAS E VOCÊS? CONCLUIRAM OS ESTUDOS? SE NÃO, PROCUREM A ESCOLA DE SEU BAIRRO E VEJAM SE ELA OFERECE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. CONVIDEM PESSOAS DE SUA FAMÍLIA E DE SUA COMUNIDADE A FAZER O MESMO. SEMPRE É TEMPO DE APRENDER!



14

15

PDE
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO

**PAIS E MÃES:
A SUA PARTICIPAÇÃO
É IMPORTANTE.
ACOMPANHEM
SEUS
FILHOS!**

Ministério da Educação

BRASIL
PAIS BOM E PAIS BOM PODEM

www.mec.gov.br
matte@educ.mec.gov.br

ANEXO B- BLOG DA MOBILIZAÇÃO SOCIAL PELA EDUCAÇÃO

Blog da Mobilização

Mobilização das famílias e da sociedade pelo direito de todos e cada um dos brasileiros à educação de qualidade.

Início | O que é a Mobilização | Como participar | Cadastre-se | Materials de Mobilização | Fale conosco e envie notícias

PARA A EDUCAÇÃO MELHORAR, TODOS DEVEM PARTICIPAR.



PESQUISAR ESTE BLOG

MATERIAIS DE DIVULGAÇÃO



436833 436814

CARTILHA "ACOMPANHEM A VIDA ESCOLAR DOS SEUS FILHOS"

- [Acesse aqui as duas versões](#)

DICAS DE COMO MOBILIZAR

- [Acesse aqui](#)

SISTEMAS DE CONSULTA



ACESSE O PORTAL DO MEC



sexta-feira, 15 de fevereiro de 2013

Comitê de Governador Nunes Freire (MA) amplia incentivo à interação família-escola

Além de promover a conscientização das famílias de Governador Nunes Freire (MA) sobre a importância do envolvimento de pais e responsáveis no cotidiano escolar para a melhoria do aproveitamento do ensino, integrantes do Comitê local vêm se empenhando para levar a mensagem da cartilha *Acompanhem a vida escolar dos seus filhos* também às comunidades de cidades vizinhas.



Membros do Comitê de Mobilização de Governador Nunes Freire

Exemplo dessa atuação pôde ser conferido na última semana de janeiro, quando o Plano de Mobilização Social pela Educação foi apresentado à Secretaria Municipal de Educação de Maracaçumé, localizado a 12 km de Nunes Freire.

Para conversar sobre o PMSE com o secretário de Educação de Maracaçumé, Gilvaldo Coelho Melo de Brito, a mobilizadora Anna Ramalho apresentou um relatório contendo todas as ações de Mobilização desenvolvidas em Governador Nunes Freire, bem como os resultados alcançados por meio dessas atividades.

"O secretário ficou encantado com a Mobilização Social pela Educação, com tudo o que lhe apresentei. Certamente conquistamos mais um município para desenvolver as atividades da Mobilização. Em breve Maracaçumé estará na relação dos municípios que assume seu compromisso social com sua comunidade. Estarei dando a eles o suporte necessário", relatou a mobilizadora nunes-freirenses.

Continuidade das ações

Segundo a vereadora e ex-secretária de Educação de Governador Nunes Freire, Ulenira Batista, as ações realizadas no município maranhense com o intuito de aproximar família, escola e comunidade terão continuidade em 2013. "Para chegar aos pais de alunos, utilizaremos todos os espaços possíveis: programa na rádio, igrejas, reuniões, entre outros", informou a mobilizadora.

Ulenira, que integra o Comitê de Mobilização local, comentou também sobre a publicação, no [Banco de Boas Práticas do site da Mobilização Social pela Educação](#), do relato das experiências bem-sucedidas de incentivo à interação família-escola em Governador Nunes Freire. "Esse reconhecimento só nos deu uma alegria menor que os resultados que obtivemos dos nossos alunos", disse.

Postado por Livia Frederico às 16:55

+1 Recomende isto no Google

Marcadores: [Avanços da Mobilização](#), [Interação Família-Escola](#)